



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE
E SECRETARIADO EXECUTIVO.
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

TAINÃ ALCANTARA DE CARVALHO

O DESENVOLVIMENTO DE UMA SOCIEDADE ENFERMA?
CONSIDERAÇÕES DA PSICANÁLISE PARA O ESTUDO SOBRE
A ATUAL RELAÇÃO HOMEM–TRABALHO–CAPITAL

FORTALEZA

2013

TAINÃ ALCANTARA DE CARVALHO

**O DESENVOLVIMENTO DE UMA SOCIEDADE ENFERMA?
CONSIDERAÇÕES DA PSICANÁLISE PARA O ESTUDO SOBRE
A ATUAL RELAÇÃO HOMEM–TRABALHO–CAPITAL**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Fabio Maia Sobral.

FORTALEZA

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade

C329d Carvalho, Tainã Alcantara de.

O desenvolvimento de uma sociedade enferma? considerações da psicanálise para o estudo sobre a atual relação homem-trabalho-capital / Tainã Alcantara de Carvalho – 2013.

153 f.; il.; enc.; 30 cm.

Monografia (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza, 2013.

Orientação: Prof. Dr. Fabio Maia Sobral.

1.Relações trabalhistas 2.Psicanálise I. Título

TAINÃ ALCANTARA DE CARVALHO

**O DESENVOLVIMENTO DE UMA SOCIEDADE ENFERMA?
CONSIDERAÇÕES DA PSICANÁLISE PARA O ESTUDO SOBRE
A ATUAL RELAÇÃO HOMEM–TRABALHO–CAPITAL**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em: ____ / ____ / _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fabio Maia Sobral (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Nota

Prof. Dr. Aécio Alves de Oliveira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Nota

Prof. Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Nota

À minha família.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Arlete e Manuel, por me proporcionarem todas as condições para realizar meus estudos e para viver. Agradeço-os por sempre me acompanharem em todos os momentos, difíceis ou não, por me apoiarem em todas as minhas decisões e por nunca me deixarem faltar amor. Com certeza qualquer dedicatória será pouco frente ao que realmente eles significam para mim.

Agradeço a toda a minha família, pelos melhores momentos proporcionados. Avós, tios e primos. Culpados por toda a alegria que senti na vida, só tenho a agradecer por seu apoio e seu carinho. Agradeço, em especial, aos meus avós, que, com muito amor e dedicação, tinham-me como filho em suas casas, sempre preocupados com meus estudos e minha saúde.

Agradeço imensamente à minha namorada, Alene, pelo apoio gigantesco dado na construção deste trabalho, como o fez ao me ajudar na correção e na discussão de pontos importantes da psicanálise freudiana, além da constante preocupação com minha saúde no desenvolvimento do presente trabalho. O apoio não se limitou a isto, mas a todos os momentos difíceis de minha vida e em todas as dores de cabeça que tive durante a Academia. Estes estão sendo os 6 anos e meio mais felizes de minha vida, e espero que se estendam até onde não der mais. Se eu ainda não desabei devido às intempéries da vida, foi por conta dela. Da mesma forma, agradeço à sua família pelos ótimos momentos e por me receberem com tanto carinho.

Agradeço aos meus amigos de longa data (sejam de três, quatro ou dezesseis anos). Agradeço-lhes pelos momentos inigualáveis de risadas e de nostalgia proporcionados em minha casa e pelos diversos espaços da UFC.

Agradeço ao Viès pela oportunidade de participar de um grupo tão formidável. Não apenas em relação ao conhecimento que pude absorver no decorrer de pouco mais de um ano, mas das boas amizades que fiz. Em relação aos amigos, só tenho a agradecer-lhes pelos momentos de discussão, pelos encontros nos fins de semana, por reuniões no gabinete, pelas comemorações de tantas conquistas e, enfim, por depositarem em mim sua confiança e amizade. Levarei para sempre no coração a honra de ter participado (e de continuar sendo!) do Viès e de ter amigos que lutam por um mundo melhor.

Agradeço aos professores que aceitaram o convite para participarem da banca examinadora, prof. Aécio de Oliveira e prof. Cássio Aquino. Não apenas por isto, mas por

terem me dado a oportunidade de participar de momentos tão importantes para minha formação, sejam através da realização de projetos, sejam através das aulas e pesquisas de campo.

Por fim, mas com certeza não menos importante, agradeço ao prof. Fabio Maia Sobral, amigo, guia do pensamento marxista, visionário e orientador. Primeiramente por ter me dado a oportunidade de acompanhá-lo como monitor, por fim, por se tornar o exemplo de pessoa e educador que levarei comigo por toda a vida. Uma das maiores honras que tive na vida se resumem a estes rápidos três semestres em que pude aprender sobre tantas coisas (tanto sobre a Academia quanto sobre a vida) e nos quais pude vislumbrar o amor e a dedicação de um professor para com seus alunos, o que só me influenciou para continuar, com muito amor e vontade, na carreira acadêmica e, enfim, seguir seus passos. Muito obrigado, Sobral.

“Se você não consegue entender o meu silêncio de nada irá adiantar as palavras, pois é no silêncio das minhas palavras que estão todos os meus maiores sentimentos.”

- Oscar Wilde

“Só se vê bem com o coração, o essencial é invisível aos olhos.”

- Antoine de Saint-Exupéry

RESUMO

Realizar-se-á neste trabalho um inicial estudo sócio-histórico acerca do desenvolvimento do homem em relação ao mundo do trabalho: visa-se, através de uma análise das principais formas de organização do trabalho, identificar um possível estado de enfermidade da sociedade contemporânea. Neste aspecto, será percebido que a precarização do trabalho, marcada pela flexibilização dos direitos trabalhistas e pela maior volatilidade do trabalho – envolvendo maior rotatividade, mudanças de horário e cargos e a constatação de uma maior alienação do trabalho –, atua a favor dessa ideia. Entretanto, esta análise, na percepção do presente autor, é vista como limitada, considerando, em boa parte, aspectos materialistas. Visando dar maior completude à análise, buscar-se-á incluir perspectivas de psicanalistas dedicados ao estudo do trabalho e aos impactos que a atividade laboral exerce ao aparelho psíquico do trabalhador. Este estudo poderá contribuir, assim, para um entendimento mais profundo acerca da significação do labor ao ser humano e dos reais impactos das diferentes organizações do trabalho na deturpação do ser, o que envolve tanto consequências psíquicas quanto físicas. Para isso, serão estudadas as obras e delineadas as perspectivas de Sigmund Freud, ao qual será dedicado especial espaço devido à sua posição enquanto criador da psicanálise, de Christophe Dejours, médico e psiquiatra considerado o desenvolvedor da Psicodinâmica do Trabalho, e Erich Fromm, com sua análise voltada aos aspectos sociais e à perspectiva de uma sociedade futura. Ao fim, será percebido que o homem, sim, encontra-se em processo crescente de enfermidade, a partir do momento em que se entende que a organização do trabalho deturpa o real intuito do labor, seja por meio das perspectivas materialistas, seja por meio das perspectivas libidinais, narcísicas e simbólicas, apresentadas pelos psicanalistas escolhidos. Este adoecimento do trabalho não se limitará apenas ao espaço das empresas, mas afetará radicalmente o comportamento humano fora dela, impactando desde a família à sociedade.

Palavras-chave: Trabalho, Marx, Dejours, Fromm, Freud, Psicanálise.

ABSTRACT

This work will perform an initial study on the socio-historical development of man in relation to the work's world: the aim is, through an analysis of the main forms of work organization, identify a possible state of illness of contemporary society. In this respect, it will be perceived job insecurity, marked by flexibility of labor rights and the greater volatility of work - involving higher turnover, schedule changes and positions and finding further alienation of labor - acts in favor of this idea. However, this analysis, in the perception of this author, is seen as limited, considering largely materialistic aspects. Aiming to give greater completeness to the analysis, it is hoped will include perspectives of psychoanalysts dedicated to the study of work and the impact that the work activity has to the worker's mental apparatus. This study may thus contribute to a deeper understanding about the significance of the human labor and the real impacts of different organizations of work in the misrepresentation of being, which involves both mental and physical consequences. For this, the works will be studied and outlined the prospects of Sigmund Freud, which will be devoted special space due to its position as the founder of psychoanalysis, Christophe Dejours, physician and psychiatrist considered the developer of the psychodynamics of work, and Erich Fromm, with its analysis focused on the social aspects and the prospect of a future society. At the end, it will be noticed that the man, yes, is in the process of growing infirmity, from the moment it is understood that the organization of work misrepresents the real purpose of the work, whether through the materialistic outlook, whether through prospects libidinal, narcissistic and symbolic, presented by psychoanalysts chosen. This disease of the work will not be limited to the business's space, but will radically affect human behavior beyond, impacting from the family to society.

Keywords: Labor, Marx, Dejours, Fromm, Freud, Psychoanalysis

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	SOBRE AS CIDADES FABRIS	15
2.1	Constituição inicial das cidades na Europa	16
2.2	As cidades e os miseráveis do campo	20
2.3	Condições urbanas: consequências à (parte da) sociedade	23
3	AS FÁBRICAS E A SITUAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA	33
3.1	O crescimento das indústrias	33
3.2	“A virtuosidade do trabalhador mutilado”	40
4	DA ROTINA À FLEXIBILIZAÇÃO: MUDANÇAS NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO	57
4.1	Crise e reestruturação do Capitalismo	58
4.1.1	<i>O Fordismo Taylorista</i>	59
4.1.2	<i>O movimento sindical inglês, a ascensão de Thatcher e a reforma política</i> .	63
4.1.3	<i>A flexibilização do Toyotismo</i>	71
4.2	“Proteger nossa empresa para defender a vida!”	74
4.2.1	<i>Características do novo trabalho</i>	74
4.2.2	<i>Consequências do trabalho flexível</i>	77
4.2.2.1	<i>Sobre o ambiente</i>	77
4.2.2.2	<i>Sobre o trabalho: seu tempo e produto</i>	78
4.2.2.3	<i>Sobre o não-trabalho: tempo de lazer e o desemprego</i>	81
4.2.2.4	<i>Sobre o indivíduo</i>	82
4.2.2.5	<i>Sobre o outro: a família e o gênero feminino</i>	85
4.2.3	<i>Fim do trabalho?</i>	86
5	PERSPECTIVAS PSICANALÍTICAS SOBRE O TRABALHO	93
5.1	Freud e o conflito entre trabalho e prazer	99
5.1.1	<i>A fonte do mal-estar na civilização</i>	100
5.1.2	<i>O “trabalho” freudiano na perspectiva da organização do trabalho contemporânea</i>	109
5.2	A análise Dejouriana sobre os males do trabalho contemporâneo	113
5.2.1	<i>A banalização do mal e a normose</i>	123
5.2.2	<i>A alternativa para Dejours</i>	128

5.3	A sociedade na perspectiva de Erich Fromm	130
5.3.1	<i>A sociedade e o capitalismo</i>	130
5.3.2	<i>Caráter social e alienação</i>	136
5.3.3	<i>A esperança da revolução</i>	141
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
7	REFERÊNCIAS	150

1 INTRODUÇÃO

É fato consagrado, seguindo a teoria marxista, que o sistema econômico capitalista se baseia, sobretudo, na exploração da força de trabalho, que caminha à extrema especialização de seu conhecimento com grande severidade. Desde os seus primeiros passos, este sistema busca, através da constante separação do homem de seus meios de produção, que garantiam a atividade laboral do ser humano sobre a natureza, visando modificá-la para suprir suas necessidades básicas, transformar a humanidade em meio para sua expansão e gerar mais lucro a uma classe mais restrita de indivíduos, as encarnações do capital. A sociedade contemporânea, assim, transforma-se em escrava do mundo econômico; escrava consciente, mas sem forças ou argumentos para combater um “sujeito” que, aparentemente, é maior do que todos e que parece transcender suas vidas.

Como nos mostram autores como Marx, Antunes e Schaff, por exemplo, através de uma perspectiva sociológica, esta condição na qual se encontra a sociedade contemporânea, intensificada pela implementação de políticas neoliberais em todo o globo, é altamente maléfica à uma realização do ser humano. Identificado como espécie ímpar frente à natureza, o homem parece retornar aos seus aspectos mais primitivos. Paralelo ao nível tecnológico alcançado, ilustrando, assim, o desenvolvido intelecto humano, vislumbra-se a mediocridade da vida, na qual os indivíduos são fadados a atividades produtivas alienantes e obrigatórias. Tem-se, com isso, um paradoxo que se estende a toda uma sociedade.

Limitado atualmente ao tripé dinheiro-consumo-trabalho, o trabalhador contemporâneo, portanto, é percebido como tendendo à perdição de uma existência verdadeiramente humana: não apenas as relações sociais, mas todas as necessidades se tornaram mercadorias. Tal como estas, há a coisificação do próprio trabalhador e, assim, do próprio ser humano.

Entretanto, passa-se do conteúdo mais generalista da Sociologia e pergunta-se: como está esse indivíduo? Considerando-se a noção normativa de saúde, pode ser entendido que o homem muito se beneficiou do avanço da ciência. A variação nos principais índices que exibem esse desenvolvimento, como o aumento da expectativa de vida e a diminuição da taxa de mortalidade, por exemplo, ilustram bem estes benefícios. Entretanto, o problema encontra-se mais a fundo da alma humana. Em seu âmago, o ser humano encontra-se enfermo, e, surpreendentemente, não está acometido de nenhum vírus ou bactérias.

Este trabalho tem como intuito adentrar a análise sociológica a respeito do desenvolvimento do ser humano através de seu papel de “ser” produtivo, de gerar, por força de suas próprias mãos e capacidade de seu próprio intelecto, os bens necessários à sua sobrevivência. Concentra-se, assim, na análise acerca daqueles indivíduos que necessitam da venda da própria força de trabalho para viverem. Sendo um ser vivo, o ser humano sempre demonstrou e sempre demonstrará necessidades das mais básicas, as quais deverão ser supridas pela natureza. Sendo um ser dotado de razão, procurará demonstrar ao mundo sua capacidade através de mesma atividade, que deverá gerar significado palpável ao que sente, identificando-se, assim, o ser com o mundo. O ser humano, desta forma, é um ser trabalhador, produtivo – não apenas no sentido material, mas “produzindo”, com isso, a si mesmo.

Sobre essa maior exploração acerca das condições que caracterizam o trabalho contemporâneo e seu impacto sobre o sujeito, buscar-se-á, através da teoria psicanalítica, realizar um panorama acerca da real condição do ser frente à contemporânea configuração do mundo do trabalho, objetivando, com isso, a constatação de uma real enfermidade do trabalhador na atualidade.

Para se atingir tal objetivo, inicialmente será realizada uma análise da história como o trabalho vem sido tratado até a atualidade. Esta análise deverá apresentar como marco inicial a situação na qual o trabalhador encontra-se ainda em posse de seus próprios meios de produção necessárias à intermediação entre si e a natureza, identificada principalmente durante o período feudal. Esta primeira seção deverá dar ênfase a uma inicial apreensão do trabalho alheio e ao surgimento do trabalho assalariado. Concomitantemente, deverá demonstrar a importância que a nova formatação social, baseada na posição dos indivíduos frente ao trabalho (como vendedores ou compradores), tem à modificação do meio ambiente, no qual o surgimento das cidades é destaque.

Na terceira seção, deverão ser estudados os fatores importantes que culminaram no surgimento das indústrias e suas condições de trabalho. Espaços dedicados exclusivamente à efetivação da capacidade de trabalho dos indivíduos, será nas fábricas onde se manifestarão os principais males à sociedade, inicialmente à integridade física do trabalhador, mas silenciosamente caminhando para sua integridade psíquica.

Na quarta seção, deverá ser dado destaque às principais configurações do mundo do trabalho, como o fordismo e o toyotismo. Sendo formas de organização do trabalho, visando a maior produtividade e a crescente redução de movimentos fúteis e estoques desnecessários, os novos modos de se realizar o trabalho não levarão em conta o sofrimento sentido pelo

trabalhador – não porque sofresse com surras e chicotes, tal como seus antepassados da Revolução Industrial, mas porque se bestificavam com o trabalho alienante e insignificante das fábricas.

Paralelo a isto, no caso do toyotismo, será analisada a expansão do neoliberalismo como meio desencadeador de piores condições de trabalho à sociedade contemporânea: juntamente ao modelo de acumulação flexível, o trabalhador seria aleijado aos poucos através do corte de seus direitos, historicamente conquistados. Além disso, deverá ser dado o devido espaço às condições da flexibilização do trabalho, desencadeado através da implementação do modelo toyotista. Para isso, far-se-á grande uso das obras de Ricardo Antunes. Nesta seção ainda está inclusa uma discussão acerca do fim do trabalho, baseada principalmente na análise realizada por Antunes e Schaff sobre o assunto.

Na quinta seção serão estudadas as contribuições da teoria psicanalítica ao entendimento acerca do mundo do trabalho e as implicações de suas diversas configurações ao indivíduo. Neste caso, não se deve falar apenas de uma teoria psicanalítica, mas de várias, o que deve tornar esta seção ainda mais rica para as considerações acerca dos motivos da enfermidade contemporânea proveniente da esfera do trabalho e das perspectivas para o futuro. A análise da Psicanálise deverá ser baseada em três autores: Sigmund Freud, que levará em conta o desenvolvimento das atividades laborativas a partir da necessidade do indivíduos em externalizar seus impulsos libidinosos; Christophe Dejours, que estudará a Psicodinâmica do Trabalho e as implicações da formatação atual do trabalho ao ser; e Erich Fromm, que analisará as implicações dos principais pressupostos do sistema capitalista sobre a esfera do trabalho à sociedade. O estudo do trabalho a partir da teoria psicanalítica deve, assim, mostrar-se através de três momentos: a) a relação do indivíduo consigo mesmo; b) a relação do indivíduo com sua atividade; c) a relação dos indivíduos na sociedade. Esta graduação da perspectiva do trabalho promoverá um conhecimento mais amplo acerca das consequências psíquicas da atividade laboral contemporânea ao trabalhador.

Por fim, com esta análise pormenorizada sobre o trabalho, que levará em conta não apenas considerações sociológicas, como também psicanalíticas, deverá ser realizado um panorama acerca das condições de saúde do sujeito, dando especial ênfase, como é percebido, à saúde de seu aparelho psíquico. Buscar-se-á, desta forma, traçar um diagnóstico acerca de sua condição, finalizando, assim, com o delinear de algumas perspectivas sobre o seu futuro

2 SOBRE AS CIDADES FABRIS

A análise a respeito do trabalhador contemporâneo há muito perpassa os limites da própria Teoria Econômica, como bem demonstrou Marx (2004; 1980) e Engels (2010), por exemplo, devido à percepção gradual que se teve a respeito da complexidade do ser humano, que, aos poucos, mostrou-se ser muito mais do que apenas corpo físico e manutenção biológica. Este trabalho buscará dar a devida relevância ao aspecto mental que sempre rondara a vida humana, principalmente no que se diz respeito ao processo de concepção e de trabalho, no qual, antes de qualquer impulso de seus órgãos, o homem deverá traçar, através de atividade mental, o caminho a ser percorrido pelos mesmos, dependendo o produto final, fruto de seu trabalho, tanto de aspectos históricos quanto de aspectos técnicos.

Hoje, tal análise das questões psicológicas que envolvem o entendimento do homem no ambiente de trabalho e a relação entre o próprio sujeito e o processo de trabalho, bem como da produção final, é área explorada pela Sociologia do Trabalho e Psicologia do Trabalho. Estas áreas buscam mostrar que a condição do homem, enquanto ser vivo e ser produtivo, rompe a barreira econômica simplória de que este sujeito limita-se ao tripé consumo-trabalho-dinheiro, tido, sob a concepção econômica capitalista, como ciclo ininterrupto (apesar de sua ascensão e declínio em determinados períodos) do modo de viver da maior parte da população mundial, a saber, daquela parcela que não detém nada mais do que sua própria força de trabalho para garantir a subsistência, sendo este consumo o combustível necessário para a continuidade do sistema de mercado.

Apesar do foco do presente trabalho estar baseado na análise psicanalítica – e, em alguns momentos, no levantamento de questões de caráter sociológico – sobre a relação de interesses conflitantes entre o trabalhador e o capitalismo, sujeito e cenário, respectivamente, tendo por foco o próprio trabalho, faz-se necessária, para entender a atual preocupação com a psique do trabalhador contemporâneo, bem como seu estado psicológico daí proveniente, uma análise sobre as condições iniciais oferecidas pelo capitalismo industrial a este, principalmente durante a segunda metade do século XIX – onde se percebe a maior difusão da maquinaria para a substituição da força de trabalho e alcance de maior produtividade. Esta análise deverá ter como ponto de partida a discussão acerca da organização urbana oferecida a partir da ascensão da indústria fabril, setor ícone da Revolução Industrial inglesa, e as condições das fábricas, onde o trabalhador, para poder receber o equivalente à sua força de trabalho e assim garantir a sua sobrevivência, gastava, em média, 60% de seu tempo diário – ou até mesmo

80%, como inicialmente é percebido através do trabalho infantil, desconsiderando-se as leis posteriormente impostas pelo Estado inglês (MARX, 1980).

Desta forma, este trabalho iniciará seu estudo através da análise da formação e da disposição das cidades europeias, talvez uma das maiores mudanças na sociedade (e consequências do novo modo de produção industrial) e que trouxe, junto ao seu desenvolvimento, malefícios à saúde do homem, tanto físicas quanto mentais.

2.1 Constituição inicial das cidades na Europa

Antes da discussão acerca do desenvolvimento das cidades na Europa, far-se-á uma rápida observação, para fins didáticos, visando um entendimento integral sobre o assunto e o ponto específico que aqui será tratado, a respeito do desenvolvimento urbano que a humanidade principia em períodos bem anteriores a segunda metade do século XIX, século que se destaca quanto às particularidades sobre o processo de trabalho e que, por este motivo, mostra-se como início ideal para análise.

Ao contrário do que se pensa, as cidades não surgiram concomitantemente à ascensão ou até mesmo aos primeiros passos da indústria. De acordo com Huberman (1976), a origem das cidades pôde ser dada por dois motivos¹: a) o estabelecimento de mercados, provenientes regiões especializadas do comércio em pontos específicos, propícios para o soerguimento de negócios próprios ou visando a realização das feiras anuais e encontros mais recorrentes, talvez o motivo mais importante e o que fez não apenas com que novas cidades surgissem, mas com que as antigas conglomerações² se desenvolvessem³.

À medida que o comércio continuava a se expandir, surgiam cidades nos locais em que duas estradas se encontravam, ou na embocadura de um rio, ou ainda onde a terra apresentava um declive adequado. Tais eram os lugares que os mercadores procuravam. (HUBERMAN, 1976, p.35)

1. Huberman (1976) faz um recorte acerca do desenvolvimento da humanidade a partir do desenvolvimento do homem durante Idade Média, sendo isto demonstrado com a passagem do servo ligado exclusivamente à terra, para o homem livre e urbano, daí a ausência de referências às civilizações antigas – onde já era percebida alguma organização urbana. Da mesma forma, far-se-á o mesmo recorte nesta seção, focando-a no desenvolvimento dos conglomerados urbanos a partir da Idade Média e de sua serventia para a paralela produção prioritária de mercadorias.

2. O termo “conglomerado urbano” será utilizado para caracterizar o cenário somado de residências e mercado no qual se encontrava a sociedade feudal, não sendo visto, ainda, como uma cidade.

3. Não se nega a existência de conglomerados urbanos anteriores ao estabelecimento de mercados estrangeiros. Tais conglomerados eram localizados próximos às habitações dos senhores, que ofereciam maior proteção às invasões. Entretanto, pouco ou nenhuma expansão desses era percebida; poderiam ser vistas apenas como fornecedoras de bens aos cidadãos da própria cidade.

e b) às ruínas remanescentes do antigo Império Romano, ocupadas inicialmente pelos cidadãos da sociedade feudal, mas com nenhuma perspectiva de desenvolvimento⁴. Liga-se este item ao anterior devido à importância que o comércio e as atividades lideradas por mercadores tiveram para o soerguimento das cidades.

A partir da expansão dos conglomerados e do estabelecimento das normas e leis que regerão o novo comportamento dos cidadãos, agora livres da amarra feudal, será percebido o embate entre os dois cenários da vida feudal: de um lado, o antigo sistema de castas, estático e onde o servo não aspirava nenhuma liberdade; do outro, um ambiente aberto à iniciativa individual, propício ao negócio e, com isso, à ascensão socioeconômica, a proporção de uma liberdade sem precedentes na vida do servo, que, durante duas ou três vezes por semana, deveria dedicar-se apenas às atividades ligadas aos negócios do seu senhor, sem nenhuma contrapartida pelos seus serviços. Claro está que as organizações urbanas, lideradas majoritariamente pelos comerciantes, passariam a ganhar força, seja proporcionando mais oportunidades de trabalho (HUBERMAN, 1976), o que chamava a atenção dos servos que desejavam a liberdade econômica ausente em seus feudos, seja através do ganho crescente de mais terras (ibid.) frente aos senhores feudais, que viam o aluguel ou a venda de suas terras como as únicas formas de lucrarem frente ao crescimento das cidades. Sobre a condição dos senhores feudais em relação às novas organizações,

É de supor que os bispos e senhores feudais tenham percebido que ocorriam mudanças sociais de grande importância. É de supor que alguns tenham reconhecido ser impossível barrar o caminho dessas forças históricas. Alguns deles o fizeram, outros não. Alguns bastante espertos para sentir o que ocorria, procuraram tirar o melhor partido da situação e saíram-se bem. Isso porém nem sempre se fez pacificamente. Parece fato, através da história, que os donos do poder, os abastados, se utilizarão sempre de quaisquer meios para manter o que possuem. O cão luta por seu osso. (HUBERMAN, 1976, p.39-40)

Enfim, a rigidez dos feudos, tanto em relação ao próprio desenvolvimento econômico dos condados quanto à imobilidade das condições socioeconômicas dos servos, foi ultrapassada pela liberdade promovida pelas cidades; o mercador, o negociante, substituiu, assim, o senhor feudal. Com isso, como incita Huberman (1976, p.44), “[...] a posição dos mercadores na cidade reflete a importância crescente da riqueza em capital em contraste com

4. Dobb (1965) ainda identifica mais duas possíveis origens para os primeiros conglomerados urbanos: eram provenientes do “engrossamento demográfico em certos agrupamentos feudais” (p.98) e dos abrigos concedidos pelas autoridades a peregrinos e fugitivos, “elementos soltos da população não subordinados ao senhor” (p.100), claramente uma tentativa de obter outras fontes de riqueza. Entretanto, Dobb reconhece como pontos fortes o surgimento dos conglomerados a partir de áreas privilegiadas e do estabelecimento de comerciantes em pontos estratégicos, estando ambos os fatores presentes no surgimento de algumas cidades inglesas, francesas e russas.

a riqueza em terras”. Esta passagem do capital em forma de terra, característico da Idade Média e de certa forma infrutífero sob as concepções do próprio capital, para o comercial, mostra-se importantíssima para o posterior entendimento acerca do surgimento das indústrias.

Não apenas as oportunidades oferecidas pelas cidades eram as responsáveis pelo esgotamento do modo de produção feudal. De acordo com Dobb (1965), o que se entende normalmente sobre fim do período dominado pelo modo de produção feudal limita-se ao desdobramento de fatores econômicos, esquecendo-se, assim, dos fatores internos ao modelo de organização social. O autor defende que as relações entre os servos e os senhores na verdade se tornavam mais severas, fazendo até mesmo com que as relações servis se tornassem relações de escravidão, objetivando os senhores feudais a captação de maior produção para, com isso, obterem uma “renda adicional” quando comerciada com os mercadores das cidades⁵. Esta pressão crescente, de acordo com Dobb, mostra-se como ponto-chave para o esfacelamento interno do modo de produção feudal.

O resultado dessa pressão maior foi não só exaurir a galinha que punha ovos de ouro para o castelo, mas provocar, pelo desespero, um movimento de emigração ilegal das propriedades senhoriais – uma deserção maciça por parte dos produtores, que se destinava a retirar do sistema seu sangue vital e provocar a série de crises nas quais a economia feudal iria achar-se mergulhada nos séculos XIV e XV. A fuga dos vilões que deixavam a terra muitas vezes assumia proporções catastróficas tanto na Inglaterra quanto em outros lugares, e não apenas servia para aumentar a população das cidades crescentes, como e principalmente no continente contribuía para a continuação das quadrilhas de proscritos, da vagabundagem e *jacqueries* periódicas. (DOBB, 1965, p.64-5, grifo do autor)

Com os problemas pelos quais passava a estrutura feudal, os conglomerados urbanos acabavam por se tornar chamarizes para os menos afortunados, até mesmo para os próprios senhores, que viam os comerciantes das cidades como saída para seus futuros problemas financeiros:

[...] e se a pressão da exploração feudal e o declínio da agricultura ajudaram a suprir as cidades com imigrantes, a existência destas como oásis mais ou menos livres numa sociedade que não era livre agia por si só como um ímã sobre a população rural, incentivando aquele êxodo das propriedades feudais para escapar às exigências cujo papel na fase de declínio do sistema feudal que tentamos descrever foi tão importante. (DOBB, 1965, p.94)

5. Como Dobb (1965) põe em xeque, “Não existe igualmente bom motivo para esperar que o crescimento do comércio ocasionasse uma intensificação da servidão, para fornecer trabalho forçado ao cultivo da propriedade para fins de mercado?” (p.59) E continua: “[...] a hipótese de que a produção de mercadorias para um mercado implica obrigatoriamente a produção à base de trabalho assalariado parece ter-se infiltrado com demasiada frequência na argumentação.” (p.59-60)

Passa-se, então, para o período da liberdade econômica e da livre iniciativa, quando o produto dos camponeses – alguns especializados em certo processo produtivo, produzindo melhor e em menos tempo do que outros –, anteriormente utilizados apenas para a subsistência, transformam-se em mercadorias (e assim percebe-se a transformação da forma de troca das mercadorias explicada por Marx)⁶. Haveria algo mais justo ao artesão do que gozar dos frutos de seu próprio trabalho através de uma nova organização social que promovesse este proveito?

Entretanto, junta-se a este cenário um novo fator gerador de desigualdades e que nunca antes fora vista nos campos feudais: a concorrência. Como bem explica Huberman (1976), a igualdade entre as associações e corporações, grupo de trabalhadores e aprendizes que juntos atuavam em um mesmo processo produtivo, produzindo cada um suas mercadorias de maneira integral, logo se tornou algo do passado, inclusive se se considerar a ação dos ricos mercadores em dar início ao processo de desenvolvimento das cidades, liderando as ações de libertação das “terras urbanas” das amarras dos senhores feudais e, conseqüentemente, de “libertação” do trabalho dos pequenos produtores, antes presos às leis feudais, para o gozo próprio. Como se pode imaginar, discrepâncias inicialmente econômicas passaram a ser estabelecidas na nova sociedade e, com isso, discrepâncias sociais. Um dos pontos destacados por Huberman (1976) era proveniente do poder dos próprios mercadores e estava calcado nos contratos de exclusividade que as corporações criaram, excluindo muitos produtores com os quais não possuíam laços e, desta forma, engolindo suas produções, deixando-os à própria sorte. Sobre estes “novos pobres”,

[eram] trabalhadores que não tinham quaisquer direitos em nenhuma corporação e estavam à mercê dos industriais mais ricos, para os quais trabalhavam em condições miseráveis e a salários de fome. Essas pessoas viviam em buracos miseráveis e doentios, não tinham nem a matéria-prima nem as ferramentas com que trabalhavam, e foram os precursores do proletariado moderno, tendo apenas seu trabalho e dependendo do empregador e de condições favoráveis de mercado para a sua sobrevivência. As cidades revelavam, portanto, ambos os extremos – os mais miseráveis (Florença, em seus grandes dias, contava com mais de 20.000 mendigos, segundo consta) e no alto os muitos ricos, que viviam no luxo. (HUBERMAN, 1976, p.76)

Assim, as cidades começavam a mostrar sua verdadeira face: nada mais eram do que um novo cenário de um modo de servidão, com novos sujeitos. Hipnotizados por uma liberdade teórica, os antigos servos, e até mesmo alguns senhores feudais, passaram a ser os

6. Neste caso, como bem mostra Marx (1980), inicialmente é o excedente “fortuito” a ser o meio de o artesão adquirir outros produtos, passando, em seguida, pelo excedente proposital e, por fim, à produção exclusiva para a venda.

novos miseráveis da grande cidade, não possuindo agora, ao contrário do período anterior, nem mesmo os meios de produção necessários para, no mínimo, a sua própria subsistência, enquanto que alguns poderosos da Idade Média e as novas figuras das cidades, os burgueses, tornaram-se a classe privilegiada e detentora de todos os recursos necessários à produção de mercadorias. O trabalho passava a ser a mercadoria importante deste período, em detrimento à terra; uma mercadoria sem a qual nenhum dos lados sobreviveria, seja para conseguir o meio de compra dos produtos necessários para subsistência (trabalhadores), seja para captar a mais-valia e, assim, gerar mais dinheiro e o crescimento ilimitado de seus estabelecimentos de produção (burgueses⁷). “ A vida nas cidades do século XVIII devem ter provocado uma mistura deslumbrante de sensações: terror e alegria, ameaça e felicidade, espanto e piedade”⁸ (BRITISH, 2013, tradução nossa).

2.2 As cidades e os miseráveis do campo

Como dito anteriormente, a passagem do antigo cenário feudal para o novo mundo que se via à frente fora disfarçado pela falsa ideia de liberdade econômica, promovida pela própria liberdade que obtinham as cidades dos senhores feudais. Entretanto, esta passagem, apesar da aparência pacífica que parece demonstrar, deu-se de maneira violenta, principalmente em relação às mudanças promovidas sobre os campos feudais. A expansão das cidades era promovida, grosso modo, pelo aumento do número de miseráveis, da mesma forma que a expansão promovida internamente por elas mesmas tinha a mesma fonte.

Inicialmente, deve ser dado destaque à tomada da terra por parte das cidades que se desenvolviam e se encontravam em crescente expansão. De acordo com Marx (2004), a própria adequação da sociedade às características econômicas da organização urbano-industrial, fundadas no lucro a partir da exploração de outro, dar-se-á também, em algumas localidades, com a inserção da figura do arrendatário entre a relação do proprietário de terra e os servos. Seria o golpe último desferido sobre a antiga organização social.

A potência da indústria sobre seu contrário se revela imediatamente no surgimento da *agricultura* como uma indústria real, ao passo que anteriormente ela deixava o principal trabalho ao solo e aos *escravos* desse solo, mediante os quais este último se cultivava. Com a transformação do escravo em trabalhador *livre*, isto é, em um trabalhador *pago a soldo*, o senhor da terra em si transformou-se em senhor de

7. Ou, como passam a ser chamados, capitalistas.

8. “*Life in the eighteenth-century city would have provoked a dazzling mixture of sensations: terror and exhilaration, menace and bliss, awe and pity*”.

indústria, em capitalista, uma transformação que se exerceu, em primeiro lugar, por intermédio do *arrendatário*. [...] Deste modo, o senhor da terra já se formou, no *arrendatário*, essencialmente um capitalista comum. (MARX, 2004, p.94-5, grifo do autor)⁹

Os arrendatários, portanto, não passavam de figuras disfarçadas de um capitalista, um “capitalista da terra”, que começara a aplicar a perspectiva da exploração e da lucratividade sobre o que ainda restara do antigo regime feudal, transformando, assim, os antigos servos em novos assalariados.

Entretanto, a figura do arrendatário apenas mostrava como o comportamento do capital começara a atingir todas as áreas possíveis, das cidades aos campos. Para entender melhor o papel deste sujeito, o arrendatário, para o crescimento das cidades, devem ser percebidos outros fatores que também contribuíram para a expansão das cidades (que, como citado anteriormente, é proveniente do aumento do número de miseráveis). Huberman (1976) aponta como um fator importante para a promoção da mudança “em prol” das cidades e do surgimento da indústria, antes de tudo, o aumento de metais preciosos nas principais nações – Inglaterra, Espanha e Portugal, principalmente.

Deve-se ter em mente que a esta revolução nas organizações sociais até então conhecidas caminhava paralelamente a exploração de terras além-mar, como foi o caso das Américas e de regiões da África. Com a exploração das terras, foram descobertas, entre outros bem valiosos para o comércio europeu, minas de metais preciosos¹⁰ que, à primeira vista, tornariam o país colonizador cada vez mais rico. Entretanto, o principal problema proveniente do aumento da quantidade de dinheiro dentro de uma nação não fora esperado: o aumento generalizado dos preços dos bens.

Que efeito teve sobre a Europa esse afluxo de prata sem precedente? Provocou um aumento sensacional dos preços. Não apenas um tostão ou dois neste ou naquele artigo, mas um aumento espetacular no preço de tudo. Houve uma verdadeira revolução nos preços, tal como ocorrera apenas três ou quatro vezes nos últimos mil anos da história mundial. Os preços das mercadorias em 1600 eram mais de duas vezes superiores ao que foram em 1500, e em 1700 estavam ainda mais altos – mais

9. Interessante observar que Marx considera, ao que parece, a transformação da terra em indústria a partir de fatores que caracterizam este ícone do sistema de produção capitalista, a exploração da força de trabalho e a liberdade. Este termo (“livre”), cuja citação aparece em destaque feito pelo próprio Marx, refere-se à um estado duplo de liberdade: uma liberdade “positiva”, em que o novo assalariado não mais é ligado à terra e pode fazer o que bem quiser de si mesmo), e uma liberdade “negativa”, onde o mesmo sujeito é despossuído de todos os meios de vida (manifestado anteriormente na terra).

10. A noção de riqueza passava, durante a mudança do foco dos tipos de economia, a saber, economia feudal para economia comercial, a ser relacionada à quantidade de metais preciosos possuídos por cada nação, sendo visado, desta forma, o alcance de uma balança comercial favorável, com as exportações, portanto, superiores às importações, ou seja, com o fluxo de metais preciosos que entram no país maior que o fluxo de metais que o deixa.

de três vezes e meia o que haviam sido quando a revolução dos preços teve início. (HUBERMAN, 1976, p.109)

A explicação é simples: com o aumento da circulação do bem socialmente aceito como moeda, o poder de compra dentro de uma nação aumentava, aumentando assim os preços dos bens. Desta forma, necessitava-se de maior quantidade de dinheiro para comprar a mesma quantidade de bens.

Como destacado por Huberman (1976), os arrendatários também sofreram com o aumento de preços: recebiam o mesmo valor pelo arrendamento de suas terras, mas deveriam despendar uma maior quantidade de dinheiro para pagar os novos preços altos dos bens que necessitavam. Por não possuírem o controle do nível de preços, acabava por se perceber, como única saída, o aumento dos preços dos arrendamentos. Aqui percebe-se o primeiro ponto de transformação da sociedade feudal, onde um número cada vez maior torna-se impossibilitada de arcar com os custos maiores das terras e, sem poder pagar, são arrancados de seu único meio de vida.

O fator seguinte mostra-se apenas como uma outra saída, por parte dos arrendatários, para este aumento no nível geral de preços: a política de cercamentos, presente principalmente na Inglaterra. De acordo com Huberman (1976, p.114), a construção de cercas, “atrás das quais a terra continuava a ser lavrada, não prejudicavam a ninguém e levaram a um melhoramento na produção.” Todavia, um tipo de produção tornava parte relevante dos antigos lavradores desnecessária para esta tentativa dos arrendatários se safarem dos preços: a criação de ovelhas. Pauta de exportação principal da Inglaterra, a produção de lã foi vislumbrada como uma boa oportunidade de ganhar mais dinheiro. Entretanto,

Para cuidar de ovelhas, é necessário um número de pessoas menor do que para cuidar de uma fazenda – e os que sobravam ficavam desempregados. Muitas vezes, o senhor achava que para reunir numa só área as várias propriedades espalhadas tinha de expulsar os arrendatários de cujas terras necessitava. Assim fazia e mais gente perdia seu meio de vida. (HUBERMAN, 1976, p.115)

Porém, como bem explana Marx (2004, p.77), o antigo regime estava cavando a própria cova ao expulsar os pequenos lavradores,

Pois, a grande propriedade fundiária, como na Inglaterra, atira a maioria preponderante da população para os braços da indústria e reduz os seus próprios trabalhadores à completa miséria. Ela engendra e aumenta, portanto, o poder de seu inimigo, do capital, da indústria, na medida em que lança braços e uma completa e total atividade do país para o outro lado. Torna industrial a maior parte do país, portanto [torna-se] adversária da grande propriedade fundiária.

Finda-se aqui a análise voltada ao antigo regime. Apesar disso, pode-se concluir que as modificações nas áreas onde ainda reinavam o modo de produção feudal, suas leis e seus costumes, moldaram conseqüentemente as principais características das cidades, principais (e talvez únicos) destinos de todos que foram expulsos de suas terras e que não mais possuíam o mínimo necessário para sobreviverem¹¹. Uma ideia aproximada das condições já pode ser delineada através do que foi exposto até este momento: do que poderia resultar, dentro de conglomerados urbanos, onde a liberdade é lei (e aqui faz-se a mesma ressalva sobre a ideia de liberdade defendida anteriormente), a presença de quantidade enorme de miseráveis, que não possuíam meios de subsistência e, desconhecendo o “novo mundo”, os meios necessários para, sob a própria iniciativa, constituírem o próprio negócio? Não possuindo moradia, terra ou dinheiro, detendo apenas a própria capacidade de trabalhar, o que os esperava?

O movimento de fechamento das terras provocou muito sofrimento, mas ampliou as possibilidades de melhorar a agricultura. E quando a indústria capitalista teve necessidade de trabalhadores, encontrou parte da mão-de-obra entre esses infelizes desprovidos de terra, que haviam passado a ter apenas a sua capacidade de trabalho para ganhar a vida. (HUBERMAN, 1976, p.118)

2.3 Condições urbanas: conseqüências à (parte da) sociedade

Relatos de estrangeiros que iam à Londres para realizarem seus negócios chegam a impressionar aqueles que desconhecem o caráter das cidades inglesas (e das demais nações desenvolvidas) durante o século XVIII e XIX. “Muitos viajantes notavam o 'cheiro' de Londres enquanto se aproximavam de longe, e cartas recebidas da capital eram frequentemente ditas terem um odor de 'fuligem’”¹² (BRITISH, 2013, tradução nossa).

A imagem das cidades cujo desenvolvimento se apresentava como fruto da ascensão da produção industrial, não era das melhores. Refúgio da massa de lavradores pobres, expulsos de suas terras devido ao cercamento das mesmas ou devido aos altos preços dos arrendamentos, nada garantiria, entretanto, a sobrevivência dos mesmos naquele novo local¹³.

11. “Tornou-se, então, a mais miserável de todas as classes sociais, um proletário agrícola; onde não havia trabalho disponível em lavouras, ele acabou por se transformar em indigente, até mesmo em ladrão e comumente em mendigo.” (HEILBRONER, 1996, p.34)

12. *Many travellers noted the 'smell' of London as they approached from far away, and letters received from the capital city were often said to have a 'sooty' odour.*

13. Para tornar o entendimento sobre o modo como as cidades estavam organizadas e as conseqüências desta organização para a sociedade, ter-se-á por pressuposto o surgimento e o estabelecimento do processo de produção industrial, baseada na larga utilização da maquinaria pesada, característica da segunda metade do século XIX. O desenvolvimento da indústria, entretanto, será explicado na próxima seção.

As ideias de liberdade econômica, em comparação à vida estática característica da antiga organização feudal, tornara-se um grande chamariz para mercadores e até mesmo a alguns pequenos produtores. A reunião em um mesmo local de produtores individuais, corporações e ligas de produção também criaram novos sujeitos para o novo cenário econômico, como os intermediários e os banqueiros¹⁴ (HUBERMAN, 1976). Enquanto aquele gerava a especialização através de uma reorganização do modo de produção (denominado por Huberman (1976, p.120) de “sistema de produção doméstica”), o fornecimento de matérias-primas e de mercado para os produtos finais, este estava responsável, conforme é percebido até hoje, pela transferência de importantes quantias de dinheiro, que financiavam os primeiros projetos industriais e demais empreendimentos. Todavia, estes atores não serão aqui estudados. Será analisada a maior parte da população urbana inglesa, a saber, os trabalhadores das indústrias, bem como os próprios miseráveis criados por estas.

Ressalta-se inicialmente que o antigo quadro econômico no qual se encontrava a sociedade, de relativa estabilidade, onde o mínimo necessário à sobrevivência era garantido, não se mostrava totalmente benéfico à realização do homem enquanto ser pensante. De acordo com Engels (2010, p.47), os habitantes da economia feudal já se mostravam intelectualmente mortos,

viviam exclusivamente para seus interesses privados e mesquinhos, para o tear e para a gleba e ignoravam tudo acerca do grandioso movimento que, mais além, sacudia a humanidade. Sentiam-se à vontade em sua quieta existência vegetativa e, sem a revolução industrial, jamais teriam abandonado essa existência, decerto cômoda e romântica, mas indigna de um ser humano. De fato, não eram seres humanos: eram máquinas de trabalho a serviço dos poucos aristocratas que até então haviam dirigido a história; a revolução industrial apenas levou tudo isso às suas conseqüências extremas, completando a transformação dos trabalhadores em puras e simples máquinas e arrancando-lhes das mãos os últimos restos de atividade autônoma – mas, precisamente por isso, incitando-os a pensar e a exigir uma condição humana.

Desta forma, como bem explana o autor – alcançando, obviamente, uma análise que ultrapassa considerações econômicas – nenhum dos dois cenários se mostravam como instigantes à completude do homem, principalmente sobre seu próprio trabalho, visto que em ambos havia tipos de alienação e de exploração diferentes. A diferença estava nas condições oferecidas pelas cidades, onde os fatores citados eram percebidos mais facilmente.

Como defendido, a expansão das cidades teve por fator primordial a procura dos pobres e miseráveis expulsos de suas terras. A rápida procura por um lugar, entretanto, não

14. Ambos os sujeitos serão importantíssimos para o crescimento da indústria.

era acompanhada por uma urbanização que promovia uma melhor constituição da estrutura oferecida pelas cidades. Exemplo do descompasso cidade-população se mostrou na cidade de Paris, onde, apesar do desenvolvimento tardio de sua zona urbana¹⁵,

De menos de 600000 habitantes na época da Revolução de 1789 e 714596 habitantes no final do Primeiro Império, Paris atinge 1226980 habitantes em 1851 e, quinze anos depois tem uma população de 1823000 habitantes. Aumento expressivo e alarmante se for levado em conta ter até 1850 o desenho urbano da cidade permanecido inalterado. (BRESCIANI, 2004, p.74-5, grifo nosso)

Comandadas por ricos comerciantes, pouco importava a maneira como os detentores da capacidade de trabalho se amontoavam nas cidades, seja em seus “domicílios”, seja na rua. O importante seria proví-los do mínimo para estarem presentes no dia seguinte. Se conseguiam viver sem um teto, o burguês via com bons olhos, já que não teria despesas maiores. Como o companheiro de passeio de Engels responde, ao ser indagado por este sobre a situação precária da arquitetura de Manchester e de suas péssimas condições, “apesar disso, aqui se ganha um bom dinheiro” (ENGELS, 2010, p. 308).

Sobre as condições das cidades, já se percebem suas consequências ao homem apenas considerando o grande povoamento sofrida pelas mesmas. De acordo com Bresciani (2004, p.23), “Poucos dias de permanência na cidade bastam para que identifique os 'efeitos devastadores da aglomeração urbana’”. Engels (2010, p.137) completa com o caso de Londres:

A mera concentração da população nas grandes cidades já exerce uma influência deletéria. A atmosfera de Londres não pode ser tão pura e rica em oxigênio como a de uma região rural; 2,5 milhões de pessoas respirando e 250 mil casas amontoadas numa área de três ou quatro milhas quadradas consomem uma enorme quantidade de oxigênio que dificilmente se renova, uma vez que a arquitetura citadina não favorece a circulação do ar. O gás carbônico produzido pela respiração e pela combustão permanece nas ruas graças à sua densidade e porque as correntes principais dos ventos passam acima das casas. Os pulmões dos habitantes não recebem a porção adequada de oxigênio e as consequências são a prostração física e intelectual e uma redução da energia vital. Por isso, os habitantes das grandes cidades estão menos expostos às doenças agudas, particularmente do tipo inflamatório que os moradores das áreas rurais, que respiram um ar livre e normal – mas, em contrapartida, os cidadãos sofrem muito mais doenças crônicas. E se a vida nas grandes cidades, em si mesma, já não é fator conveniente à saúde, imagine-se o efeito nocivo causado pela atmosfera anormal dos bairros operários, onde, como vimos, encontra-se reunido tudo que pode envenená-la. (ENGELS, 2010, p.137)

É a partir do “êxodo” que as consequências do modo de organização da sociedade industrial começam a tomar forma sobre o corpo e a mente do homem, agora assalariado,

15. “Enquanto a Inglaterra de 1850 tem 50% da sua população nas cidades, na França 75% da população encontra-se no campo dedicando-se à agricultura. Essa proporção, que na Inglaterra se altera significativamente para 35% no campo em 1871, na França só logra baixar para 69%” (BRESCIANI, 2004, p.71).

dependendo exclusivamente da venda de sua capacidade de trabalho para manter-se vivo. Através da análise das condições que se percebem na cidade, partindo para as condições de suas próprias moradias (quando possuem) e, por fim, pelas condições de seu trabalho (e aqui faz-se referência às formas de trabalho encontradas, do típico trabalho na indústria às rotas de fuga encontradas pela camada menos favorecida da sociedade, como o roubo e a prostituição), perceber-se-á “que não é somente por brincadeira que Paris foi chamada de inferno” (CHEVALIER *apud* BRESCIANI, 2004, p.77).

Em relação às condições gerais das cidades, defende-se que o desenvolvimento das características que acabariam por abalar a condição físico-mental dos assalariados são frutos diretos do desenvolvimento paralelo das indústrias e demais estabelecimentos manufatureiros. Não deverá ser confundido, entretanto, que o surgimento das cidades tenha sido efetivado pelo capital industrial. Através do que foi exposto anteriormente, o surgimento e desenvolvimento dos conglomerados urbanos se deu através de fatores diferentes à uma “atividade do capital industrial”, por assim se referir aos investimentos realizados pelos mercadores mais ricos em compra de mão-de-obra e no desenrolar do processo de separação entre os trabalhadores e os meios de produção, bem como os investimentos em estrutura para o novo processo produtivo, fator este mais visível.

Com um olhar mais geral sobre as cidades do século XVIII e XIX, percebe-se que as ideias que nortearam sua formação, como a de liberdade, foram as ideias que continuaram a guiar seu caminho: a livre concorrência¹⁶, o livre mercado e, principalmente, a livre iniciativa. Desta maneira, a cidade se mostrava como fruto das escolhas individuais de comerciantes, especuladores e industriais principalmente, possuidores de poder econômico e, com isso, conforme sempre demonstrou a história do homem, de poder político. A liberdade também se manifestava através das modificação nas antigas leis e regras fixas características do regime anterior. Sendo libertado das antigas amarras feudais, portanto, o homem vê-se cada vez mais capacitado a modificar a sua realidade através de seus próprios interesses (que, de acordo com Smith, culminaria em um ganho coletivo). As antigas estruturas dos centros e cidades, desta maneira, modificaram-se com o próprio caráter que o capital industrial adota, em contraste

16. “A concorrência é a expressão mais completa da guerra de todos contra todos que impera na moderna sociedade burguesa. Essa guerra, uma guerra pela vida, pela existência, por *tudo* e que, em caso de necessidade, pode ser uma guerra de morte, não se trava apenas entre as diferentes classes da sociedade, mas também entre os diferentes membros dessas classes: cada um constitui um obstáculo para o outro e, por isso, todos procuram eliminar quem quer que se lhes cruza o caminho e tente disputar seu lugar. Os operários concorrem entre si tal como os burgueses.” (ENGELS, 2010, p.117)

com o capital comercial: agora adotado por um movimento ininterrupto, sempre em busca de gerar o maior lucro possível.

Em sua ênfase na especulação, não na segurança, nas inovações lucrativas antes que nas tradições conservadoras do valor e na continuidade, o capitalismo tendeu a dismantelar toda a estrutura da vida urbana e a coloca-la numa nova base impessoal: o dinheiro e o lucro. Tudo isso teve um efeito direto sobre as velhas tanto quanto sobre as novas estruturas. As antigas tornaram-se dispendiosas: as novas foram concebidas, quase desde o princípio, como efêmeras. O capital, mais aventureiro quando era líquido e móvel, olhava com desconfiança os pesados investimentos em equipamentos e edifícios permanentes; e mesmo depois que tinha aperfeiçoado uma forma mais fluida e transferível, na sociedade por ações tendia a favorecer construções de caráter utilitário, de edificação rápida, fáceis de substituir – exceto quando a necessidade de confiança pública na riqueza e solidez de uma instituição justificava um pesado investimento em ostentatória alvenaria [...] (MUMFORD, 1998, p.451)

Não se importa a maneira como a cidade está organizada nem as consequências que o processo produtivo industrial poderá acarretar à sociedade; em primeiro lugar, acima da própria humanidade, deve se encontrar o lucro e o dinheiro. Esta indiferença acerca da própria população das cidades provocará os mais diversos malefícios ao homem, desde o próprio adoecimento do corpo, provocado por um atropelamento da população crescente sobre a estrutura urbana estagnada, à perda da identidade individual, sendo “substituída pela condição de habitante de um grande aglomerado urbano” (BRESCIANI, 2004, p.11).

Este comportamento socioeconômico, somada à ineficácia do Estado – por atender aos anseios da elite, industriais e ricos comerciantes, ao invés das necessidades de toda a população – era visível não apenas no próprio comportamento adotado pelos cidadãos, mas também pelas moradias com que contavam. O que, afinal, um antigo camponês, sem terras e demais meios para manter-se vivo – sejam estes os meios de produção ou os próprios bens ditos de “necessidade primária –, poderia esperar de uma nova organização social calcada na liberdade de iniciativa e na minimização do poder governamental sobre as forças do mercado e do progresso¹⁷?

As casas são habitadas dos porões aos desvãos, sujas por dentro e por fora e têm um aspecto tal que ninguém desejaria morar nelas. Mas isso não é nada, se comparado às moradias dos becos e vielas transversais, aonde se chega através de passagens cobertas e onde a sujeira e o barulho superam a imaginação: aqui é difícil encontrar um vidro intacto, as paredes estão em ruínas, os batentes das portas e os caixilhos das janelas estão quebrados ou descolados, as portas – quando as há – são velhas pranchas pregadas umas às outras; mas, nesse bairro de ladrões, as portas são inúteis: nada há para roubar. Por todas as partes, há montes de detritos e cinzas e as águas servidas, diante das portas, formam charcos nauseabundos. Aqui vivem os

17. Fatores que caracterizavam a ideia do *Laissez-faire*, *Laissez-passer*, *Laissez-aller* (“Deixe fazer, Deixe, passar, Deixe andar”), defendida principalmente por Adam Smith.

mais pobres entre os pobres, os trabalhadores mais mal pagos, todos misturados com ladrões, escroques e vítimas da prostituição. (ENGELS, 2010, p.71)

Não seria certo, entretanto, considerar que nada se fazia perante as condições inumanas que mostravam as habitações ou o ambiente; são inúmeros os relatórios acerca dos casos percebidos por médicos ou agentes sanitários. As informações, entretanto, pouco importavam à elite capitalista: se o trabalhador conseguisse sobreviver a essas condições, o capitalista não precisaria se importar com tamanha bobagem; caso o trabalhador perecesse, havia uma fila enorme, todos os dias, em frente às fábricas, de pobres coitados buscando preencher a antiga vaga, mesmo que por um salário menor.

Relatórios de autoridades administrativas do período revelavam que as condições sanitárias das famílias que se conglomeravam nos porões nas cidades de Liverpool, Manchester, Leeds e várias áreas de Londres, bem como os sofrimentos físicos e desordens morais causados àquelas, eram maiores nestes espaços do que até mesmo nas prisões (BRESCIANI, 2004, p.29).

Benevolo (2007) analisa o cotidiano dos trabalhadores das cidades inglesas e promove uma aproximação de cada detalhe percebido pela maior parte da população: o trânsito misturava-se ao esgoto a céu aberto, as brincadeiras das crianças misturavam-se com áreas de criação de animais – normalmente porcos, devido à facilidade de adequação destes com as péssimas condições de higiene nas quais se encontravam as ruas, becos e até mesmo algumas habitações. As casas eram apertadas, e mesmo assim, devido aos altos aluguéis cobrados pelo espaço exíguo, comportavam cerca de duas, até mesmo três famílias. Suas condições mostravam-se tão ruins quanto as condições das ruas das cidades.

A miséria deverá ser o estado da maior parte da população para que apenas parte dela torne-se poderosa, e, com esta elite no poder, vê-se aqui um ciclo vicioso, onde os mais poderosos, nas posições regulamentadoras do modo de vida das cidades e de sua organização, “torcem” o trabalhador miserável até a última gota de suor, deixando-o aos ratos, mas elevando-se às posições de destaque econômico. Tornam-se estes poucos a encarnação do capital, o formato vivo da ganância e da exploração do mais fraco, a busca pelo crescimento ilimitado.

O modo de vida das cidades, como consequência direta do modo de produção capitalista, gera consequências no comportamento e nas perspectivas de toda a população. Como se não bastasse a exploração dentro das fábricas, fora delas o ser humano não encontrava espaços propícios nem mesmo ao próprio descanso, necessário após mais de 15

horas de trabalho ininterruptas. O espaço fora das fábricas acentuava os males gerados durante a produção de mercadorias; a integridade física e moral do indivíduo era afetada, esta abalando fortemente o pensamento, a alma, enfim, a psique humana.

O capital não tem por isso a menor consideração com a saúde e com a vida do trabalhador, a não ser quando a sociedade o compele a respeitá-las. À queixa sobre a degradação física e mental, morte prematura, suplício do trabalhador levado até à completa exaustão responde: Por que nos atormentarmos com esses sofrimentos, se aumentam nosso lucro?” (MARX, 1980, p.306)

Como consequências últimas identificadas do modo de produção à população mais debilitada econômica e politicamente e evidente em cada espaço das cidades, tem-se o desvirtuamento do caráter dos trabalhadores e, por fim, o perecimento dos mesmos. Em relação ao primeiro, percebe-se ser manifestada, na verdade, através da própria condição do miserável em não se encaixar como mão-de-obra à indústria. Claro deverá parecer que, da mesma forma que o próprio espaço urbano não comporta tamanha quantidade de pessoas, as indústrias também não garantem empregos para todos. Desta forma, como tentativas de se manterem vivos, os excluídos do processo de produção industrial buscam outras saídas para a garantia de seu ganha-pão. Não se adequam a estas novas atividades apenas pela não-inserção no mercado de trabalho, mas também devido ao imediatismo da “recompensa” e do prazer proporcionado por tais atos em comparação ao trabalho nas fábricas, conforme diz o *sheriff* Alisson, citado por Engels (2010, p.160). Caracterizados por muitos como a “escória da sociedade”, os cidadãos modificam seu caráter e comportamento para se adequarem às vidas mais vis que se consideram neste período. Como principais alternativas, tem-se, por exemplo, a prostituição, a ladroagem e a jogatina. Por serem considerados contrários à corrente do emprego em fábricas, estabelecimentos manufatureiros e ao comércio, e pela própria consciência do caráter de seus trabalhos, tais atividades demonstram ser mais recorrentes no período da noite, quando a cidade continua a pulsar, mas fora de seu espaço industrial, movimentando-se através de ruelas e becos.

Os combates do dia se interrompem, os soldados do trabalho repousam, os demônios despertam e preenchem o espaço urbano. A multidão é outra. O formigar das prostitutas, os escroques atentos junto às mesas de jogo, os ladrões na sua labuta silenciosa: tais são seus componentes [...] [Nas regiões mais escuras], a multidão realiza o cotidianamente renovado espetáculo da promiscuidade, da agressão; em suma, todo o perigo pressuposto como presença em repouso, durante o dia, põe-se de tocaia em cada reentrância da rua, em todos os becos mal iluminados. Para os contemporâneos, na noite, sob a luz dos lampiões, a multidão assume a imagem acabada de alguma coisa obscura e inextricável. São apenas perceptíveis vozes, sussurros, vultos, olhares, passos. (BRESCIANI, 2004, p.13-14)

E não é apenas por este lado que a marcha desta parte da “multidão noturna” é mantida. Expande-se também devido ao caráter de “fuga da realidade” e do prazer imediato que estas atividades propõem aos corpos esgotados dos trabalhadores. De acordo com o mesmo *sheriff* Alisson de Engels (2010, p.160), esta busca pelo vício (e aqui deve ser inserido também o alcoolismo) e pelos prazeres ditos proibidos não demonstram uma anormal do caráter desta classe, “mas da natureza quase irresistível das tentações a que estão expostos os pobres”. O mesmo personagem expõe que “Existe um grau de miséria e uma imposição do pecado a que a virtude raramente pode resistir e a que a juventude, especificamente, não consegue se contrapor”. Todavia, para tornar a conclusão mais acertada, deve-se ter em mente que não apenas a condição de miséria e a simples existência do “pecado” tornam estas atividades possíveis. Deve-se fazer menção aos motivos que levaram parte majoritária da sociedade a esta situação de miséria, à debilidade de seu caráter e à privação de prazeres necessários à vida, indo do ócio à vivência salutar com a família. O cotidiano se transformou em algo desesperador, fazendo com que o prazer rápido e imediato e a fuga da realidade cruel fossem buscados com maior frequência.

(...) o alcoolismo deixa de ser um vício de responsabilidade individual; torna-se um fenômeno, uma consequência necessária e inelutável de determinadas circunstâncias que agem sobre um sujeito que – pelo menos no que diz respeito a elas – não possui vontade própria, que se tornou – diante delas – um objeto; aqui, a responsabilidade cabe aos que fizeram do trabalhador um simples objeto. Assim como é inevitável que um grande número de operários se torne alcóolatra, também é inevitável que o alcoolismo provoque efeitos destrutivos sobre os corpos e os espíritos de suas vítimas, agravando todas as predisposições às doenças derivadas das condições gerais de abdominais, sem esquecer a eclosão e a propagação do tifo. (ENGELS, 2010, p.143)

A última consequência, obviamente, é o perecimento do ser humano. Nada mais comum, apesar de impactante, do que se ouvir falar ou perceber em meio aos espaços urbanos, em adultos e, principalmente, em crianças que morrem de fome¹⁸ – sendo estas mais facilmente afetadas pela falta ou debilidade dos nutrientes necessários durante o dia. De acordo com Engels (2010, p.142),

A falta temporária de alimentação suficiente, que todo trabalhador experimenta pelo menos uma vez na vida, apenas agrava as consequências de uma alimentação

18. De acordo com Engels (2010), os próprios operários ingleses utilizam o termo “assassinato social” para caracterizar este processo de definhamento do ser humano enquanto proletário, assim tratado pela burguesia devido à sua aparente falta de importância ao desenvolvimento da humanidade, baseada no crescimento econômico, e que, por fim, culminará na morte daquele sujeito marginalizado: “e [os operários] acusam nossa sociedade de praticá-lo continuamente. Estarão errados?” (2010, p. 69)

normalmente má. Crianças que, no período em que a alimentação lhes é mais importante, só podem comer metade do que é necessário para matar a fome (e quantas nem isso comem durante as crises e, às vezes, nem mesmo nos períodos mais favoráveis), essas crianças se tornarão quase certamente fracas, escrofulosas e raquíticas – e já seu aspecto o demonstra. O abandono a que está condenada a grande maioria dos filhos dos trabalhadores deixa sequelas indelévels e tem por consequência o enfraquecimento físico de toda a população operária. Se a isso acrescentarmos o vestuário pouco adequado dessa classe, que dificulta – quando não impossibilita – a proteção contra o frio, a necessidade de trabalhar até o limite da exaustão, a miséria da família que aumenta quando há doenças e a ausência habitual de qualquer assistência médica, teremos um quadro aproximado do estado de saúde dos trabalhadores ingleses.

Além disso, como o próprio autor também enfatiza, casos de suicídio eram tidos como comuns em meio à classe operária.

A miséria só permite ao operário escolher entre deixar-se morrer lentamente de fome, suicidar-se ou obter aquilo de que necessita onde encontrar – em outras palavras, roubar. Não espanta o fato de a maioria preferir o furto ao suicídio ou à morte por fome. Sem dúvida, há entre os operários muitos indivíduos suficientemente moralistas para, mesmo na extrema privação, não roubar; esses morrem de fome ou se suicidam. O suicídio, que no passado foi um invejável privilégio das classes altas, está atualmente na moda na Inglaterra até entre os proletários e muitos pobres diabos se matam na única alternativa que lhes resta para escapar à miséria. (ENGELS, 2010, p.155)

Produto das fábricas, as cidades da Europa, principalmente da Inglaterra, onde a Revolução Industrial se dá com maior força e, com isso, as condições das cidades são mais agravadas, oferecem um quadro antagônico elevado ao extremo. Enquanto uma classe sobrevive em meio à pompa proveniente do novo modo de produção e dos lucros provenientes do comércio, a outra classe, que comporta a maior parte da população, sofre com o desenvolvimento das indústrias e seus produtos: miséria, desgaste físico, debilitação mental. Sobre o a pedra angular na qual se baseia a economia capitalista, o trabalho, delineia-se a relação inicial entre o sistema econômico e o homem, a força de trabalho, força motriz da expansão do capitalismo, por um lado, e único meio de sobrevivência de toda uma classe, por outro, passando de meio de realização de um ser dotado de inteligência a mercadoria.

Este ambiente desordenado e inabitável – que chamaremos de cidade liberal – é o resultado da superposição de muitas iniciativas públicas e particulares, não-reguladas e não-coordenadas. A liberdade individual, exigida como condição para o desenvolvimento da economia industrial, revela-se insuficiente para regular as transformações de construção e urbanismo, produzidas justamente pelo desenvolvimento econômico. As classes pobres sofrem mais diretamente os inconvenientes da cidade industrial, mas as classes ricas não podem pensar em fugir deles por completo. (BENEVOLO, 2007, p.567)

Este panorama das cidades, entretanto, talvez seja pouco frente ao cenário paralelo presente nas fábricas europeias dos séculos XVIII e XIX. As condições das fábricas se mostram mais lúgubres do que as percebidas até então fora de suas paredes. Já deformado pela cidade, o trabalhador, durante suas horas de atividade produtiva, é exaurido pelo trabalho excessivo e pelas péssimas condições que lhe são oferecidas.

3 AS FÁBRICAS E A SITUAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

3.1 O crescimento das indústrias

O surgimento das indústrias até então se mostra como ponto importante de discussão entre intelectuais da História e da Economia. Em relação aos que se dedicam a esta análise, faz-se menção constantemente ao processo de divisão do trabalho sofrido pelas antigas produções artesanais ao fim do período feudal e à desapropriação dos meios de produção em posse dos próprios artesãos, fazendo assim com que estes se enfileirassem nas portas das incipientes indústrias buscando vender sua força de trabalho. Apesar dos mais diversos estudos sobre e, com isso, das diversas perspectivas que se possa ter acerca do surgimento das indústrias, um fator parece claro: da mesma forma que em todas as passagens entre diferentes etapas da história da humanidade, seja econômica ou política, tal “transformação” não aconteceu da noite para o dia. Atores, novos cenários e motivações entram em cena para culminarem no lento desenvolvimento de um novo modelo de sociedade.

Inicialmente, deve se ter em mente um fator-chave para o surgimento e posterior crescimento das indústrias. Qual o motivo principal para que a produção excessiva proposital de bens visando a troca – assim, não mais tendo a subsistência o seu principal foco – tenha se tornado o norteador dos investimentos dos agentes durante os séculos XVIII e XIX? As vantagens obtidas com a própria troca. Talvez não esteja claro se ainda se tiver por base algumas das três formas de troca iniciais das mercadorias, conforme explana Marx (1980)¹⁹; a motivação para o crescimento da produção durante estes séculos torna-se compreensível quando passamos para a quarta e última forma de expressão do valor, a forma dinheiro, na qual apenas uma mercadoria é considerada como equivalente geral de todas as outras, tornando-se, desta maneira, a própria expressão do valor²⁰, mercadoria com a qual se pode chegar à posse de qualquer outra existente no mercado. Para a efetivação dos processos de troca, torna-se necessária uma condição favorável a priori, qual seja, a constituição de um “local” em que os diferentes produtores e consumidores possam se encontrar. Como defendido por Huberman (1976, p.119), a expansão do mercado “É uma chave importante

19. São as formas de expressão do valor: forma simples ou fortuita, forma expansiva ou desdobrada e a forma geral. De acordo com o autor, elas se baseiam no desenvolvimento de cada lado da expressão de troca, o lado relativo e o lado equivalente, mercadorias diferentes sob o aspecto de seus valores de uso (desde a composição físico-química à finalidade com a qual foi constituída), mas equiparáveis devido ao seu valor, devido à substância comum às duas: trabalho (mais especificamente, *tempo* de trabalho)

20. Esta seria, portanto, a única finalidade do dinheiro, seu único valor de uso.

para a compreensão das forças que produziram a indústria capitalista, tal como a conhecemos”.

Tendo por plano de fundo as novas oportunidades geradas através da troca, pode-se ter como passo inicial para o desenvolvimento das indústrias, após o crescimento do mercado, o surgimento do *intermediário*.

Novo personagem introduzido à simples sociedade da produção artesanal, o intermediário, proveniente muitas vezes de regiões especializadas na troca de mercadorias, aparece como facilitador da produção artesanal. Apesar de muitas vezes ser percebido como um mercador comum, o intermediário mostrava-se mais que isso. Visando a lucratividade baseada no sobrepreço dos bens produzidos pelos sistemas familiar e de corporações, o intermediário insere-se no caminho percorrido pelos produtores antes do processo produtivo e após o término deste. Assim, como deixa claro Huberman (1976, p.120),

Entra em cena o intermediário, e as cinco funções do mestre artesão [fabricante, mercador, empregador, capataz, comerciante] se reduziram a três – trabalhador, empregador, capataz. Os ofícios de mercador e comerciante deixaram de ser atribuição sua. O intermediário lhe entrega a matéria-prima e recebe o produto acabado. O intermediário coloca-se entre ele e o comprador. A tarefa do mestre artesão passou a ser simplesmente produzir mercadorias acabadas tão logo recebe a matéria-prima.

Inicia-se aqui, de acordo com Huberman (1976, 125), uma situação de dependência dos artesãos sobre a figura do intermediário, na qual aqueles dependeriam exclusivamente deste tanto para se dar início ao processo produtivo através da captação das matérias-primas necessárias quanto da efetivação daquela produção no mercado²¹. Com isto, dá-se cabo a um processo de enriquecimento do próprio intermediário, mercador e germe do capitalista do período industrial, baseando-se no aproveitamento da produção de terceiros para seus negócios no mercado²². Entretanto, tal atitude não deve, ainda, ser confundida com o caráter da exploração capitalista. Aqui percebe-se o principal contraponto a este sistema econômico: os produtores de mercadorias ainda possuíam a propriedade de seus meios de produção.

21. O mesmo autor caracteriza os artesãos, nesta situação de dependência, como “tarefeiros assalariados”.

22. “No correr de suas notas históricas sobre o capital mercantil, Marx indicou que este, em seu estágio inicial, apresentava uma relação puramente externa quanto ao modo de produção, que permanecia independente e intocado pelo capital, sendo o mercador apenas “o homem que ‘remove’ os artigos produzidos pelas guildas ou camponeses”, para ganhar com as diferenças de preço entre as diversas zonas produtoras. Mais tarde, no entanto, o capital mercantil começou a ligar-se ao modo de produção, em parte a fim de explorá-lo mais eficientemente – para ‘deteriorar a situação dos produtores diretos... e absorver seu trabalho excedente com base no antigo modo de produção’ – em parte para transformá-lo nos interesses de lucros maiores e no serviço de mercados mais amplos.” (DOBB, 1965, p.156)

Todavia, o intermediário não se limitou apenas a ser a ligação entre os artesãos²³ e o mercado – seja em relação às matérias-primas ou dos produtos finais. Este sujeito, agora fixado no processo produtivo como elemento importante, principalmente, para a realização das mercadorias, ou seja, para a execução do objetivo da produção através da troca no mercado, vislumbra a capacidade potencial de lucratividade daquele processo produtivo no qual baseia a sua atividade como estando além de sua capacidade efetiva. Devido ao poder que detém através de sua posição-chave, o intermediário poderá ser visto como figura importante para o desenvolvimento da indústria. A partir daqui, pode-se inferir que tal personagem seguiria um dos caminhos que se apresentavam à frente, ambos rumo à lucratividade: continuar a seguir com seu negócio, baseado na contratação de trabalhadores e na produção voltada estritamente ao mercado, captando seu lucro, assim, no sobrepreço das mercadorias, ou modificar o sistema de produção ao qual devia sua atividade. Em relação ao primeiro, Huberman (1976, p.120) explica que

Esse método, pelo qual o intermediário emprega certo número de artesãos para trabalhar em seu material em suas respectivas residências é denominado sistema de produção “doméstica”. Note-se que na técnica de produção o sistema “doméstico” não difere do sistema de corporações. Deixa o mestre artesão e seus ajudantes em casa, trabalhando com as mesmas ferramentas. Mas embora o método de produção permanecesse o mesmo, a forma de negociar as mercadorias foi organizada em novas bases, pelo intermediário, atuando como negociante.

Para o segundo caso, tem-se a observação do autor de que, apesar de não possuir poder suficiente para modificar radicalmente a técnica utilizada pelos artesãos, a figura do intermediário afetou drasticamente o volume da produção de mercadorias através de rearranjo no modo de produção, mais especificamente através da inserção da especialização do trabalho. Inicia-se aqui uma das principais características que formam a imagem do trabalho industrial e que, com o decorrer da História, será levada ao extremo durante o capitalismo dos séculos XX e XXI: a divisão social do trabalho.

Embora o intermediário não modificasse a técnica de produção, reorganizou-a para aumentar a produção das mercadorias. Viu, sem demora, as vantagens da especialização. William Petty, famoso economista do século XVII, pôs em palavras aquilo que o intermediário estava fazendo na prática. “A fabricação da roupa deve ficar mais barata quando um carda, outro dia, outro tece, outro puxa, outro alinha, outro passa e empacota, do que quando todas as operações mencionadas são canhestamente executadas por uma só mão”. [...] Cada trabalhador tem uma tarefa

23. Interessante observação faz Huberman (1976, p.121) ao perceber que há muito os intermediários pareciam perceber a limitação imposta por aquela forma de organização do processo produtivo sobre seus lucros auferidos no mercado: “Os intermediários frequentemente trabalhavam dentro da estrutura do sistema de corporações, aceitando-o aparentemente, mas na realidade procurando miná-lo.”

particular a fazer. Executa-a repetidamente e em consequência se torna perito nela. Isso poupa tempo e acelera a produção. Outras modificações se impuseram, para atender às necessidades do mercado em expansão. Foi o que pensou o intermediário (HUBERMAN, 1976, p.120)

Começa a ser esboçado o caminho que levaria a maior parte da população à total subserviência ao capital comercial, aos poucos metamorfoseando-se em capital industrial. Tal como acontecera antes, com a emergência das corporações de ofício, quando artesãos que não possuíam laços com estas eram excluídos do mercado através da força imposta pelas corporações (incluindo até mesmo a força bruta), a maturação do capital comercial em capital industrial levará à ruína os pequenos produtores, seja através da desapropriação gradativa de seus meios de produção, seja através da devoração causada pelos grandes empreendimentos sobre os pequenos.

Cabe neste momento a inserção do próximo personagem que tornou a industrialização factível. Apesar de boa parte dos desbravadores da indústria serem detentores de grandes quantias de capital inicial, a figura do banqueiro tornou-se primordial para o surgimento e crescimento de boa parte das plantas industriais. Como bem destaca Huberman (1976, p.102), as páginas de História deviam “ser dedicadas aos poderes verdadeiros que se escondiam atrás dos tronos – os ricos mercadores e financistas da época”. Dobb (1965, p.343) exemplifica com o caso da indústria algodoeira:

Quanto ao capital para a indústria algodoeira, a maior parte parece ter vindo de mercadores já estabelecidos. Arkwright levantou inicialmente capital para sua invenção tornando empréstimos em um banco local de Nottingham, e mais tarde valendo-se de empréstimos feitos por dois mercadores-fabricantes ricos no setor da malharia. [...] Era bem comum que ‘o mercador que importava algodão permitisse ao jovem manufatureiro estabelecer-se, dando-lhe crédito de três meses, enquanto o mercador de exportação lhe dava um auxílio semelhante, pagando sua produção semanalmente. Foi assim, por um fluxo de capital vindo do comércio, que a maior parte das primeiras empresas industriais do Lancashire se iniciou e tornou-se possível a expansão imensa da indústria algodoeira. Às vezes, os próprios mercadores capitalistas se estabeleciam como industriais, tanto no Lancashire quanto em Yorkshire.

Huberman (1976, p.103), por sua vez, conta o caso da família Fugger, que inicialmente tinha por empreendimento o comércio de lã e especiarias, passando em seguida para a atividade bancária:

Mas foi como banqueiros que fizeram fortuna. Empréstavam capital a outros mercadores, a reis e príncipes e, em troca, recebiam proventos de minas, de especulações comerciais, de terras da coroa, de praticamente todo tipo de empreendimento que desse lucro.

Macêdo (2008, p.2-3) também identifica a importância do financiamento bancário tanto para o crescimento da indústria quanto para sua sustentação, visto o alto valor empreendido por tal investimento:

O imenso custo da construção e manutenção das fábricas, e da obtenção de matéria-prima, foram um dos motivos da ascensão do capitalismo, onde bancos e investidores, através de empréstimos e parcerias econômicas, ajudavam a cobrir os custos da construção e manutenção destas fábricas. Várias cidades tornaram-se grandes centros bancários e financeiros, como Londres, Paris, Nova Iorque, Montreal e Chicago.

Inicialmente surgidos com o objetivo de facilitar e auxiliar os projetos de excursão para as terras além-mar, desenvolvendo, com isso, meios mais refinados²⁴ de realizarem negócios sobre volumes de metais preciosos exorbitantes provenientes das novas terras, aos poucos as necessidades de capital se concentraram nas próprias nações, visando inclusive o lucro sobre outras nações e colônias adquiridas com as expedições. Como exemplo, Dobb (1965) indica que o investimento do capital britânico, a partir da segunda metade do século XIX, dirigia-se às ferrovias e obras públicas planejadas por nações como Índia, Rússia e Estados Unidos, excitando cada vez mais a indústria de ferro britânica.

Com o espírito empreendedor e a ciência de métodos eficazes para o crescimento da produção sobre as mentes dos ricos mercadores, de um lado, e as oportunidades de financiamento geradas pelos banqueiros, de outro, dá-se passagem ao estabelecimento, por fim, do capital industrial. Como observado por Rowland (1975, p.84, tradução livre), “Era a época do indivíduo empreendedor, a época do *laissez faire*, de oportunidade sem precedentes para algumas pessoas e miséria abjeta para muitos outros.”²⁵

Tal como acontece atualmente, a pulsão de uma indústria causa as mais diversas consequências à área localizada à sua volta. Entretanto, diferente do que é percebido hoje, as indústrias se mostravam como algo inédito à sociedade, que acabara de sair de um modo de produção artesanal, e que, por força do capital, via-se obrigada a se adequar às suas novas leis, obedecendo-as. Clara se torna a influência da indústria sobre a organização urbana através do que diz Monte-Mór (2006, p.9):

24. “A sociedade por ações foi a resposta dada pelos mercadores nos séculos XVI e XVII ao problema de como levantar os enormes capitais necessários a tão vastos empreendimentos, como o comércio com a América, África e Ásia. A primeira sociedade por ações inglesa foi dos Aventureiros Mercadores. Contava com 240 acionistas que entraram, cada um, com 25 libras – soma de certa importância, na época. Era pela venda de ações a muitas pessoas que se mobilizava o considerável capital necessário às grandes expedições comerciais, marítimas e colonizadoras.” (HUBERMAN, 1976, p.100)

25. “*It was the age of the enterprising individual, the age of laissez-faire, of unprecedented opportunity for some people and abject misery for many others.*”

A indústria impõe à cidade sua lógica centrada na produção e o espaço da cidade organizado como locus privilegiado do excedente econômico, do poder político e da festa cultural, legitimado como obra e regido pelo valor de uso coletivo, passa a ser privatizado e subordinado ao valor de troca. Segundo Lefèbvre, a cidade se transforma também em produto industrial, segundo as mesmas leis econômicas que regem a produção. O espaço privilegiado da reprodução da sociedade fica, então, subordinado à lógica do 'industrialismo' e às necessidades da indústria e, como tal, devendo reunir as condições de produção necessárias.

Desta forma, tem-se um ciclo vicioso entre o crescimento das cidades e o desenvolvimento das indústrias. Conforme foi estudado na seção anterior, as condições oferecidas pelas cidades poderiam ser vistas como indispensáveis à manutenção de uma força de trabalho desgraçada, necessária ao funcionamento do capital; a miséria era a chave do desenvolvimento industrial²⁶. Porém, da mesma forma que as cidades ofereciam o trabalho necessário à indústria em ascensão, esta, em primeiro lugar, fora a responsável pela transformação dos antigos conglomerados urbanos em cidades.²⁷ Características que vão desde o simples aumento populacional à fixação efetiva da sociedade neste novo cenário, além da criação de todo um corpo jurídico, com leis e regras sociais, que passaria a determinar o comportamento dos cidadãos, ilustram esta mudança.

No entanto, como pôde ser inferido através da análise de suas condições estruturais, as cidades não apenas se mostravam como produto de um novo modo de produção industrial, mas também como resíduo do próprio processo de produção: as condições das indústrias sobre o trabalhador moderno eram refletidas nas cidades, onde aquele ser humano que vendia sua força de trabalho era tratado com o mesmo descaso dentro do espaço destinado aos momentos complementares às horas de trabalho, como o é o tempo destinado ao lazer, importantíssimo para a recuperação das longas jornadas de trabalho. Exemplo maior disso mostra-se com a utilização do espaço urbano ao bel-prazer dos capitalistas em relação à implantação de ferrovias, que cortariam os campos e as cidades com o objetivo de escoamento

26. “[...] a cidade significou condição fundamental para o desenvolvimento da indústria, concentrando a população consumidora, os trabalhadores, e as condições gerais de produção para instalação das empresas fabris, presentes (ou criadas) apenas em algumas cidades, como até recentemente no Brasil.” (MONTE-MÓR, 2006, p.8). Em nota de rodapé, o autor explica que “As condições gerais da produção, um conceito marxista resgatado por teóricos urbanos neo-marxistas (Lojkin, 1981; Topalov, 1979), incluem: provisão pelo Estado do aparato legal que garanta as relações de propriedade privada e livre circulação de mercadorias (incluindo terra e força de trabalho), serviços de transporte e comunicações, e a provisão da infraestrutura básica e serviços para o capital industrial e financeiro, assim como para a reprodução da força de trabalho.” (MONTE-MÓR, 2006, p.8)

27. “[...] de qualquer modo, foi o indivíduo e a empresa individual que dominaram o desenvolvimento das nossas cidades durante o século XIX.” (“[...] at any rate it was the individual and individual enterprise which dominated the development of our towns during the nineteenth century.”) (ROWLAND, 1975, p.84, tradução nossa)

da produção, servindo indiretamente para o acesso a uma maior quantidade de mão-de-obra destituída de qualquer posse material, o que causaria o rebaixamento dos salários e, com isso, a expansão das plantas industriais.

[...] foram permitidas às linhas ferroviárias cruzarem as cidades, muitas vezes sem viadutos; habitações humanas foram cercados pelo plano industrial, fornos de coque, fornos, minas de carvão. Condições insalubres foram criados a partir do qual a maioria nunca foram capazes de se libertar. O que é mais, o resultado foi uma cena de caos visual, e, portanto, feiúra, que não tem paralelo na história.”²⁸ (ROWLAND, 1975, p.87, tradução nossa)

Sob a perspectiva da categoria trabalho, tem-se a diminuição do trabalho humano sobre a composição dos bens, agora dotados de alma mercantil. Inicialmente causando prejuízos aos pequenos produtores devido à rapidez da nova linha de produção (com menores custos e, assim, menores preços) e determinando a perda de renda necessária à subsistência, o desemprego e todas as alternativas de manutenção de suas vidas logo vieram à tona. O refinamento gradual da divisão do trabalho trouxe aos remanescentes, aqueles que conseguiram uma vaga dentro do sistema produtivo, o desconhecimento sobre o produto de seu próprio trabalho, ou, de acordo com Marx,

A mercadoria deixa de ser produto individual de um artífice independente que faz muitas coisas para se transformar no produto social de um conjunto de artífices, cada um dos quais realiza ininterruptamente a mesma e única tarefa parcial”. (MARX, 1980, p.388)

Tal especialização do trabalho, seguindo o mesmo autor, provocaria a transformação de todo o corpo do trabalhador em um organismo autônomo, sendo esta atividade constante, além das próprias condições degradantes de seu meio, encarnada em seu corpo e, em consequência, retradada em seu psicológico.

É dentro deste novo espaço de produção, a indústria, onde será percebida uma profundidade do papel da produção fabril no desenvolvimento de um quadro de enfermidade ao corpo humano, culminando nas mais diversas consequências ao ser, no adoecimento à morte da força de trabalho.

28. [...] *railway lines were allowed to cross towns, often without viaducts; human habitations were surrounded by industrial plan, coke ovens, kilns, coal pits. Unhealthy conditions were created from which the majority were never able to break free. What is more, the result was a scene of visual chaos, and therefore ugliness, which is unparalleled in history.*

3.2 “A virtuosidade do trabalhador mutilado”

Considerando os primórdios do desenvolvimento industrial, mostra-se incorreto considerar, ao passo da implantação dos novos estabelecimentos, um concomitante desenvolvimento das técnicas de produção, sob a forma do surgimento e propagação da maquinaria. Segundo Dobb (1965, p.349), o aumento incipiente na produção de mercadorias se dá, primeiramente, devido a um alargamento do capital, ou seja, a um maior investimento na quantidade de plantas construídas, com a contratação de maior quantidade de trabalhadores e, com isso, com um aumento da produção sempre proporcional e, de certa forma, previsível. Com o desenvolvimento da técnica de produção, seguir-se-ia ao aprofundamento dos investimentos do capital industrial, consequência da escassez de mão-de-obra presente em alguns períodos, que provocou este “método que, na situação antiga, era menos lucrativo, mas que agora, quando a mão-de-obra para adotá-lo se mostra mais cara, tornou-se a alternativa preferível.” (DOBB, 1965, p.351).

Seguindo a teoria marxista, portanto, tem-se, em um primeiro momento, a busca pela lucratividade através de exploração da força de trabalho proveniente do simples aumento da jornada de trabalho, ou seja, a procura pela mais-valia absoluta. Com a descoberta deste mais valor obtido através do sobretrabalho – assim denominado por equivaler a uma jornada muito maior do que a necessária para o trabalhador pagar sua própria subsistência – percebia-se a extrapolação dos limites impostos pela própria constituição biológica destes seres humanos alocados nas fábricas. Casos de 20 horas de trabalho diário ou até mesmo de dias ininterruptos de atividade de adultos e crianças, neste período, eram rotineiros.

Em relação à exploração presente no período aqui considerado, entre os séculos XVIII e XIX, quando a utilização da maquinaria movida a vapor dava seus primeiros passos, a análise de um fator que antecede esta exploração torna-se importantíssima, a saber, a análise do motivo através do qual depara-se, neste período, com uma força de trabalho aparentemente tão passiva frente à dominação do grande capital. Comumente refere-se à Revolução Industrial invocando a imagem das grandes fábricas e retratando os trabalhadores como seres predestinados ao sofrimento oferecido por estes estabelecimentos. Deve-se imaginar que esta subserviência de alguns homens a outros poderia ser proveniente do período de então, no qual apenas alguns detinham os meios de produção. Entretanto, esta análise deverá tomar profundidade. De acordo com Dobb (1965), o capital pôde assim tratar a força de trabalho devido à própria fase de transição pela qual passava a humanidade. Assim como nos demais

períodos da História, os modos de produção são analisados como ciclos, com ápices e recessões que sempre são acompanhados por fases de declínio e expansão de outros ciclos produtivos. Neste caso, tem-se, paralelas à produção industrial, as produções artesanal e familiar, estas em seus últimos momentos. A heterogeneidade nas várias formas de trabalho nas quais a humanidade se encontrava organizada acabara por provocar a ausência de um grupo operário forte que lutasse pelos direitos daqueles trabalhadores inseridos na produção fabril:

As diferenças em meio ao movimento *chartist* tinham refletido com muita clareza o contraste entre os operários fabris das cidades setentrionais, com seus tamancos e ‘barba grande, jaqueta de fustão’ a quem Feargus O’Connor dirigia seus apelos, e os artesãos dos ofícios especializados de Londres, que seguiam Lovett, e os pequenos mestres-artesãos do ‘Black Country’. Por essa heterogeneidade de uma força de trabalho ainda primitiva aumentou o domínio do Capital sobre o trabalho. Pelo caráter primitivo da relação de emprego, que continuava tão comum, e a sobrevivência de tradições de trabalho de uma época anterior, tanto o crescimento da produtividade foi impedido quanto grande destaque se conferiu às formas mais brutas de pequena exploração ligadas ao número prolongado de horas de trabalho, escorchamento, emprego de crianças, descontos, pagamentos em gêneros e o desprezo pela saúde e segurança.” (DOBB, 1965, p.325, grifo nosso)

Esta diversidade dos modos como eram produzidas as mercadorias, algumas ainda características da produção artesanal (como ainda persistem atualmente as atividades da alfaiataria e da luteria²⁹, por exemplo), tornou a abominação percebida dentro das fábricas e retratadas por Marx (1980) e Engels (2010) em algo comum e cotidiano, produto da movimentação de um sujeito maior que o próprio homem, o capital.

Em meio a este imenso conjunto de influências do meio à vida do mais simples sujeito, será feita inicialmente uma análise das consequências mais visíveis à mão de obra moderna, o que envolverá as deformações e epidemias causadas pelas condições de trabalho nas fábricas. Partir-se-á, em seguida, à análise filosófica de Marx (2004) sobre as consequências do trabalho à perspectiva do homem sobre o próprio trabalho, o que provocará, de acordo com o autor, uma série de estranhamentos ao produtor e uma última indagação do sujeito sobre a sua própria atividade. Esta última análise deverá ser a primeira a se aproximar de uma análise psicológica das consequências do capitalismo ao trabalhador, aprimorando-se através do estudo feito mais tarde pelo mesmo autor (1980), onde poderá ser percebido o definhamento do sujeito tanto em relação à perda da realização do próprio trabalho quanto à

29. Trabalhos manuais presentes em reduzida quantidade atualmente, dada a concorrência industrial. Devido aos seus produtos (vestimentas e instrumentos musicais, respectivamente) serem cristalizações de imensa quantidade de trabalho humano, seus preços, em consonância ao valor contidos nelas, é mais alto do que os preços de seus equivalentes produzidas em larga escala e onde há intensa inserção da maquinaria.

somatização de suas condições mentais e à psicossomatização de suas condições físicas, dando cabimento, aqui, às psicopatologias que serão mais tarde analisadas.

Característica primordial para o entendimento da relação entre o sistema econômico e o operário mostra-se a “coisificação” deste, a transformação do próprio possuidor da mercadoria força de trabalho em mercadoria, já que a existência de sua capacidade de trabalhar pressupõe a existência do próprio ser. Assim, apesar da produção fabril guiar a vida do indivíduo, são a existência deste e a sua reprodução os responsáveis pelo funcionamento do capital industrial: a “produção” dos homens gera a reprodução do capital, da mesma forma que a produção do capital gera a reprodução daquele. Mostra-se como único “porém”, entretanto, que a procura do trabalhador por uma vaga no funcionamento da grande indústria se revela maior e mais urgente do que a procura do sistema produtivo à mercadoria trabalho, podendo o capitalista, encarnação do próprio capital, subsistir por mais tempo do que o simples trabalhador, que possui apenas sua capacidade de trabalho, dependente da venda deste (e, claramente, do interesse do próprio capitalista) para continuar vivo.

A procura por homens regula necessariamente a produção de homem assim como de qualquer outra mercadoria. Se a oferta é muito maior que a procura, então uma parte dos trabalhadores cai na situação de miséria ou na morte pela fome. A existência do trabalhador é, portanto, reduzida à condição de existência de qualquer outra mercadoria. O trabalhador tornou-se uma mercadoria e é uma sorte para ele conseguir chegar ao homem que se interesse por ele. E a procura, da qual a vida do trabalhador depende, depende do capricho do rico e capitalista. (MARX, 2004, p.24)

Estando à mercê do dono do capital e não dependendo de nenhum incipiente corpo sindical para manter-se frente aos ataques do capitalista, ao trabalhador resta aceitar as piores condições de trabalho.

Assim como qualquer outra mercadoria, a força de trabalho possui valor e, segundo esta característica, pode ser trocada por qualquer outra mercadoria. Entretanto, a movimentação da força de trabalho é a própria expressão do valor, tempo de trabalho do homem. Desta maneira, a quantidade de horas que se mostra em “uso”, em movimento, deve ser, no sistema mercantil, equiparado a uma mercadoria de igual valor: quanto mais tempo movimentada, quanto mais tempo de trabalho humano em ação, maior o valor que agregará e, assim, maior quantidade de mercadorias deverá ser intercambiada por este tempo de atividade produtiva. A estas mercadorias equiparadas aos valor da força de trabalho são dadas por finalidades a sua manutenção e, com isso, sua existência – a existência, portanto, do próprio trabalhador.

Se a produção dos meios de subsistência do trabalhador, diários e médios, custa 6 horas, tem êle de trabalhar, em média, 6 horas por dia, para produzir, quotidianamente, sua fôrça de trabalho ou para reproduzir o valor recebido por sua venda. A parte necessária da sua jornada de trabalho será, assim, 6 horas, sendo uma magnitude dada desde que não se alterem as demais circunstâncias. (MARX, 1980, p.260).

Em hipótese, portanto, o trabalhador, inserido em uma sociedade onde rege a troca de iguais valores, processo explicado por Marx (1980), deveria trocar a sua mercadoria pelo equivalente que garantisse sua própria existência, deveria trabalhar durante uma determinada quantidade de tempo (o suficiente) para, com este valor criado, realizar a troca e captar seus meios de subsistência. Esta explicação, entretanto, mostra-se apenas na teoria.

Para indicar essa deturpação da teoria das trocas, deve-se explicar a diferença entre as duas mercadorias que rondam o processo produtivo e o processo de troca subsequente (no caso, a troca realizada entre o trabalhador, que dispõe de sua força de trabalho, e o capitalista, que dispõe dos “meio de subsistência” necessário ao trabalhador, o dinheiro): o trabalho e a força de trabalho. Aí reside a fonte de exploração e de expansão do capital.

Quando despossuído de seus meios de produção, o antigo miserável dos campos feudais encontra-se apenas com sua capacidade de trabalho como meio último de chegar às mercadorias das quais necessitasse. Com isso, trocava o suficiente de sua atividade criadora de valores de uso com o necessário para sua permanência no mundo durante determinada quantidade de tempo (um dia, por exemplo, ou, como é mais comum atualmente, um mês). Sabendo disso e, como implícito anteriormente, estando à mercê da troca para com o capitalista devido às necessidades “emergenciais” do trabalhador, este é posto a uma quantidade de trabalho maior³⁰ do que a socialmente necessária³¹. Produz-se, com isso, mais valor do que o necessário a uma troca, perante o capitalista, da quantidade de mercadorias equivalentes necessárias ao trabalhador. Todavia, o quantum de valor que este produz e o valor que recebe não são a mesma coisa: o assalariado **trabalha**, mas é pago³² por sua **força**

30. É vantagem do capitalista a ciência do valor das mercadorias que compõe a “cesta de bens” necessárias ao trabalhador, podendo, assim, ser estipulado o tempo a mais imposto ao trabalhador, tendo em mente o tempo de trabalho necessário para este receber o valor equivalente àqueles bens.

31. A quantidade de bens dos quais necessita o homem é determinada historicamente, estando o tempo de trabalho necessário à captação destes bens sujeitos a uma média social. No caso da força de trabalho, o socialmente necessária à sua manutenção mostra-se como a reprodução de valor igual ao valor dos meios de subsistência (dos quais Marx (1980) identifica como sendo de necessidades diárias, semanais, mensais, como alimentação, vestuário, moradia e aquecimento, por exemplo), representada, portanto, em determinada quantidade de tempo.

32. De acordo com Marx, o trabalhador paga a si mesmo, pois seu trabalho é permutado por seu salário apenas após a venda de seu produto no mercado, realizado pelo capitalista.

de trabalho, pelo mínimo necessário à sua sobrevivência. Com o sobretrabalho, cria-se o sobrevalor, um mais valor proveniente da extensão da quantidade de tempo de trabalho necessária à reprodução do ser humano: a mais-valia absoluta³³. Sob a perspectiva do capital, Marx (1980, p.262) explana que, com isso, “o trabalho necessário [à manutenção do trabalhador] só pode constituir uma parte da jornada de trabalho, e a jornada de trabalho, portanto, nunca pode reduzir-se a esse mínimo [onde o trabalho excedente é nulo]”³⁴.

Este sobretrabalho, entretanto, não poderia ser determinado de acordo com a ganância do capitalista. Segundo Marx (1980), as jornadas de trabalho obedecem a dois tipos de limites “impostos” pelos próprios trabalhadores: o limite físico e o limite moral. O primeiro mostra-se como o máximo de horas dedicadas ao processo produtivo na qual o homem poderá despender suas forças antes de sua fadiga completa. O segundo diz respeito às necessidades espirituais e sociais que o homem possui e que são determinadas através da história. Sendo tais limites extrapolados, a força de trabalho se tornaria débil, necessitando de mais tempo do que aquele dedicado diariamente para se recompor, o que causará consequências nos processos de produção do próximo dia, do próximo mês, culminando, ao fim de um certo período de acumulação desta “depreciação”, em um total desgaste da força de trabalho e, talvez, em perda total da mesma (física ou mental).

Dá-se início à exploração extrema do trabalhador. As mais diversas análises sobre as condições oferecidas aos assalariados tornam o momento de produção das mercadorias – momento este que tomava grande parte da vida do trabalhador – em algo grotesco e repugnante, digno, enfim, dos vários movimentos realizados pelos trabalhadores contra a exploração do capital e as condições às quais estavam sujeitos³⁵. Combatidas a ferro e banhadas muitas vezes a sangue, via-se com grande frequência, porém, o triunfo do capital³⁶.

Por determinar os caminhos a serem traçados pelo capital, os capitalistas detinham o poder de sujeitar o trabalhador às condições mais vis, não apenas determinando em que

33. Portanto, trabalho excedente e não pago ao trabalhador .

34. Caso contrário, o capitalista estaria atuando como o mercador mais débil, trocando o tempo de trabalho do operário por igual equivalente no mercado, pagando-lhe, e não auferindo qualquer vantagem de todo este processo.

35. Como poderá ser visto mais à frente, a insatisfação dos trabalhadores, manifestada em movimentos de rebeldia ao modo de produção, acabou por gerar leis que tornavam a jornada de trabalho fixa, restando ao capitalista, assim, o investimento na maquinaria como meio de adquirir a mais-valia (antes absoluta, agora relativa). “[...] devem [os operários] expressar claramente que, como homens, não podem adaptar-se às circunstâncias, mas, ao contrário, as circunstâncias devem adaptar-se a *eles*, os homens [...]” (ENGELS, 2010, p.252)

36. “Se o dinheiro, segundo Augier, ‘vem ao mundo com manchas naturais de sangue sobre uma de suas faces’, então o capital nasce escorrendo por todos os poros sangue e sujeira da cabeça aos pés.” (MARX, 1996, p.379)

circunstâncias deveriam trabalhar e o tempo de suas vidas que deveriam dedicar a esta atividade, mas também o modo como deveriam aplicar a própria força de trabalho, punindo-o caso desacatasse suas ordens. Como demonstra Engels (2010, p.192, grifo do autor),

(...) os operários são obrigados *a permanecer de pé durante todo o tempo*. Sentar-se é proibido: aquele que se apoiar num parapeito de janela ou num caixote é logo punido. A contínua posição ereta, esse prolongado estar de pé, exerce uma constante pressão mecânica da parte superior do corpo sobre a coluna, os quadris e as pernas, provocando obrigatoriamente os efeitos supramencionados. É verdade que a permanente posição ereta não é necessária ao trabalho (...) mas numa fábrica em que o operário se estafa exclusivamente em proveito do burguês e, portanto, não está muito interessado em fazer bem o trabalho, ele provavelmente utilizaria bancos e assentos de um modo que não conviria ao industrial; assim, para evitar possíveis perdas do capitalista, o operário sacrifica a integridade de seu corpo.

As próprias regras determinadas pelos capitalistas buscavam a maior exploração possível, além de se aproveitar de suas condições quase inumanas para lucrar sobre a “desobediência” dos trabalhadores, principalmente em relação ao manejo dos incipientes autômatos que surgiam:

1. Os portões da fábrica serão fechados dez minutos depois do início do trabalho e ninguém poderá entrar antes da hora da primeira pausa. Quem estiver ausente durante esse lapso de tempo pagará uma multa de três *pence* por tear; 2. Todo tecelão de tear mecânico que se ausentar enquanto as máquinas estiverem em movimento pagará uma multa de três *pence* por cada hora e cada tear sob sua responsabilidade; todo aquele que se ausentar da seção, sem a licença do contramestre, pagará multa idêntica; 3. Todo tecelão que não estiver de posse da tesoura pagará multa de um *penny* por dia; 4. Qualquer lançadeira, escova, galheta, roda, janela etc. quebrada será paga pelo tecelão; 5. Nenhum tecelão tem o direito de deixar o emprego *sem aviso prévio de pelo menos uma semana*; o industrial – por mau trabalho ou má conduta – pode dispensar o tecelão *sem qualquer tipo de aviso prévio*; 6. Qualquer operário que for surpreendido *conversando* com outro, *cantando* ou *assoviando* pagará multa de seis *pence*; a mesma multa será devida por quem se ausentar de seu posto durante o trabalho.” (ENGELS, 2010, p.214)

Apesar de o trabalho excedente aparecer como ilustração maior do período industrial, talvez uma das características mais debatidas e mais relatadas nas obras que analisam este período, como são as obras de Engels (2010) e Marx (1980) – datadas de 1845 e 1867, respectivamente –, seja a contração dos mais variados problemas de saúde no chão de fábrica. As doenças, talvez mais fortes que o cansaço acumulado pelos trabalhadores, tinham acentuada incidência nestes sujeitos. Ademais, tanto as mais fáceis de serem contraídas, visto as condições das fábricas e das cidades, como a tuberculose, quanto as mais específicas devido ao caráter de cada trabalho, ao material manuseado e à forma em que é realizada este manuseio, essas moléstias assolavam a massa trabalhista com grande rapidez, contribuindo para agravar o caso. Como exemplo, Engels (2010, p.237-8) cita, através de relatório médico,

a chamada “asma dos afiadores”, moléstia característica do trabalho sobre utensílios domésticos de ferro:

Eles começam normalmente a trabalhar aos catorze anos e, se dispõem de uma boa constituição, raramente são vítimas de distúrbios antes dos vinte anos. É então que começam a se manifestar os sintomas de sua doença característica: ao menor esforço, subir um escada ou caminhar rápido, perdem o fôlego; mantêm os ombros altos, para diminuir a sensação de contínuo e crescente sufocamento; curvam-se para a frente e parecem mais à vontade na postura curva em que trabalham; sua tez torna-se amarelada, suas feições exprimem angústia, queixam-se de ter o peito oprimido, a voz enrouquece e tosse ruidosamente, respiram como se aspirassem o ar através de um tubo de madeira. De tanto em tanto, expectoram grande quantidade de poeira misturada ao catarro ou partículas esféricas ou cilíndricas envolvidas por ele. As hemoptises, a impossibilidade de permanecer deitados, os suores noturnos, as cólicas seguidas de diarreias, o emagrecimento anormal, com todos os sintomas habituais da tuberculose pulmonar, acabam por trazer-lhes a morte, depois de meses e mesmo de anos em que se arrastaram lentamente sem conseguir alimentar-se e alimentar sua família com seu próprio trabalho. Devo acrescentar que todas as tentativas feitas até agora para prevenir ou curar a asma dos afiadores foram completamente inúteis.³⁷

Aos capitalistas ou à própria burguesia, pouco importava se o bem de luxo do qual usufruíam provinha de tamanha servidão e do denegrir do ser humano. Com o caso da produção de renda, Engels (2010, p.228) realiza sua crítica sobre a negligência dessa classe:

É esse o preço que a sociedade paga para oferecer às belas damas da burguesia o prezar de usar rendas – e não é razoável? Somente alguns milhares de operários cegos, somente algumas filhas de operários tuberculosas, comete uma geração doente e raquítica que transmitirá suas enfermidades aos seus descendentes – mas o que isso importa? Nada, absolutamente nada: nossa burguesia, indiferente, afastará de seus olhos o relatório da comissão governamental e suas mulheres e filhas continuarão normalmente a enfeitar-se com rendas. De fato, é admirável, na Inglaterra, a serenidade da burguesia!

Como explicita Marx (1980, p.301), “o capital não se preocupa com a duração da vida da fôrça (sic) de trabalho”.

No caso da produção de renda, entra-se no próximo passo tomado pelo capital na busca pelo maior lucro com os menores custos possíveis. Com a diminuição da mão-de-obra masculina, causada por um decréscimo na taxa de natalidade e aumentos da taxa de mortalidade (talvez ambas consequências diretas das circunstâncias da Inglaterra e demais países que se encontravam em processo de expansão de seus espaços fabris) durante o século

37. Ou, no caso do trabalho com cerâmica, Marx cita um outro relatório médico: “Como classe, os trabalhadores de cerâmica, homens e mulheres,... representam uma população física e moralmente degenerada. São em regra franzinos, de má construção física, e frequentemente têm o tórax deformado. Envelhecem prematuramente e vivem pouco, fleumáticos e anêmicos, patenteiam a fraqueza de sua constituição através de contínuos ataques de dispepsia, perturbações hepáticas e renais e reumatismo. Estão especialmente sujeitos a doenças do peito, pneumonia, tísica, bronquite e asma.” (MARX, 1980, p.278, grifo nosso)

XIX, além dos resultados provenientes das revoluções operárias contra a maneira como eram tratados dentro das fábricas e a exploração pela qual passavam, como a diminuição e fixação da jornada de trabalho, vê-se como saída a utilização de um outro “sujeito produtivo” que pudesse substituir a mão-de-obra duplamente ausente – causada pela diminuição da quantidade de operários em atividade e pela diminuição da jornada de trabalho. A utilização do autômato, figura da adaptação de um conjunto de ferramentas a um mecanismo, torna possível o emprego da mão-de-obra feminina e infantil em apoio ou substituição à masculina. A divisão do trabalho tomava seu extremo, servindo o ser humano agora apenas como um complemento do trabalho da máquina; ao contrário do que se tinha antes, quando as ferramentas eram adaptadas pelo homem a cada processo de trabalho específico, o homem passava a ser o meio com o qual o trabalho das máquinas se realizava; o homem se tornava o apêndice da máquina³⁸.

Não só o trabalho é dividido e suas diferentes frações distribuídas entre os indivíduos, mas o próprio indivíduo é mutilado e transformado no aparelho automático de um trabalho parcial, tornando-se, assim, realidade a fábula absurda de Menenius Agrippa que representa um ser humano como simples fragmento de seu próprio corpo. (MARX, 1980, p.412-3)

Desta forma, os capitalistas encontram uma nova maneira de explorar sua mão-de-obra. Frente à limitação imposta sobre o tempo máximo de trabalho nas fábricas, salta aos olhos do grande capital a intensificação do trabalho, ou, como denominado por Dobb (1965) e citado anteriormente, um “aprofundamento” da utilização do capital; passa-se da exploração da mais-valia absoluta para a exploração da mais-valia relativa.

Conforme já relatado, com a expansão da utilização das máquinas, tornaram-se lucrativos os trabalhos de agentes vistos até então como inaptos ao trabalho pesado, as mulheres e as crianças. Com o objetivo central de abreviar o trabalho humano, aumentar a produtividade e diminuir as falhas causadas pelo cansaço e falta de atenção do ser humano (comum após longo tempo de trabalho), o trabalho feminino e infantil passariam a demonstrar sua utilidade ao funcionamento do capital, mais diretamente a algumas atividades específicas, devido às características que Marx (1980) identifica nestes dois sujeitos, como a rápida coordenação motora e o tamanho e fineza de seus dedos e mãos, essenciais para produtos que exigem mais atenção e rapidez, como o caso supracitado da produção de renda. Marx (1980, p.450), entretanto, indica um outro elemento que brilha à vista do capitalista:

38. “Na manufatura, os trabalhadores são membros de um mecanismo vivo. Na fábrica, eles se tornam complementos vivos de um mecanismo morto que existe independente deles.” (MARX, 1980, p.483)

Tornando supérflua a força muscular, a maquinaria permite o emprego de trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento físico incompleto mas com membros mais flexíveis. Por isso, a primeira preocupação do capitalista ao empregar a maquinaria, foi a de utilizar o trabalho das mulheres e das crianças. Assim, de poderoso meio de substituir trabalho e trabalhador, a maquinaria transformou-se imediatamente em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de sexo e de idade, sob o domínio direto do capital. O trabalho obrigatório para o capital tomou o lugar dos folguedos infantis e do trabalho livre realizado em casa, para a própria família, dentro de limites estabelecidos pelos costumes.” (MARX, 1980, p.450)

Com a inserção da maquinaria, crianças e mulheres começam a ser contratadas pelas fábricas, realizando tarefas muitas vezes equivalentes às tarefas masculinas (visto que, com o estabelecimento da maquinaria, os trabalhos se resumem muitas vezes à alimentação, observação e manutenção das máquinas), mas recebendo menos por seu trabalho: além de terem uma jornada de trabalho menor, sua força de trabalho continua sendo considerada inferior à do homem. Poder-se-ia anexar a esta discrepância de pagamento entre trabalhadores de sexos e idades diferentes a própria mentalidade do período em questão, onde o homem é considerado o chefe de família, devendo o mesmo ser responsável tanto pelo seu sustento quanto pelo sustento de sua família, mais especificamente aos futuros trabalhadores que o substituirão. Assim sendo, não caberia à mulher e à criança mais do que o estritamente necessário para seu retorno à fábrica no dia seguinte; talvez até menos, já que este valor referente aos meios de subsistência que manterão a mulher e a criança encontra-se anexado no valor que servirá de pagamento à força de trabalho masculina:

O valor da força de trabalho era determinado não pelo tempo de trabalho necessário para manter individualmente o trabalhador adulto, mas pelo necessário a sua manutenção e à de sua família. Lançando a máquina todos os membros da família do trabalhador no mercado de trabalho, reparte ela o valor da força de trabalho do homem adulto pela família inteira” (MARX, 1980, p.450, grifo nosso).

Ou seja, apesar de despenderem boa parte de seus dias na produção, utilizando sua capacidade de trabalho, não receberiam nada mais do que aquela parte do valor recebido no pagamento da força de trabalho masculina já dedicada a cada membro de sua família, reduzindo igualmente o pagamento da força de trabalho masculina ao estritamente necessário. Desta forma, além de multiplicar a jornada de trabalho pelo número dos demais membros da família contratados, o valor necessário de cada um deles será menor, aumentando a mais-valia relativa captada pelo capitalista. Esta oportunidade vislumbrada pelo capitalista poderá ser bem entendida através do seguinte exemplo: toma-se uma família de quatro pessoas, um casal e duas crianças. Em relação ao trabalho do homem, ter-se-ia, por exemplo, a produção de 100

peças (mercadorias) durante 12 horas de trabalho, das quais 8 horas seriam o trabalho necessário para o trabalhador se pagar (e, desta forma, manter a si e aos membros da família). Com a contratação dos demais membros da família, teremos uma produção total de 400 peças, onde todos passarão a trabalhar as mesmas 12 horas³⁹, mas das quais apenas 2 horas são necessárias para o pagamento da força de trabalho de cada membro (para fim didático, supõe-se que, se com as 8 horas anteriores mantinham-se quatro pessoas, cada uma necessitará de apenas 2 horas para conseguir o equivalente ao meios necessários de vida). Ao fim, ter-se-á uma jornada total de 48 horas de trabalho, das quais 40 horas são excedentes ao total de trabalhadores (10 horas por trabalhador), em comparação à primeira situação, onde se tinha uma jornada individual total de 12 horas, das quais apenas quatro eram excedentes. Destaca-se, portanto, que o valor pago à força de trabalho do homem no primeiro caso será igual ao valor total de salários pagos aos quatro trabalhadores no segundo caso.

Apesar de se mostrarem mais delicadas que o homem, a força de trabalho feminina e infantil sofriam das mesmas dificuldades que a masculina, como o adoecimento causado pelas más condições em que se encontrava o chão de fábrica e o caráter do próprio ramo produtivo onde eram alocados. Como exemplo contundente deste, tem-se o caso da atividade de classificação de trapos (matérias para adubos, “estofa” de roupa de cama, lã artificial e papel), “um dos trabalhos mais humilhantes, mais sujos e mais mal pagos, em que se empregam de preferência meninas e mulheres” (MARX, 1980, p.531), onde estas, por sua vez, serviriam “para transmitir varíola e outras doenças contagiosas das quais são as primeiras vítimas” (MARX, 1980, p.531). Em relação à utilização do trabalho destes outros indivíduos, tem-se, enfim, que a influência das condições das fábricas dominou totalmente a família. Com o início de seu rompimento a partir da superexploração da força de trabalho masculina, tem-se o esfacelamento último, através do emprego aviltoso, de todos os componentes que a compõe.

O trabalho da mulher na fábrica necessariamente desagrega a família, desagregação que, nas condições sociais vigentes, elas mesmas baseadas na família, tem as mais nefastas consequências morais para os cônjuges e para as crianças. A mãe que não tem tempo para ocupar-se do filho, que em seus primeiros anos não pode dedicar-lhe os cuidados mais elementares, que mal pode vê-lo, não pode ser para ele uma verdadeira mãe: torna-se-lhe indiferente, trata-o sem amor e solicitude, como a uma criança estranha. Por seu turno, crianças crescem nessas condições mais tarde serão

39. Citando um relatório médico, Marx (1980, p.275-6) informa que “o juiz do condado de Broughton, presidindo uma reunião na prefeitura de Nottingham, em 14 de janeiro de 1860, declarou que naquela parte da população, empregada nas fábricas de renda da cidade, reinavam sofrimentos e privações em grau desconhecido no resto do mundo civilizado... Às 2, 3 e 4 horas da manhã, as crianças de 9 e 10 anos são arrancadas de camas imundas e obrigadas a trabalhar até às 10, 11 ou 12 horas da noite, para ganhar o indispensável à mera subsistência. Com isso, seus membros definham, sua estatura se atrofia, suas faces se tornam lívidas, seu ser megalha num torpor pétreo, horripilante de se contemplar [...]”

incapazes de vida familiar, não se sentirão à vontade na família que vierem a constituir porque conheceram apenas uma vida solitária – e acabarão contribuindo para a destruição da família, fenômeno já comum entre os operários ingleses. (ENGELS, 2010, p.182)

Não se deve, todavia, limitar o sofrimento como sendo causado pelo chão de fábrica e pelas condições sempre oferecidas pela própria organização das fábricas; devem ser citadas também as consequências oferecidas pela própria relação homem-máquina. A este caso, encaixam-se tanto os males causados pela estrutura de metal da máquina e pelos seus resíduos quanto os ocasionados pela extrema especialização do trabalho. Os primeiros chegam a destruir o homem instantaneamente, o segundo, aos poucos. De acordo com os relatos de Marx (1980, p.201) sobre os primeiros males, as evidências mais visíveis à destruição do trabalhador pela máquina, tem-se que

[...] há outros fatores que causam grandes danos físicos aos operários. O trabalho em meio às máquinas está sujeito a numerosos acidentes mais ou menos graves, cuja consequência é a incapacidade parcial ou total do operário para seu trabalho. Muito frequente é o esmagamento de uma falange ou mesmo de um dedo; menos comum, mas ocorrente, é metade da mão, a própria mão ou um braço ficarem presos nas engrenagens e serem esmagados. De tais acidentes, mesmo os menos graves, geralmente resulta o tétano, que provoca a morte.⁴⁰

Ou de acordo com as próprias notícias dos jornais, como notado por Engels (2010, p.201):

Entre 12 de junho e 3 de agosto de 1844, o *Manchester Guardian* relata os seguintes acidentes *graves* [...] um menino em Manchester, que ficara com a mão presa numa engrenagem, morre de tétano; [...] um rapaz, de Saddleworth, apanhado por uma roda dentada, morre completamente esmagado; [...] um homem de Greenacres Moor, perto de Manchester, que trabalhava numa fábrica de máquinas, é arrastado para baixo de uma pedra de afiar, tem duas costelas quebradas e ferimentos graves; [...] morre em Oldham uma jovem, apanhada por uma correia que a fez girar cinquenta vezes! – não lhe restou um só osso inteiro; [...] uma jovem cai na *blower* [a primeira máquina pela qual passa o algodão bruto] e morre em consequência dos ferimentos; morre, em Dukinfield, um operário torneiro arrastado por uma correia, como todas as costelas fraturadas.

Com o segundo “tipo” de mal, a saber, o que destrói o homem aos poucos, adentra-se, enfim, às análises que inicialmente mais se aproximam de um estudo na área psicanalítica. As obras iniciais de Marx, com maior teor filosófico do que suas últimas, ressaltam um estudo mais voltado ao desenvolvimento do espírito humano. Segundo a obra que aqui será utilizada, o “Manuscritos Econômico-Filosóficos”, de 1844, vê-se, entretanto, que, de acordo com o

40. “Os acidentes com as máquinas de estomatar o linho são terríveis. Em muitos casos é arrancada a quarta parte do corpo. As consequências costumeiras dos ferimentos são a morte ou um futuro de miséria impotente e de sofrimentos. O aumento das fábricas neste país aumentará naturalmente êsses terríveis resultados.” (MARX, 1980, p.551).

desenvolvimento das indústrias, mais especificamente, da maquinaria, e, com isso, a crescente substituição do trabalho vivo (humano, que cria valor na mercadoria) pelo trabalho morto (maquinal, que apenas transfere parte de seu valor total a cada mercadoria que cria), há a crescente limitação e quebra do espírito humano⁴¹, representado, como exemplos dados por Marx (2004, p. 93) pela imoralidade e embrutecimento de trabalhadores e capitalistas⁴². Esta deturpação pode ser identificada em dois pontos principais da obra: a “desefetivação do trabalhador” (em contraste à paralela efetivação do trabalho) e o “estranhamento-de-si”, com este como consequência daquele. Como expresso pelo próprio autor, apesar do aumento do mundo das mercadorias, provocado pelo incremento substancial na produtividade, seguir-se-ia ao empobrecimento do mundo dos homens:

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a *valorização* do mundo das coisas aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e esta na medida em que produz, de fato, mercadoria em geral. (MARX, 2004, p.80)

A efetivação do trabalho e a desefetivação do trabalhador se dão pela própria maneira como a atividade produtora de valores de uso agora se dá: antes baseada na reprodução do ser humano enquanto ser vivo que possui necessidades mínimas, o sistema econômico baseado no mercado traz consigo a mudança de perspectiva sobre a produção de bens, agora objetivados à produção voltada exclusivamente ao mercado. A busca pelo lucro, portanto, traz à tona o aumento da jornada de trabalho, em um primeiro momento, e, em seguida, uma intensificação da produção através do uso de máquinas, que substituem boa parte da mão-de-obra e exponenciam a produção. Até este momento, há a continuidade da finalidade primordial da atividade do homem sobre a natureza, a saber, produzir valores de uso⁴³. Como bem explica Marx (1980), apesar da mudança de imagem dos bens produzidos em pleno capitalismo,

41. Ou a criação negativa do espírito humano. Como diz Marx, “Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador” (p.82).

42. Apesar do embrutecimento ser facilmente perceptível através das expressões e comportamento dos operários, vê-se que há também, de certa forma, um embrutecimento do espírito do homem capitalista, representado pelo esquecimento do ser humano, de modo geral, com um ser igual a si, deixando-se levar pelo movimento do capital e, com isso, subjugando aqueles que, por motivos políticos e econômicos, encontram-se “abaixo” dele. Sob a perspectiva de que todos os seres humanos são representados pelo que carregam nos bolsos, “Cada homem especula sobre como criar no outro uma *nova* carência, a fim de forçá-lo a um novo sacrifício, coloca-lo em nova sujeição e induzi-lo a um novo modo de *fruição* e, por isso, de ruína econômica. Cada qual procura criar uma força essencial *estranha* sobre o outro, para encontrar aí a satisfação de sua própria carência egoísta.” (MARX, 2004, p.139)

43. Apesar da inicial imputação de uma cultura que exacerba o consumismo.

vislumbrados a partir de seu equivalente em dinheiro, as mercadorias continuam a exibir sua face inicial, a de possuírem uma finalidade para o ser humano. Entretanto, com a constante especialização da atividade humana, guiada pelo desenvolvimento de um autômato que, crescentemente, imita, potencializa e aperfeiçoa as atividades antes demonstradas apenas pela raça humana, o homem torna-se apenas uma “ferramenta” da própria máquina, omitindo todo o conhecimento que tinha sobre a constituição integral dos bens que agora produz para poder se adequar ao desenvolvimento do trabalho fabril⁴⁴, além da quebra de identidade entre o sujeito e o fruto direto de seu trabalho. O trabalhador, portanto, desefetiva-se enquanto conhecedor profundo da produção e empregador de seu conhecimento adquirido por experiência sobre o bem que provem de sua própria força. Além da perda de sentido do próprio trabalho, esta desefetivação o torna fraco frente ao sistema, conforme aponta Marx (1980) através de Smith:

A uniformidade de sua vida estacionária corrompe naturalmente seu ânimo... Destrói mesmo a energia de seu corpo e torna-o incapaz de empregar suas forças com vigor e perseverança em qualquer outra tarefa que não seja aquela para que foi adestrado. Assim, sua habilidade em seu ofício particular parece adquirida com o sacrifício de suas virtudes intelectuais, sociais e guerreiras. E em toda sociedade desenvolvida e civilizada, esta é a condição a que ficam necessariamente reduzidos os pobres que trabalham (*the labouring poor*), isto é, a grande massa do povo. (SMITH *apud* MARX, 1980, p.415)

Marx (1980, p.483) também exhibe sua opinião a respeito da regressão física e espiritual causada por este corte realizado sobre uma atividade que identifica o ser humano:

O trabalho na fábrica exaure os nervos ao extremo, suprime o jôgo variado dos músculos e confisca toda a atividade livre do trabalhador, física e espiritual. Até as medidas destinadas a facilitar o trabalho se tornam meio de tortura, pois a máquina em vez de libertar o trabalhador do trabalho, despoja o trabalho de todo interesse.

Com a desefetivação do trabalhador, tem-se, por conseguinte, um processo de estranhamento deste sujeito sobre todo o processo pela qual seu trabalho se metamorfoseia. De acordo com Marx (2004), o estranhamento adotado pelo sujeito se mostra de quatro formas: o estranhamento de sua atividade produtiva (e, portanto, de si mesmo), do próprio processo produtivo (processo sobre o qual perde poder), do produto final (do qual apenas uma parte do valor refere-se ao trabalho de um indivíduo) e, por fim, de sua relação com a humanidade (na qual as relações exibidas, a partir da produção capitalista, dão-se entre

44. “[...] a continuidade de um trabalho uniforme destrói o impulso e a expansão das forças anímicas [concernente ou pertencente à alma] que se recuperam e se estimulam com a mudança de atividade.” (MARX, 1980, p.391)

produtores de mercadorias, não mais entre seres humanos, e a existência do outro é vista como ameaçadora à sobrevivência do indivíduo – ou, sob a visão do capitalista, apenas como meio para se atingir mais valor⁴⁵). Ou seja, sua existência e o mundo à volta tornam-se estranhos a si, sendo este levado, pela força do capital, a perceber-se e perceber o mundo sob a ótica do oportunismo, da concorrência e da vida voltada ao trabalho injusto obrigatório; “viver para trabalhar e trabalhar para viver”. O capital, enfim, confundindo seu sustentáculo, o trabalhador, maneja-o de acordo com sua vontade. O mundo, com isso, é vivido sob a veneração e as oportunidades de se conseguir (mais) dinheiro; o caso contrário, as atividades voltadas ao enriquecimento intelectual e espiritual, como não-lucrativas, são inúteis⁴⁶. Como explana Marx (2004, p.81, grifo do autor), “O lugar *de todos* os sentidos físico e espirituais passou a ser ocupado, portanto, pelo simples estranhamento de todos esses sentidos, pelo sentido do *ter*.”⁴⁷

Quanto menos comeres, beberes, comprares livros, fores ao teatro, ao baile, ao restaurante, pensares, amares, teorizares, cantares, pintares, esgrimires etc., tanto mais tu *poupas*, tanto *maior* se tornará o teu tesouro, [...], teu capital. Quanto menos tu *fores*, quanto menos externares a tua vida, tanto mais *tens*, tanto maior é a tua vida *exteriorizada*, tanto mais acumulas da tua essência estranhada. Tudo o que o economista nacional te arranca de vida e de humanidade, ele te supre em dinheiro e riqueza. (MARX, 2004, p.142)

Com o detrimento do homem sob a perspectiva física, que, por fim, destrói seu corpo, e sob a perspectiva psíquica, que destrói seu espírito, tem-se a terminologia utilizada por Marx para designar o caráter de desenvolvimento da força de trabalho perante o capital, inicialmente sob organização produtiva das manufaturas simples, à produção em larga escala das indústrias: “A manufatura produz realmente a virtuosidade do trabalhador mutilado, ao

45. “A *sociedade* – assim como aparece para o economista nacional – é a *sociedade burguesa*, na qual cada indivíduo é um todo de carências, e apenas é para o outro, assim como o outro apenas é para ele na medida em que se tornam reciprocamente meio.” (MARX, 2004, p.149, grifo do autor)

46. A própria educação dos trabalhadores, caso não estivessem à disposição dos interesses do capital, não interessava aos capitalistas. Assim, o que se pôde perceber como atividades educacionais, neste período, visavam uma melhor formação profissional dos operários: “Aí divulgam elementos das ciências naturais, procurando desviar a atenção dos operários da oposição contra a burguesia e se lhes fornecem conhecimentos que eventualmente podem leva-los a invenções que tragam lucros aos burgueses; quanto às ciências naturais, seu conhecimento, pelo operário, é *atualmente* desprovido de utilidade, uma vez que ele nem sequer pode observar a natureza, vivendo na grande cidade e absorvido por uma jornada de trabalho tão prolongada. Nesses centros também se ensina economia política, cujo ídolo é a livre concorrência e da qual o operário só pode extrair uma conclusão: para ele, nada é mais razoável que resignar-se a morrer de fome silenciosamente. Nessas instituições, toda a educação é domesticada, dócil e servil diante da política e da religião dominantes; seu objetivo, por meio de prédicas constantes, é tornar o operário obediente, passivo e resignado diante de seu destino.” (ENGELS, 2010, p.272, grifo do autor)

47. O único fator que diferenciava “o pior arquiteto da melhor abelha” (MARX, 1980, p.202), a capacidade de concepção daquele, agora foi retirado da grande massa de trabalhadores, igualando-os a qualquer outro animal.

reproduzir e levar ao extremo, dentro da oficina, a especialização natural dos ofícios que encontra na sociedade” (MARX, 1980, p.390, grifo nosso), e segue:

Certa deformação física e espiritual é inseparável mesmo da divisão do trabalho na sociedade. Mas, como o período manufatureiro leva muito mais longe a divisão social do trabalho e também, com sua divisão peculiar, ataca o indivíduo em suas raízes vitais, é ele que primeiro fornece o material e o impulso para a patologia industrial: ‘subdividir um homem é executá-lo, se merece a pena de morte; é assassiná-lo se não a merece. A subdivisão do trabalho é o assassinato de um povo.’ (MARX, 1980, p.416)

Interessante comprovar não apenas em seus trechos, mas em todas as obras citadas de Marx, a dupla face da “evolução” do trabalhador frente ao processo de especialização de sua atividade. A especialização, conforme percebida na seção anterior e no começo desta, pôde ser realizada por dois caminhos diferentes: o primeiro se refere à reunião, em um mesmo espaço e sobre as ordens do mesmo capitalista, de artífices independentes, ou seja, que não necessitam diretamente de trabalho anterior para ativar sua capacidade de trabalho, que possuem ofícios independentes. Desta forma, sob o poder do mesmo capitalista, os trabalhadores em questão continuariam a exercer aquela mesma tarefa na qual são melhores (ou seja, realizam a produção em um menor tempo possível, são produtivos), mas sob um nível de especialização ainda maior, pois todos os trabalhos serão desenvolvidos para um mesmo e único fim, produzir uma mercadoria específica. Os trabalhadores, assim, terão que exercer a mesma atividade incessantemente, não variando de acordo com a vontade própria. No segundo caminho, tem-se a reunião de trabalhadores que conhecem integralmente o processo de produção de determinada mercadoria. Entretanto, dentro da fábrica, os mesmos são divididos de acordo com a eficácia de cada um em determinado nível da produção. Desta forma, todos os artesãos que conheciam anteriormente o fabricar de um objeto de madeira, por exemplo, serão divididos, dentro da manufatura, naqueles que são melhores em extrair o objeto de trabalho, em cortá-lo, modelá-lo e montá-lo, quebrando assim o conhecimento integral a priori possuído pela grande maioria dos indivíduos envolvidos, senão todos.

Tornando-se, em ambos os casos, *trabalhadores parciais*, conforme diz Marx, tem-se, com a manufatura, a extrema *virtuosidade do trabalhador mutilado*, a “evolução” citada no parágrafo anterior: por um lado, o trabalhador parcial passa, a partir da especialização, a se tornar mais produtivo, ou seja, produzir em menos tempo maior quantidade daquela “matéria intermediária” necessária à finalização do produto final – em hipótese alguma a quantidade desta matéria produzida pelo trabalhador intermediário poderá ser comparada à quantidade de

bens finais produzidos enquanto artesão independente. Marx vê este salto de produção inicialmente na abreviação do tempo necessário à produção, visto que, com a especialização, o trabalhador perderá menos tempo com a locomoção e mudança de ferramentas necessárias ao processo produtivo, característico de seu trabalho enquanto artesão independente. Torna-se, com isso, um **especialista**. Por outro lado, o trabalhador é **mutilado** com a especialização, pois o seu conhecimento acerca da produção absoluta de um bem, desde a extração do objeto de trabalho da natureza até o acabamento final, é deturpado, é cortado e descartado pelo capitalista, visto que aquele trabalhador mostra-se mais eficiente na produção de parte daquele bem. O conhecimento adquirido através do tempo, muitas vezes pelo costume, desta maneira, é deformado e limitado para atender às exigências do capital. Não apenas seu trabalho é mutilado, mas também sua visão de mundo e sua visão sobre o outro ser humano, como destacado nas formas de estranhamento.

Como visto, Marx vai mais fundo com o significado da “virtuosidade do trabalhador mutilado”. Para além do simples recorte do conhecimento acerca do processo de produção de determinado bem, o autor faz uma menção ao lado “espiritual” do trabalhador, no qual, neste trabalho, poderá ser tratado como sendo pertencente a uma análise psíquica do ser humano enquanto trabalhador.

A partir daí, dá-se o devido espaço à real compreensão da psique do trabalhador, não por ser importante para a manutenção e a continuação da existência deste aos fins do capital (ponto de vista adotado pela Medicina do Trabalho) ou até para um incremento produtivo (ideia adotada pela incipiente Psicologia Industrial), ambas visões de ciências que se mostram, em seu surgimento, às ordens do capital, mas por ser ponto-chave para a continuidade do ser humano, onde corpo e mente são um só. A abordagem de Marx voltada ao lado “espiritual” do trabalhador poderá ser tomada como uma análise iniciante acerca do entendimento das condições mentais do ser humano enquanto trabalhador, ponto de convergência, portanto, entre a Economia Política e a Psicologia do Trabalho.

Finda-se o século XIX. Inicia-se um novo século, marcado por crises econômicas, pelo desenvolvimento exponencial das técnicas de produção e passagem gradativa das conseqüências físicas do capital ao homem para as mentais (ainda mais presentes no século XXI). Ao lado dos trabalhadores, entretanto, tem-se a força cada vez maior dos sindicatos (que, como vistos anteriormente, não se solidificaram devido à heterogeneidade dos modos de produção presentes) perante o capital, defendendo e criando leis contra a exploração do trabalhador. Conforme exalta Dobb (1965, p.389-90) sobre a força da organização sindical,

No final do século XIX o Trabalho se encontrava mais organizado do que em qualquer época anterior e com o ‘Novo Sindicalismo’ (*New Unionism*) essa organização se espalhou, incluindo os trabalhadores não-especializados; além disso, a incursão do Trabalho pelo terreno político estava prestes a inaugurar um novo período de reconhecimento, por parte do Estado, das negociações coletivas e os primeiros sinais modestos de um salário mínimo legal. Aproximavam-se os anos quando o movimento sindicalista iria sofrer uma expansão tanto em números quanto em poder, de molde como nenhuma época anterior testemunhara, e atingir uma posição de influência sobre o funcionamento da indústria que se mostraria totalmente sem precedente, e que deve ter apavorado os fantasmas dos forrageiros ou magnatas do algodão da época vitoriana, com a visão de uma nêtese com a qual, durante sua existência, dificilmente poderiam ter sequer sonhado.” (DOBB, 1965, p.389-90)

Entretanto, da mesma forma em que o capital se adequou às mudanças nas jornadas de trabalho impostas durante o século XIX, o sistema econômico consegue prevalecer e se expandir, mesmo frente às limitações, sob sua perspectiva de exploração do trabalhador, “mais severas”. Assim como encontrara saída através do aprofundamento dos investimentos, o capital encontra, novamente, a sua “alternativa relativa”: a dominação do aparelho psíquico da sociedade, camuflagem da antiga servidão baseada no corpo.

4 DA ROTINA À FLEXIBILIZAÇÃO: MUDANÇAS NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO.

Como pôde ser visto na seção anterior, o trabalho, agora inserido em um novo patamar do *modus operandi* da produção, encontrava-se como ferramenta em prol do crescimento e expansão do capital industrial. Além disso, não mais o indivíduo que se localizava no “chão de fábrica”, ligado diretamente à produção através da inserção de valor novo nos bens produzidos, detém o conhecimento integral do desenvolvimento daqueles, estando, através de sua dependência com o capitalista detentor do meio necessário para a sobrevivência da classe operária, sujeito à limitação de seu conhecimento. O mundo do trabalho transformava-se inteiramente na fábrica de alfinetes relatada por Smith.

O trabalhador industrial, assim, nada conhece do autodomínio e da plástica expressividade do ator que memorizou mil falas; a comparação de Diderot, do ator com o trabalhador, é falsa, porque este último não controla seu trabalho. O fazedor de alfinetes torna-se uma criatura ‘estúpida e ignorante’ no correr da divisão do trabalho; a natureza repetitiva de seu trabalho o apaziguou. Por esses motivos, a rotina industrial ameaça degradar o caráter humano em suas próprias profundezas.” (SENNETT, 2011, p.41)

Apesar do caráter denegridor que a divisão do trabalho apresentava, conforme acima exposto por Sennett (2011) – mas, como estudado até então, indo para além das consequências do corpo do ser, atuando também em sua mente –, tal quadro mostrava-se em fase germinativa.

Findado o século XIX, os séculos XX e XXI, este, principalmente, apresentam-se como retalhadores da atividade produtiva, dividindo ainda mais o homem da “cristalização de seu trabalho”, como caracteriza Marx (1980) o produto do labor humano. Não apenas isso, mas em um âmbito mais geral, como poderá ser vislumbrada na primeira parte desta sessão, haverá uma aglutinação crescente do sistema econômico com o ambiente que o circunda, afetando, além do plano social (e aqui se pode citar mais especificamente o plano moral dos indivíduos), os planos político e ambiental, por exemplo.

Realizando um pequeno apanhado do que estaria por vir durante os dois séculos que serão estudados a seguir, Fontenele (2007, p.13), classifica o atual modo de organização do sistema de produção capitalista como sendo fruto de um desenvolvimento que perpassou três fases:

Nos estudos de Álvaro Estramiana e Severiano (2003), pode-se verificar como o sistema capitalista passou por mudanças ao longo do seu desenvolvimento. Esses autores partem da concepção de que há elementos específicos que caracterizam a existência de três fases do sistema de produção capitalista. A primeira fase, o capitalismo de mercado, baseava-se fundamentalmente na produção, e o consumo era de caráter instrumental. A segunda fase correspondia à sociedade de consumo de massas, em que era possível verificar a produção em série (modelo fordista), em que o consumo estava orientado não para atender às necessidades básicas, mas para proporcionar satisfação aos desejos dos consumidores ávidos por símbolo de *status* [referência ao modo de produção taylorista, imbricado no fordismo, e início do modo de produção taylorista]. E, por fim, a terceira fase, que representa a sociedade de consumo segmentado.

Interessante ressaltar que, concomitante ao desenvolvimento do capitalismo durante as três fases, caminhará o desenvolvimento dos modos de controle que o sistema econômico exercerá sobre o aparelho psíquico do indivíduo, sendo tal caminho percorrido por tal desenvolvimento localizado, em um primeiro momento, dentro das fábricas e, em um segundo momento (mais especificamente a partir da segunda fase do capitalismo), como um controle para além das fábricas. Esta perspectiva complementar a análise um tanto simples de que, durante a passagem da primeira fase à segunda, a sociedade, por “livre e espontânea vontade”, transformou-se em uma sociedade de consumo.

Para a continuidade do estudo acerca da evolução do capitalismo, calcado sobre a organização do processo produtivo, torna-se relevante o estudo das políticas que atravessam os séculos XX e XXI como plano de fundo para a eficácia de certas questões econômicas. Dar-se-á espaço, em relação a este ponto, à política neoliberal, surgida a partir da década de 70, devido à sua influência na solidificação, a partir daí, de uma flexibilização do modo como o trabalho é percebido e organizado.

Assim, inicialmente se dará continuidade à análise do sistema de produção fabril, que, durante boa parte do século XX, toma novos ares, baseando-se cada vez mais na abreviação do trabalho humano e na inserção de autômatos que, além de substituírem a força física do trabalhador, tomam-lhe crescentemente a capacidade intelectual.

4.1 Crise e reestruturação do Capitalismo

Para a devida continuação acerca das novas organizações do trabalho e do que se chama reestruturação do capitalismo, devem ser ressaltadas as análises acerca dos modelo fordista e de seu impacto sobre os movimentos operários. Tomados como ápice da rebelião operária, os movimentos operários e sindicais da década de 70 marcaram um curto período de

derrocada do sistema econômico vigente. Entretanto, como poderá ser visto, o solapamento destes movimentos e a posterior degradação das condições de trabalho foram provenientes da organização das manifestações operárias, representada através da ausência de um real projeto que manifestasse os interesses pelos quais lutavam a classe trabalhadora.

4.1.1 O Fordismo Taylorista

Como ponto de partida para a análise da produção fabril durante o século XX, que dava continuidade ao percebido durante o fim do século XIX – ou seja, à mecanização da produção e à especialização do trabalho –, acredita-se, conforme exhibe Parias (1965, p.35, tradução nossa) que “as novas técnicas, em primeiro lugar, não fazem mais do que prolongar os efeitos da mecanização clássica”⁴⁸. Desta forma, como primeira característica deste novo século, tem-se, por fim – e percebido aqui apenas como o primeiro objetivo do sistema econômico capitalista –, a expansão da nova forma de produção de mercadorias, baseada principalmente na inserção de autômatos durante cada processo de trabalho, anteriormente identificado pelo número de trabalhadores dispostos ao longo da fábrica. Conforme exposto por Schaff (1920, p.22),

A segunda revolução [...] consiste em que as capacidades *intelectuais* do homem são ampliadas e inclusive substituídas por autômatos, que eliminam com êxito crescente o trabalho humano na produção e nos serviços. A analogia com a primeira revolução industrial está no salto qualitativo operado no desenvolvimento da tecnologia da produção que acabou por romper a continuidade dos avanços quantitativos que se iam acumulando nas tecnologias já existentes; a diferença, porém, está em que enquanto a primeira revolução conduziu a diversas facilidades e a um incremento no rendimento do trabalho humano, a segunda, por suas consequências, aspira à eliminação total deste.

Voltada à produção irrestrita de mercadorias, o que demonstra uma crença cega sobre o pressuposto de que aquela produção, mesmo que extrapolando as necessidades humanas do período, criariam sua própria demanda e, com isso, a realização última das mercadorias⁴⁹

48. “*Las nuevas técnicas no hacen en primer lugar sino prolongar los efectos de la mecanización clásica.*”

49. Aqui se pode inserir uma perspectiva pouco vislumbrada pela Economia acerca da transformação da sociedade em uma sociedade do consumo em massa. Se não se considerar a transformação, neste período, dos indivíduos em seres consumidores em massa, a política dos capitalistas industriais adeptos ao ideal fordista de produção irrestrita toma a forma de uma política suicida. Através do documentário de Curtis (2002), “*The Century of The Self*”, percebe-se um paralelo empreendimento na transformação dos indivíduos em “máquinas de felicidade”. Bernays, fascinado pelo livro de seu tio (Sigmund Freud), “Introdução Geral à Psicanálise”, e suas ideias de forças irracionais que guiam o ser humano, perguntou-se: “Se entendermos o mecanismo e os motivos da mente do grupo, é possível controlar e reger as massas de acordo com nossa vontade sem sua ciência disso?”, e responde: “A prática recente da propaganda provou que é possível, pelo menos sob certo ponto e com

(ideia condensada na Lei de Say), o sistema produtivo do século XX apenas aperfeiçoa esta fantasia, principalmente com a inserção das novas ideias sobre o processo de trabalho, inseridas no campo prático, principalmente, através de Ford e Taylor.

Apesar da diferença dos períodos nos quais seus trabalhos se encontravam (com Taylor atuando da segunda metade do século XIX ao início do século XX e Ford atuando apenas neste último século), com um rápido olhar sobre a história econômica, achar-se-á que os sistemas de Taylor e Ford são diferentes, sequenciais e, com isto, mutuamente excludentes. Certo está que a aplicabilidade de seus conhecimentos se localizaram em períodos distintos, com o aparecimento inicial da “produção taylorista”, passando em seguida para o fordista, com aquela baseando-se em uma melhor alocação e na potencialidade da atividade dos trabalhadores e esta no encadeamento da produção e crescente especialização do trabalho. Entretanto, pode-se reconhecer o auge da aplicação do conhecimento taylorista acerca da organização do trabalho como sendo manifesto durante a aplicação do modo de produção fordista, este, em si mesmo, o “verdadeiro” modo de produção. Daí serem provenientes tantas análises, como em Antunes (1998 e 1999) e em Fontenele (2007), nas quais se faz menção ao modo de produção Taylorista/Fordista, capa e corpo de uma mesma obra.

Em relação à produção taylorista, Ferreira, Reis e Pereira (*apud* FONTENELE, 2007, p.21) caracterizam as ideias de Taylor como

um avanço na forma de gestão do trabalhador em uma época que ainda sofria os reflexos dos regimes feudal e escravocrata. Seu método de administração criou condições necessárias para a melhoria da eficiência produtiva, da redução de custo e para o aumento da produtividade.

Comumente identificada através da imagem do cronômetro⁵⁰ sobre cada parcela da produção de mercadorias, identificando, assim, a atividade útil e fútil de cada trabalho,

alguns limites.” (1928, p.47, tradução nossa). Com a confirmação de tal pergunta, encarnada na transformação da sociedade de indivíduos em uma sociedade de consumidores desejosos, a produção em massa passaria a ser justificável. Para Bernays, os desejos de um homem deveriam eclipsar suas necessidades: o homem guiava-se por suas necessidades, mas, para se conseguir mais dinheiro, deveria guiar-se por seus desejos.

50. De acordo com Parias, "Propostas e desenvolvidas por Taylor, [as soluções de caráter 'tecnicista'] consistiam na perseguição sem cerimônias dos tempos de inatividade e gestos inúteis, e levou à conclusão de que, para uma dada operação de trabalho, só há uma maneira certa de agir. Essas ideias foram posteriormente adotadas por muitos organizadores e conheceram uma moda inegável sob o nome de taylorismo [...]" (1965, p.58-9) [*“Propuestas y desarrolladas por Taylor, consistían en la persecución sin contemplaciones de los tiempos muertos y de los gestos inútiles, y desembocaron en la conclusión de que, para una operación de trabajo dada, no existe más que una sola forma adecuada de actuar. Estas concepciones fueron luego adoptadas por muchos organizadores del trabajo y conocieron una boga indudable bajo en nombre de taylorismo [...]"*]

excluindo a última, Sennett (2011) defende que a divisão do trabalho delineada primeiramente por Smith através da fábrica de alfinete estava, assim, sendo levada ao seu “extremo sádico”.

Sob esta perspectiva da utilização das ideias tayloristas sobre o modo de produção fordista, Antunes, em sua análise acerca deste tipo de produção, caracteriza-o

pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro fordista e produção em série taylorista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre *elaboração* e *execução* no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do *operário-massa*, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões. Menos do que um modelo de organização societal, que abrangeia igualmente esferas ampliadas da sociedade, compreendemos o fordismo como o processo de trabalho que, junto com o taylorismo, predominou na grande indústria capitalista ao longo deste século. (ANTUNES, 1998, p.17, grifo do autor)

Juntando-se, portanto, a forma de produção fordista com a aplicação do modelo organizacional do trabalho taylorista, chega-se ao exposto por Fontenele, no qual

De acordo com Maximiano (2000), o binômio taylorismo/fordismo era a expressão que designava o sistema produtivo que vigorou na indústria ao longo de praticamente todo o século XX. De uma forma sintética, pode-se afirmar que esse modelo produtivo se baseava na produção em massa de mercadorias a partir de um trabalho parcelar e fragmentado. Ele compreende a fusão de técnicas científicas de organização do trabalho com um modelo produtivo. (2007, p.19-20, grifo nosso)⁵¹

Assim, conforme destacado anteriormente, a evolução da mecanização durante o século XIX para o modelo Taylorista/Fordista nada mais foi do que um “prolongamento” da mecanização daquele período, decorrente do uso incipiente das máquinas movidas a vapor. Esta prolongação não se dá em termos absolutos, se se lembrar deste termo como referência à mais-valia absoluta, proveniente do aumento de horas de trabalho, mas crê-se que se dê em termos realmente relativos: um maior desgaste do trabalhador, proveniente da maior integração deste ao processo produtivo, a transformação do sujeito em máquina e, assim, a transformação do apêndice humano da máquina em apêndice quase-maquinal, tal qual o autômato produtor de mercadorias. Este quadro, no qual se transforma o “novo” trabalhador do século, define-se claramente na figura de Chaplin, em “Tempos Modernos”, e seu processo de loucura, no qual, ao ser engolido pela máquina, perde sua humanidade, ou seja, perde a si

51. E continua: “Ford apoiou-se nos métodos do taylorismo para implantar uma das principais características do fordismo: a produção em massa. Maximiano (2000) ressalta que a produção em massa foi reforçada pela racionalização da produção por meio da intensificação do parcelamento das tarefas, elemento do modelo taylorista.” (FONTENELE, 2007, p.21)

mesmo. A representação cômica, mas fiel à realidade, de Chaplin identifica-se com o explanado por Sennett, onde

Em certo ponto, a rotina torna-se autodestrutiva, porque os seres humanos perdem o controle sobre seus próprios esforços; falta de controle sobre o tempo de trabalho significa morte espiritual. Smith acreditava que o capitalismo de sua época cruzava esse grande abismo; quando declarou que ‘os que trabalham mais obtêm menos’ na nova ordem, pensava mais nesses termos humanos que em salários. (SENNETT, 2011, p.41)

A rotinização, mais do que nunca, torna-se a palavra de ordem da produção fordista, e, sob os pressupostos tayloristas, com a menor utilização de tempo e movimento fúteis possível. Ou seja, a maior produtividade da rotina, o tédio reproduzido na maior velocidade possível.

Esta desumanização afeta-o também pela via da formação, igualmente controlada pelas fábricas de acordo com suas necessidades relacionadas à produção de mercadorias e à expansão do capital. De acordo com Parias,

O trabalhador profissional de produção tinha que seguir um aprendizado completo que o fazia apto para realizar todos os trabalhos de certo tipo. O desaparecimento parcial desta categoria e o desenvolvimento de trabalhos especializados – se os considere como qualificados ou não – tem inclinado muitas empresas a dar aos aprendizes e trabalhadores em processo de formação profissional conhecimentos limitados, que correspondem às necessidades específicas de empresa [...]. (PARIAS, 1965, p.40, tradução nossa)⁵²

Esta desqualificação proposital do trabalhador não se mostra novo ao mundo do trabalho, no qual até mesmo Engels (2010, p.272) relata o caráter tecnicista do aprendizado oferecido pelas empresas aos seus trabalhadores:

Aí [nas instituições de ensino de mecânica, onde eram fornecidas noções de cultura geral e especialização técnica] se divulgam elementos das ciências naturais, procurando desviar a atenção dos operários da oposição contra a burguesia e se lhes fornecem conhecimentos que eventualmente podem leva-los a invenções que tragam lucros aos burgueses; quanto às ciências naturais, seu conhecimento, pelo operário, é *atualmente* desprovido de utilidade, uma vez que ele nem sequer pode observar a natureza, vivendo na grande cidade e absorvido por uma jornada de trabalho tão prolongada. Nesses centros também se ensina economia política, cujo ídolo é a livre concorrência e da qual o operário só pode extrair uma conclusão: para ele, nada é mais razoável que resignar-se a morrer de fome silenciosamente. Nessas instituições, toda a educação é domesticada, dócil e servil diante da política e da religião dominantes; seu objetivo, por meio de prédicas constantes, é tornar o operário obediente, passivo e resignado diante de seu destino.” (p.272)

52. “El obrero profesional de fabricación tenía que seguir un aprendizaje completo que le hacía apto para efectuar todos los trabajos de cierta clase. La desaparición parcial de esta categoría y el desarrollo de los trabajos especializados – se les considere o no como calificados – ha inclinado a muchas empresas a dar a los aprendices y a los obreros en trance de formación profesional conocimientos limitados, que corresponden a las necesidades precisas de la empresa [...]”.

Percebe-se, portanto, que a significação de uma “revolução” ou até mesmo de uma “evolução” do capitalismo mostra-se como sendo nula quando se observa as condições às quais os trabalhadores estavam sujeitos. As revoluções industriais sobre as quais se estudam estão baseadas na produtividade crescente que as **máquinas** apresentam no decorrer do desenvolvimento da sociedade, enquanto que a evolução do capitalismo baseia-se na crescente **independência** que o sistema econômico adquire, ou “luta” para adquirir, em relação à utilização da força de trabalho humana. Sob a perspectiva do trabalhador, as (r)evoluções citadas tratam do crescimento de sua miséria e de sua insignificância enquanto ser humano – sendo esta impressão potencializada durante a terceira Revolução Industrial.

Este quadro social, político e econômico deverá marcar as principais potências capitalistas dos séculos XX, sendo os resíduos de seus processos produtivos, bem como as ideias e comportamentos, aproveitados e copiados pelas nações menos afortunadas economicamente, duradouros até meados da década de 70. Durante este meio período, o mundo passa pelo belicismo das grandes Guerras Mundiais e por implementações de novas políticas. O modo de produção, por sua vez, continua a explorar cada vez mais o trabalhador. Ao mesmo tempo, entretanto, é germinado o movimento e a revolução operária, tão defendida pelos teóricos marxistas, e percebida como nada menos do que o processo reivindicatório da classe que produz e movimenta o sistema econômico sobre a maneira como é tratado e sobre sua real importância. Voltam-se os olhos novamente à Inglaterra, berço da Revolução Industrial, onde o furor operário começaria a ganhar força.

4.1.2 O movimento operário, a ascensão de Thatcher e a reforma política

Durante o período entre guerras e após a II Guerra Mundial, o mundo começa a virar-se de frente para as condições de trabalho da classe operária do século XX. O marco inicial desta mudança de comportamento pode ser atribuído ao surgimento da Organização Internacional do Trabalho, surgida ao fim da I Guerra Mundial. De acordo com Parias (1965, p.144, tradução nossa),

Restaurada a paz, os grandes países industrializados retomam o padrão interrompido das intervenções legislativas e acordos internacionais que marcaram o início do século. A criação, pelo Tratado de Versalhes, da Organização Internacional do Trabalho, dá-lhes um impulso significativo. Já em sua primeira sessão em Washington, no ano de 1919, multiplica a Organização as recomendações e os projectos de convênio submetidos aos 39 estados nela representados. O trabalho das mulheres e das crianças, a protecção dos trabalhadores estrangeiros, a higiene

industrial, acidentes de trabalho, direito de coalizão, etc: em seus três primeiros anos de existência (Conferência de Gênova, sobre o trabalho marítimo em 1920; Conferência de Genebra sobre o trabalho agrícola em 1921), a OIT, inspirado por Albert Thomas, seu secretário-geral, funciona a passos largos e vota 34 textos Quarenta anos mais tarde terá ultrapassado os 150.⁵³

Apesar de que, durante os períodos de guerra, os direitos instaurados por lei dos trabalhadores eram deturpados – tudo pela produção em massa de armamento bélico –, dando-se cabimento ao trabalho feminino e infantil irrestrito e ao trabalho noturno (PARIAS, 1965), o surgimento da OIT se mostrou como passo importante para a “vitória” dos trabalhadores frente à organização exploratória do capital.

Entretanto, o ganho crescente de direitos trabalhistas e benefícios provenientes da ação do Estado só viriam após a Crise de 1929⁵⁴, quando, frente aos problemas socioeconômicos enfrentados pelos EUA, é instaurada uma política de regulamentação estatal. Pautada sobre a teoria keynesiana, esta ação visa remediar a condição do país através da reorganização produtiva e intervenção do poder público sobre a economia⁵⁵, agindo também, devido às condições de desemprego e miséria instauradas, sobre a legislação norte-americana, cuidando, desta forma, tanto do cidadão quanto do trabalhador.

As políticas de regulamentação estatal, entretanto, não foram adotadas apenas pelo país de onde a crise se originou. Durante a sua vigência, a Inglaterra, por exemplo, também passaria a adotar políticas de seguridade social. Denominada de “Estado do Bem-Estar Social”, as ações do Estado sobre a economia viriam, entretanto, de encontro à iniciativa

53. *“Restaurada la paz, los grandes países industriales reemprenden la interrumpida trama de las intervenciones legislativas y de los acuerdos internacionales que habían caracterizado el principio del siglo. La creación, por el Tratado de Versalles, de la Organización Internacional del Trabajo, les da un impulso notable. Ya en su primera sesión, en Washington el año de 1919, multiplica la Organización las recomendaciones y los proyectos de convenios sometidos a los 39 Estados en ella representados. Trabajo de las mujeres y de los niños, protección de los trabajadores extranjeros, higiene industrial, accidentes de trabajo, derecho de coalición, etc.: en sus tres primeros años de existencia (Conferencia de Génova, acerca del trabajo marítimo, en 1920; Conferencia de Ginebra sobre el trabajo agrícola, en 1921), la O.I.T., animada por Albert Thomas, su secretario general, trabaja a pasos agigantados y vota 34 textos. Cuarenta años después habrá superado los 150.”*

54. De acordo com Curtis (2002), “A crescente onda de consumismo alavancou uma explosão das ações. E, novamente, Edward Bernays estava envolvido, divulgando a ideia de que pessoas comuns devem comprar ações, levando dinheiro aos bancos, que ele também representava. E, de novo, milhões seguiram a sua propaganda”. E continua, sobre a crise de 1929: “Nos anos 20, especuladores tomaram emprestado bilhões de dólares. Os bancos tinham divulgado a ideia de que esta era uma nova era em que os ‘crashes’ no mercado eram coisas do passado. Mas eles estavam errados: estava para acontecer a maior quebra do mercado de ações na história. Investidores entraram em pânico e começaram a vender com tal nervosismo que nenhuma garantia dos banqueiros ou políticas pôde controlar, e em 29 de outubro de 1929, o mercado ruiu. [...] Diante da recessão e desemprego, milhões de trabalhadores americanos pararam de comprar produtos que não precisavam. A explosão de consumo que Bernays tanto fez para construir, desapareceu, e ele e a profissão de relações públicas saíram de cena.”

55. “Roosevelt achava que a quebra da bolsa de valores mostrara que o capitalismo “*laissez-faire*” não servia mais às modernas economias industriais; isso seria o trabalho do governo. O empresariado ficara horrorizado [...]” (CURTIS, 2002)

privada, que primava pela política do livre mercado, além de atacar as regulamentações sobre o trabalho.

A despeito do aparente conflito entre iniciativa privada e a regulamentação estatal, Navarro (1993) expõe um ponto importante a respeito dos interesses de cada uma das partes. De acordo com o autor, o fim último de ambos os lados se dá com a legitimação do sistema capitalista:

Para os autores que centram sua análise no Estado, as reformas no nível estatal tendem a fortalecer as relações capitalistas, enquanto para aqueles que analisam o processo de produção são as reformas no processo produtivo que tendem a fortalecer essas relações. As reformas no Estado e no processo produtivo legitimam o sistema capitalista. As mudanças estatais respondem primordialmente à necessidade da classe capitalista de reproduzir sua dominação. Ambas as posições diferenciam-se pelo seu objeto de análise, mas seus métodos analíticos e suas conclusões políticas são similares.

Assim sendo, desmascara-se o caráter assistencialista do governo: na verdade, a instituição busca, ao lado dos capitalistas, a sobrevivência do capital, debilitado pela quebra da bolsa de valores norte-americana:

Lutar pelo desenvolvimento e pela realização dos direitos econômicos, sociais e políticos, por muito meritório que seja, não é o mesmo que lutar pelo socialismo. E mais, a concessão e a aquisição desses direitos têm a intenção oposta. Seu objetivo é integrar as forças e as classes dominadas ao sistema. Como escreve Burawoy, outro autor influenciado pela Escola de Frankfurt, "a própria possibilidade de ampliar os direitos pessoais permite ao capitalismo lograr consenso entre os pobres e os oprimidos. (NAVARRO, 1993)

Importante ressaltar que, de acordo com o mesmo autor, o próprio Ford identifica nas políticas de intervenção do Estado e em suas medidas assistencialistas uma saída para a crise, atuando ele também em prol da classe trabalhadora através do aumento dos salários. Não apenas se desmascara o grande capitalista que o Estado se mostra, mas também os interesses mesquinhos por trás dos auxílios financeiros. Retira-se o trabalhador da miséria econômica para perpetuá-lo na miséria de sua vida, exibida através da continuidade da exploração de sua força de trabalho⁵⁶:

Ford demonstrou uma grande visão de futuro ao compreender que o bem-estar da classe trabalhadora era uma condição necessária para o da classe capitalista. Argumenta-se que Ford aumentou os salários de seus empregados para incrementar

56. "Dessa forma, o Estado de Bem-Estar – um triunfo da classe trabalhadora, conquistado com um custo enorme de sangue, suor e lágrimas – é considerado uma reforma legitimadora, outorgada pela classe capitalista com o efeito de criar uma aceitação consensual de seu papel. Para o pensamento fordista, o Estado de Bem-Estar é um passo histórico astuto dado pela classe capitalista, que não só legitima o papel do capital, como além do mais assegura o consumo da produção em massa introduzida por Henry Ford." (NAVARRO, 1993)

o consumo dos trabalhadores das mercadorias introduzidas por ele e por outros capitalistas e produzidas massivamente em suas fábricas. Como sustenta Michael Harrington, um dos teóricos do fordismo nos Estados Unidos: "Ford compreendeu que a produção massiva não podia subsistir sem consumo massivo. O incremento enorme da produção possibilitado pela nova tecnologia que havia aperfeiçoado — a linha de montagem — não podia ser absorvido pela economia que contara com trabalhadores com baixos salários. Por isso, antes da Primeira Guerra Mundial, Ford decidiu pagar o incrível salário de cinco dólares diários e financiar a compra dos automóveis que produzia, para enfrentar o novo desafio que representava a produção e o consumo massivos. E mais, Ford tentou persuadir seus colegas industriais que deviam, em seu próprio interesse, incrementar o pagamento e poder de compra, de seus trabalhadores, como ele havia feito. Logrou ganhar vários adeptos, especialmente em tempos de crise e principalmente nas filas das grandes empresas". (NAVARRO, 1993)

Apesar de tal quadro de benefícios sociais à classe operária, em situação delicada, devido ao cenário oferecido pela crise, tem-se que, com o decorrer do tempo, a produção fordista, com sua crescente tendência de realizar a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, continua a atenuar a situação de miséria da classe operária. O problema encontrava-se no desemprego estrutural: não se tratava da ausência de estrutura para o oferecimento de mais empregos, mas do desenvolvimento das técnicas de produção e da conseqüente substituição de boa parte dos trabalhadores pelos autômatos, realizando, assim, um verdadeiro "enxugamento" das linhas de produção. Pode-se ter em mente que, com este panorama, os custos adotados pelo Estado sobre a forma do "Estado de Bem-Estar Social" tenderiam a aumentar, fazendo com que o próprio percebesse a ineficácia crescente de sua política. O pior, todavia, ainda estava por vir.

Com a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto e o conseqüente estabelecimento de uma situação de desemprego estrutural, a produção fordista encontrava suas primeiras limitações à continuidade do sistema econômico. Como assinala Antunes (1999, p.18, grifo do autor), "o elemento causal da crise capitalista seria encontrado nos *excessos* do fordismo e da produção em massa, prejudiciais ao trabalho, e supressores da sua dimensão criativa (Sabel e Piore, 1984)". Ou seja, a produção fordista começara a cavar a própria cova ao desenvolver suas técnicas de produção: por um lado, havia o incremento sem precedentes da produção, desde sempre voltada à massificação de mercadorias; por outro, a destituição dos trabalhadores de sua fonte de renda e que, com um Estado debilitado, encontravam-se impedidos de consumir em grau tão elevado quanto à produção que saía das fábricas. Além disso, Fontenele (2007) adiciona a estes pontos os problemas enfrentados com a rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho. O resultado não poderia ser outro senão a redução drástica dos lucros das empresas. Desta forma, Antunes (1999)

condensa os principais pontos que tornaram possíveis uma situação de crise, envolvendo o esgotamento tanto do Estado de Bem-Estar Social⁵⁷ quanto da produção em massa fordista:

Após um longo período de acumulação de capitais, que ocorreu durante o apogeu do fordismo e da fase keynesiana, o capitalismo, a partir de início dos anos 70, começou a dar sinais de um quadro crítico, cujos traços mais evidentes foram: 1) queda da taxa de lucro (pelo aumento do preço da força de trabalho); 2) o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista (dado pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava e que, na verdade, tratava-se de uma retração em resposta ao desemprego estrutural que então se iniciava); 3) hipertrofia da esfera financeira, que ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos; 4) maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas; 5) crise do *welfare state*; 6) incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho. (ANTUNES, 1999, p.29-30)

Não obstante a situação de crise geral, oferecida tanto pela esfera pública quanto pela esfera privada, deve-se fazer menção a um fator destacado por Antunes (1999) e Parias (1965) que veio, por fim, a minar a estrutura política e econômica até então vigente e a levar a crise a uma maior profundidade: o movimento operário⁵⁸.

No final dos anos 60, as ações dos trabalhadores atingiram seu ponto de ebulição, questionando os pilares constitutivos da sociabilidade do capital, particularmente no que concerne ao *controle social da produção*. Com ações que não pouparam nenhuma das formações capitalistas desenvolvidas e anunciavam os limites históricos do “compromisso” fordista, eles ganharam “*a forma de uma verdadeira revolta do operário-massa contra os métodos tayloristas e fordistas de produção, epicentro das principais contradições do processo de massificação*”. (BIHR, 1991, p.63-4 *apud* ANTUNES, 1999, p.41, grifos do autor)

A classe trabalhadora, mediante os problemas vividos no âmbito político e econômico, não se manteve passiva e, no decorrer do século XX, com maior destaque às décadas de 60 e 70, demonstrou seu descontentamento com a presente situação. De acordo com ambos os autores citados, a situação na Grã-Bretanha se mostrou mais complexa, envolvendo boa parte da população operária, o que gerou uma fortificação do sindicato inglês e sua ação mais imponente sobre as empresas, seja boicotando o processo de produção – que, de acordo com Antunes (1999), estendeu-se desde o maior “cuidado” com a maquinaria, diminuindo o

57. “[...] O Estado do Bem-Estar Social que vigorou durante grande parte do século XX e que tinha uma concepção mais solidária de proteção ao ser humano como empregado começou a entrar em crise nos anos 60. Como consequência desse fenômeno, temos, no Brasil, a estabilidade no emprego, que começa a ser substituída pelo FGTS em 1967 [...]. Não é menos certo, entretanto, que o Estado do Bem-Estar social propiciou a acumulação de riquezas em detrimento das reivindicações sociais.” (BARROS, 2012, p.68, grifo nosso)

58. “O ciclo de expansão e vigência do *welfare state* [...] deu sinais de crise. Além das várias manifestações de esgotamento da sua fase de “regulação” keynesiana, às quais nos referimos anteriormente, houve a ocorrência de outro elemento decisivo para a crise do fordismo: *o ressurgimento de ações ofensivas do mundo do trabalho e o consequente transbordamento da luta de classes.*” (ANTUNES, 1999, p.40, grifo do autor)

tempo/ritmo da produção, à abstinência do trabalho –, seja contestando o poder do capital, chegando a classe operária até mesmo a controlar algumas fábricas⁵⁹. Como bem relata Bernardo (1996, p.19-20 *apud* ANTUNES, 1999, p.43):

Tratou-se, portanto, de uma fase de ofensiva das lutas dos trabalhadores, resultado de ações que frequentemente ocorriam “fora das instituições sindicais e dos mecanismos de negociação legalmente instituídos, [sendo] por isso denominadas greves ‘selvagens’ e [que] ficaram conhecidas como movimentos autônomos. (...) Nessas condições, ao exercerem um controle direto sobre as lutas, os trabalhadores nas décadas de 1960 e 1970 mostraram que a questão decisiva não diz respeito à mera propriedade formal do capital (...), às relações de propriedade, mas à própria forma como são organizadas as relações sociais de trabalho. Em numerosíssimos casos os trabalhadores, naquelas décadas prosseguiram a sua luta ocupando as empresas, e mantiveram-nas eles próprios em funcionamento, prescindindo dos patrões e dos administradores. Mas como o controle do movimento era diretamente assegurado pela base, os trabalhadores, ao tomarem decisões sobre a atividade produtiva, necessariamente violaram a disciplina instituída e começaram a remodelar as hierarquias internas da empresa. Durante o período em que estiveram nas mãos dos trabalhadores, as empresas alteraram as suas formas de funcionamento e reorganizaram-se internamente. Os trabalhadores não se limitaram a reivindicar o fim da propriedade privada. Mostraram na prática que eram capazes de levar o processo revolucionário até um nível muito mais fundamental, que é o da alteração das próprias relações sociais de trabalho e de produção.

Em relação à elevação do poder da classe operária na Inglaterra, faz-se menção aos dois grupos que defendiam os interesses dos trabalhadores: o TUC (*Trades Union Congress*), representação sindical inglesa, e o grupo que dele se originou e que o representava no âmbito político-parlamentar, o *Labour Party* (ANTUNES, 1999). De acordo com o relatado por Antunes (1999), o poder do movimento sindical inglês mostrava-se impressionante, realizando, dentro de um período de cinco anos (de 1969 a 1974), uma média **anual** de 3.000 greves, alcançando 12,5 milhões de trabalhadores paralisados.

Entretanto, apesar da efetivação de tamanha movimentação reivindicatória dos trabalhadores, o que para muitos deles talvez mostrasse, enfim, a sublevação operária última, ponto de partida para a instauração do comunismo, tal exibição contestatória, ao contrário do grande corpo que tinha, não apresentava alma. Certo é que a força demonstrada contra os

59. É importante destacar o controle da produção por parte da classe trabalhadora como fator que chamou a atenção dos capitalistas: aos seus olhos, o controle adotado por aquela classe manifestou uma possibilidade de exploração que iria para além da exclusão de movimentos inúteis na linha de produção. De acordo com Bernardo (1996, p.19-20 *apud* ANTUNES, 1999, p.44-45, grifo nosso), “[os trabalhadores, durante o movimento reivindicatório e enquanto exerciam o controle de algumas empresas] demonstravam, em suma, que não possuem apenas uma força bruta, sendo dotados também de inteligência, iniciativa e capacidade organizacional. Os capitalistas compreenderam então que, em vez de se limitar a explorar a força de trabalho muscular dos trabalhadores, privando-os de qualquer iniciativa e mantendo-os enclausurados nas compartimentações estritas do taylorismo e do fordismo, podiam multiplicar seu lucro explorando-lhes a imaginação, os dotes organizativos, a capacidade de cooperação, todas as virtudes da inteligência.”

mandamentos do grande capital exibiu enorme capacidade desestabilizadora do funcionamento do sistema, mas sem uma implementação real de um projeto mais democrático ou de um sistema realmente socialista e com o esgotamento dos grupos, principalmente do *Labour Party*, representação política trabalhista, abre-se espaço para a inserção de grupos políticos que representam os interesses dos capitalistas, tal qual o que realmente aconteceu em solo inglês. Assim, “essa limitação e mesmo esgotamento teve sua expressão clara em 1979, quando o Partido Conservador consegue, através da ascensão de Thatcher, quebrar a trajetória anterior, marcada por forte presença do trabalhismo inglês.” (ANTUNES, 1999, p.66).

As políticas neoliberais representadas por Thatcher⁶⁰, enfim, mostraram a decadência dos movimentos operários ingleses presentes e futuros⁶¹:

Pouco a pouco, foi se desenhando um modelo que alterava tanto as condições econômicas e sociais existentes na Inglaterra quanto a sua estrutura jurídico-institucional, de modo a compatibilizar-se com a implementação do modelo neoliberal. Seu eixo central era fortalecer a liberdade de mercado, buscando o espaço da Inglaterra na nova configuração do capitalismo. A *nova agenda* contemplava, entre outros pontos: 1) a *privatização* de praticamente tudo o que havia sido mantido sob o controle estatal no período trabalhista; 2) a redução e mesmo extinção do capital produtivo estatal; 3) o desenvolvimento de uma legislação *fortemente desregulamentadora* das condições de trabalho e flexibilizadora dos direitos sociais; 4) a aprovação, pelo Parlamento Conservador, de um conjunto de atos fortemente coibidores da atuação sindical [...]. (ANTUNES, 1999, p.66, grifo do autor)

A política thatcherista de precarização do trabalho através da extinção dos principais direitos da classe trabalhadora, fazendo com que se deparasse cada vez mais com trabalhos parciais, temporários e terceirizados⁶², tornou possível a implantação de um novo modo de produção, que viria a resgatar os custos adquiridos pelas empresas durante o período de greves, mas agora calcado em uma maior exploração do trabalho. As características do Neoliberalismo de Thatcher identificadas por Antunes (1999, p.67) demonstram uma mudança radical na política e na economia inglesa:

60. Apesar de sempre se fazer referência à dupla Thatcher-Reagan ao serem estudadas as políticas neoliberais, será realizado um estudo sobre o neoliberalismo limitado-se à atuação de Thatcher, que, conforme poderá ser percebido, teve maior impacto sobre a economia e o mundo do trabalho.

61. “O exemplo da greve é elucidativo: para que sua decretação tenha validade legal, há um ritual complexo de votações que burocratizam e limitam fortemente a sua ocorrência, que deve ser anunciada e posteriormente seguir toda uma teia de restrições. [...] Quando essa sistemática não era rigorosamente cumprida, os sindicatos sofriam penalidades que atingiam multas altíssimas, de modo a inviabilizar a vida associativa e sindical.” (ANTUNES, 1999, p.68)

62. Ou *trabalhadores hifenizados*, conforme caracteriza Beynon (1995 *apud* ANTUNES, 1999, p.72): “*part-time-workers*”, “*temporary-workers*”, “*casual-workers*”, “*self-employed-workers*.”

menos *industrializante* e mais voltado para os *serviços*, menos orientado para a *produção* e mais *financeiro*, menos *coletivista* e mais *individualizado*, mais *desregulamentado* e menos *contratualista*, mais *flexibilizado* e menos “rígido” nas relações entre o capital e trabalho, mais fundamentado no *laissez-faire*, no monetarismo, e totalmente contrário ao *estatismo nacionalizante* da fase trabalhista. Em síntese, mais sintonizado com o capitalismo pós-crise dos anos 70 (Ackers, Smith, 1996, p.3-9 e Kelly, 1996, p.77-82).” (ANTUNES, 1999, p.67, grifo do autor)

As mudanças infringidas por Thatcher no campo econômico mostravam-se perfeitas para a mudança do ritmo produtivo inglês. Percebendo as limitações da produção fordista, frente a um mercado hipersaturado de mercadorias, e o desenvolvimento e globalização das outras potências econômicas, o modelo produtivo e a organização do trabalho manifestavam-se insuficientes e até mesmo impróprios para a economia inglesa. A resposta para este problema estaria longe dali.

No Japão, devido às limitações infringidas pela II Guerra Mundial, implantou-se um modelo produtivo dedicado aos problemas até então enfrentados pela nação, tanto em relação à sua força de trabalho quanto em relação à sua posição geográfica. Seu modelo produtivo ohnista (menção ao seu desenvolvedor, Ohno), ou toyotista (menção à empresa que a aplicou, a Toyota), como é mais conhecido, constituído exclusivamente à superação das limitações da nação, é caracterizado por: 1) produção vinculada à demanda; 2) atividade voltada ao trabalho em equipe; 3) multitarefas do trabalhador, que chega a operar mais de uma máquina simultaneamente; 4) melhor aproveitamento possível do tempo: *just in time*; 5) minimização dos estoques: *kanban*; 6) horizontalização das empresas e suas subcontratadas; 7) círculos de controle de qualidade (CCQ), discussão do modo como o trabalho está sendo operado a partir dos próprios trabalhadores, visando melhorar a produtividade e 8) benefícios a parte dos trabalhadores (ANTUNES, 1999). Nas próprias palavras de seu criador:

Dada a sua origem, esse sistema é particularmente bom na diversificação. Enquanto o sistema clássico de produção em massa planejado é relativamente refratário à mudança, o *sistema Toyota*, ao contrário, revela-se muito plástico; ele adapta-se bem às condições de diversificação mais difíceis. É porque ele foi concebido para isso.” (OHNO, 1978 *apud* FONTENELE, 2007, p.27, grifo do autor)

Para um grupo de ilhas recém-saído de um período de guerra, apresentando limitações de mão-de-obra e matérias-primas, o toyotismo viria a suprir as necessidades do processo produtivo de seu país de origem. Para a Inglaterra, portanto, este modelo caberia perfeitamente como substituto do modelo fordista. Entretanto, deveria sofrer as devidas alterações de acordo com o objetivado pela política neoliberal de Thatcher, o que incluía a

total exploração do trabalhador (percebido, conforme visto anteriormente, na igual exploração da imaginação e da capacidade de gerência dos trabalhadores, evidente no período grevista), a flexibilização desta exploração, mediante a perda gradativa dos direitos da classe trabalhadora, e a diferenciação e regulação da produção, visto como necessidade para o suprimento de desejos cada vez mais individuais da sociedade e para o aumento dos lucros das empresas.⁶³

4.1.3 A flexibilização do Toyotismo

Conforme analisado, a decadência do Estado de Bem-Estar Social e a ascensão da nova política neoliberal, sob a figura de Margaret Thatcher, ofereciam agora um quadro totalmente novo ao mundo do trabalho. Não apenas isso, mas também toda uma reforma na organização social inglesa (passando tal organização a influenciar as demais economias, sob a figura de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, ou de Fernando Henrique Cardoso, no Brasil). Como assinalado por Barros,

A década de 1990 reflete uma política neoliberal, com o abandono do conceito de Estado do Bem-Estar Social. Enquanto se privilegiam os grandes grupos econômicos, as pequenas e médias empresas quebram em decorrência do dano causado pelas políticas econômicas. A saúde, a educação, a segurança e a previdência são relegadas a um plano secundário. (BARROS, 2012, p.68)

Além disso, um fator importante cultivado pelo neoliberalismo inglês diz respeito à propagação e concomitante adequação de uma nova forma de acumulação, o toyotismo, originalmente proveniente da necessidade japonesa, aos interesses das potências ocidentais. Apresentando-se em crise, a necessidade da substituição da produção fordista, devido às suas características, em grande parte, senão totalmente, opostas ao toyotismo, tornou ainda mais

63. Antunes (1999), após a análise do período marcado pelas políticas thatcheristas e a implantação do neoliberalismo na Inglaterra, dedica-se a apresentação do governo de Tony Blair, que, em verdade, seguiria as mesmas políticas adotadas por Thatcher. Por esse motivo, limitar-se-á este estudo ao governo Thatcher. Sobre Tony Blair, entretanto, deve-se fazer menção à renomeação do *Labour Party* (para *New Labour*), visando principalmente a perda da antiga identidade e a designação socialista do partido, e à implementação de uma *Terceira Via* ao caminho político inglês, que, na verdade, “tem como objetivo dar *continuidade* ao projeto de reinserção do Reino Unido, iniciado na Era Thatcher, e que pretende redesenhar a alternativa *inglesa* dentro da nova configuração do capitalismo contemporâneo.” (p.96, grifo do autor). Por fim, Antunes destaca que “Tony Blair é, em verdade, expressão da subjetividade e do projeto político gestado pelo ‘moderno’ capital britânico após o incontornável desgaste do neoliberalismo thatcherista.” (p.99) e que “A ‘Terceira Via’ acaba configurando-se como a *preservação do que é fundamental do neoliberalismo, dando-lhe um frágil verniz social-democrático cada vez menos acentuado.*” (p.99, grifo do autor)

plausível a reorganização produtiva a favor deste novo processo de produção (agora respeitando a demanda, ou seja, criando bens diferenciados; não gerando desperdícios no processo produtivo e se utilizando da tecnologia e do progresso das técnicas de produção com cada vez mais força). Nas palavras de Antunes (1999, p.36, grifo nosso),

Atendo-se à esfera fenomênica, à sua manifestação mais visível, tratava-se, para o capital, de reorganizar o ciclo reprodutivo preservando seus fundamentos essenciais. Foi exatamente nesse contexto que se iniciou uma mutação no interior do padrão de acumulação (e não no modo de produção), visando alternativas que conferissem maior dinamismo ao processo produtivo, que então dava claros sinais de esgotamento.

Entretanto, ao contrário do que se pensa, apesar do processo de produção se modificar, o cerne do sistema econômico capitalista era mantido pulsante. Dada a insuficiência dos ideais dos movimentos operários, o espaço dedicado a uma verdadeira revolução sobre o modo de produção capitalista acabou por dar espaço à reforma do sistema capitalista. Apesar da maior proximidade conferida ao trabalhador em relação ao produto criado por seu trabalho, conforme poderá ser visto mais à frente, aparentemente negando as questões expostas anteriormente sobre o estranhamento do trabalhador perante a atividade produtiva capitalista, perceber-se-á que a base continua a mesma – mas talvez mais intensa: “o sistema capitalista se transformou, passou por diversas fases, contudo continua calcado na exploração da força de trabalho, na divisão do trabalho, na hierarquização e na orientação para o lucro.” (IMBRIZI, 2005 *apud* FONTENELE, 2007, p.12).⁶⁴

Sob a esfera do trabalho, o toyotismo, diferente do modelo fordista, mostra-se mais flexível, tanto em relação ao conhecimento do trabalhador quanto à atividade do mesmo. Quanto ao primeiro, tem-se que o novo método, apesar de ainda prezar pela especialização do trabalho, faz com que o trabalhador contemporâneo seja polivalente, multifuncional. Talvez até mesmo buscando a diminuição dos custos através da contratação reduzida de força de trabalho – e já que esta é substituída facilmente por uma máquina –, o toyotismo objetiva a percepção do ser humano sobre os vários aspectos do processo produtivo, fazendo com que o sujeito do chão de fábrica controlasse mais de um mecanismo ao mesmo tempo. Além disso, ainda mais diferente da produção fordista, o trabalhador passaria a trabalhar em equipe. Não mais o tipo de “equipe” fordista, na qual os trabalhadores apenas se encontravam ao longo da

64. Imbrizi (2005 *apud* FONTENELE, 2007, p.13), entretanto, identifica três fatores que promovem a identificação de uma ruptura do toyotismo com o tipo de produção anterior: “o crescimento vertiginoso do capital financeiro, que se transforma em controlador anônimo e invisível dos indivíduos; a forma de desenvolvimento econômico que combina crescimento com desemprego; e a eclosão de um surto de produtividade sem precedentes.”

cadeia produtiva e dependiam do trabalho de seu antecessor para a aplicação de seu trabalho parcial sobre a matéria-prima. A equipe taylorista deveria trabalhar em conjunto para a efetivação dos objetivos traçados pelos mais poderosos, cuidando, gerindo e opinando sobre o trabalho de seu colega. Desta forma, apesar de aparentemente haver uma maior área de atuação do trabalhador, que em alguns setores situava-se mais próximo da concepção dos bens produzidos, esta horizontalização de poderes dentro da nova empresa apenas buscava facilitar a gerência do trabalho de todos os componentes da empresa: para o presidente poderá ser difícil perceber a efetivação do trabalho de seus empregados, mas este problema acaba quando os próprios empregados se tornam os olhos e ouvidos de seus chefes.

Em relação ao segundo ponto, a flexibilização da atividade dos trabalhadores, faz-se referência à alta taxa de rotatividade observada durante o final do século XX. Com a permanência do desemprego estrutural, herdada do fordismo, e sua intensificação durante o toyotismo, cria-se uma massa de desempregados (ou exército de reserva, resgatando Marx), facilitando a seleção daqueles mais aptos ao trabalho – e aqui se identificam todas as características solicitadas em uma seleção comum de emprego: pró-atividade, senso de liderança, saber trabalhar em equipe, e, principalmente, e ressalta-se este ponto como de importância-chave para parte das psicopatologias no trabalho neste século, saber trabalhar sob pressão e *stress*. Esta maior rotatividade, por si só, mostra-se como motivo principal para a polivalência do trabalhador contemporâneo no âmbito externo à empresa, como explicado no primeiro ponto, devendo este dedicar parte de seu tempo para uma formação plural. Nesta nova sociedade, como destacado por Sennett, “dinâmica”, “as pessoas passivas murcham.” (2011, p.103).

Percebe-se a total subserviência do trabalhador à nova forma de acumulação. Como destacado no início deste estudo, o trabalhador necessita muito mais do capital, e de sua personificação, do que o oposto. Caso precise mudar o tipo de trabalho que exerce, ele muda; se precisar modificar todo seu conhecimento em prol de sua empregabilidade, ele modifica; se precisa se desgastar para não ser substituído, ele se desgasta. Identifica-se aqui o personagem real contido na obra de Sennett (2011), Rico, que, vivendo em uma sociedade totalmente diferente daquela de seu pai, é visto pelo autor como apresentando seu caráter e sua própria personalidade tal qual um barco à deriva, sendo levado para onde os ventos da empregabilidade sopram:

As condições da nova economia alimentam, ao contrário, a experiência com a deriva no tempo, de lugar em lugar, de emprego em emprego. Se eu fosse explicar mais amplamente o dilema de Rico, diria que o capitalismo de curto prazo corrói o caráter dele, sobretudo aquelas qualidades de caráter que ligam os seres humanos uns aos outros, e dão a cada um deles um senso de identidade sustentável. (SENNETT, 2011, p.27)

O trabalhador, da mesma forma que o dinheiro, sob a ótica do capitalismo, não mais possui pátria. É flexível e móvel, devendo se adequar, portanto, a qualquer situação (e aí se insere a menção constante de Zygmunt Bauman à “fluidez” da pós-modernidade). Pertence a todas as cidades e a todas as nações, de acordo com as necessidades do capital. Dinamiza-se o caráter globalizante sob as políticas neoliberais e a produção toyotista. Assim, como Bauman explica:

Paul Virilio disse recentemente que, se parece bastante prematura a declaração de Francis Fukuyama sobre o “fim da história”, pode-se cada vez com mais confiança falar atualmente do “fim da geografia”. As distâncias já não importam, ao passo que a ideia de uma fronteira geográfica é cada vez mais difícil de sustentar no “mundo real”. (BAUMAN, 1999, p.18)

De forma geral, portanto, tem-se que, de acordo com Gounet (1991, p.43 *apud* ANTUNES, 1998, p.28-9):

o toyotismo é uma resposta à crise do fordismo dos anos 70. Ao invés do trabalho desqualificado, o operário torna-se polivalente. Ao invés da linha individualizada, ele se integra em uma equipe. Ao invés de produzir veículos em massa para pessoas que não conhece, ele fabrica um elemento para a ‘satisfação’ da equipe que está na sequência da sua linha”. E conclui, não sem um tom de ironia: “Em síntese, com o toyotismo, parece desaparecer o trabalho repetitivo, ultra-simples, desmotivante e embrutecedor. Finalmente, estamos na fase do enriquecimento das tarefas da satisfação do consumidor, com controle de qualidade.

4.2 "Proteger nossa empresa para defender a vida!"

4.2.1 Características do novo trabalho

A primeira característica do trabalho contemporâneo, de acordo com o que foi percebido durante a ascensão de Thatcher ao poder e da implantação de políticas neoliberais (sendo tais políticas, como dito, expandidas para todo o globo), mostra-se a falta de representatividade oferecida pelos antigos sindicatos. Sob a imposição de complexa burocracia e leis que determinavam a validade dos movimentos grevistas – recaindo pesadas multas aos sindicatos caso não seguissem estas determinações –, os sindicatos acabaram por perder sua força perante o capital. Junta-se a isto a alta rotatividade infringida pelo modelo

produtivo taylorista, que deu origem aos “trabalhadores hifenizados”, para se perceber o esfacelamento dessa representação operária sobre os novos trabalhadores, que não mais eram fixos às suas empresas, conforme explana Antunes (1998, p.61-2, grifo do autor):

um outro elemento decisivo no desenvolvimento e expansão da crise sindical é encontrado no fosso existente entre os trabalhadores ‘estáveis’, de um lado, e aqueles que resultam do trabalho precarizado etc., de outro. Com o aumento desse abismo social no interior da própria classe trabalhadora, reduz-se fortemente o poder sindical, historicamente vinculado aos trabalhadores ‘estáveis’ e, até agora, incapaz de aglutinar os trabalhadores parciais, temporários, precários, da economia informal etc. com isso, começa a desmoronar o *sindicalismo vertical*, herança do fordismo e mais vinculado à categoria profissional, mais corporativo. Este tem se mostrado impossibilitado de atuar como um *sindicalismo mais horizontalizado*, dotado de uma abrangência maior e que privilegie as esferas intercategoriais, interprofissionais, por certo um tipo de sindicalismo mais capacitado para aglutinar o *conjunto* dos trabalhadores, desde os ‘estáveis’ até os precários, vinculados à economia informal etc. (ver Bihl, 1991: 106).

Com esta ruptura do poder sindical, os remanescentes cuidavam apenas de questões mais banais, como negociação de salários e atividades voltadas à manutenção da classe. No caso da criação de novos setores que não apresentavam sindicatos, estes foram criados apenas para serem um braço a mais do capital sobre a força de trabalho. Antunes (1998, p.25) cita o caso da empresa japonesa Nissan, que durante os movimentos grevistas

recorreu ao *lockout*⁶⁵, como forma de desmoralizar a greve (Gounet, 1991: 42). Após a repressão que se abateu sobre os principais líderes sindicais, as empresas aproveitaram a desestruturação do sindicalismo combativo e criaram o que se constituiu no *traço distintivo do sindicalismo japonês da era toyotista: o sindicalismo de empresa, o sindicato-casa, atado ao ideário e ao universo patronal.*” (ANTUNES, 1998, p.25, grifo do autor)

Outros pontos importantes, já se limitando aos processos de trabalho, mostram-se a precarização das atividades em alguns setores, o trabalho em equipe e, por fim, a flexibilização do trabalho.⁶⁶

Em relação à primeira, identifica-se uma crescente criação de subtrabalhos e trabalhos sem garantias, processos provenientes das políticas neoliberais e do desemprego estrutural causado pelo uso crescente de técnicas de produção mais eficientes que abreviam e excluem o trabalho humano. Atividades do setor informal, de empresas terceirizadas e emprego do trabalho infantil ilustram a precarização do mundo do trabalho. Paralela a esta exclusão por

65. De acordo com Michaelis (2000), o *lockout* refere-se à resposta da classe capitalista aos movimentos grevistas dos trabalhadores, baseando-se no fechamento dos estabelecimentos comerciais ou industriais, incluído até mesmo como resposta contra decisões governamentais.

66. Far-se-á este apanhado mais simples e perceptíveis acerca das características do trabalho visando não interferir na explanação mais profunda da subseção posterior.

conta do nível tecnológico de então, identifica-se também a ausência da especialização ou da própria flexibilidade da capacidade dos trabalhadores como tendo grande influência sobre o crescimento do desemprego e dos trabalhos precarizados. Antunes (1999) identifica este inchaço dos trabalhos precarizados a partir do caráter já absorvido pelos trabalhadores durante o modelo fordista, no qual seus trabalhos representavam uma atividade para toda a vida, havendo, nestes casos, a completa identificação do trabalhador sobre o sua atividade.⁶⁷ O taylorismo, entretanto, causa a quebra desta identificação, devendo o novo operário adequar-se de acordo com o solicitado pelo mercado, o que envolve a passagem dos trabalhadores pelos conhecidos cursos profissionalizantes e formações complementares, por exemplo.

O segundo ponto, o trabalho em equipe, de acordo com Sennett, “deixa o reino da tragédia para encenar as relações humanas como uma farsa.” (2011, p.127). Com isso, Sennett percebe as relações mantidas dentro das empresas como carregadas do interesse mútuo e diferentes das relações sociais que deveriam ser mantidas entre os homens “livres”. Chanlat (1996) explica que, segundo Freud, o outro é, ao mesmo tempo, um modelo, um objeto, uma sustentação ou um adversário. Dentro das empresas, podemos identificar o outro, na perspectiva do empregado, como sendo o primeiro e o último caso: apenas uma referência de como se trabalhar ou não e sujeito sobre o qual se constroem laços de solidariedade ou ódio. Sob estas perspectivas, percebe-se que o conhecimento sobre o próximo mostra-se como um meio, e não como uma finalidade nas relações das empresas⁶⁸.

O último ponto, a flexibilização do trabalho, pode ser percebido como um dos mais impactantes sobre o ser, agindo desde a fluidez do conhecimento, que se mostra à deriva, deixando-se levar aos rumos indicados pelo mercado, à perda da noção de tempo, chocando-se esta frontalmente com o espaço do sujeito dedicado a sua sociabilidade, como o é, por exemplo, a relação com a família. Além disso, ambas consequências afetarão a identidade do indivíduo perante sua atividade laborativa e, com isso – seguindo o explanado por Engels (1999) de que o homem foi e é construído pelo seu trabalho –, perante si mesmo.⁶⁹ Estes pontos serão melhor discutidos a seguir.

67. Não confundir a identificação do trabalhador com o estranhamento deste perante o processo produtivo. Aquele faz referência à identificação da potencialidade do trabalho frente à produção de bens (ele se identifica, pessoalmente e socialmente, a um tipo específico de trabalho concreto; percebe naquela atividade a aplicação primorosa de sua capacidade laborativa), enquanto que o estranhamento ainda o ronda, pois o sujeito não se identifica nem com os bens nos quais insere seu trabalho parcial, nem com o produto final.

68. Deve ser citado também o caráter temporário desas relações criadas dentro das organizações, onde, devido à alta rotatividade da força de trabalho, há constantemente a quebra destas já falsas relações sociais.

69. “As condições de tempo no novo capitalismo criaram um conflito entre caráter e experiência, a experiência do tempo desconjuntado ameaçando a capacidade das pessoas transformarem seus caracteres em narrativas sustentadas.” (SENNETT, 2011, p.32)

4.2.2 *Consequências do trabalho flexível*

Através do que foi explicado até então, identifica-se, por meio da expansão da precarização que atinge o mundo do trabalho pela via do binômio neoliberalismo-toyotismo, as mais diversas consequências não apenas para o trabalhador individualmente, como é mais claro, mas também ao ambiente que o circunda e à ideia de tempo de trabalho e de lazer (ou não-trabalho). Visando tornar as devidas esferas sobre as quais há a influência do trabalho flexibilizado mais perceptíveis e, assim, entendíveis, dividir-se-ão estas em cinco partes, finalizando este capítulo com a discussão acerca do fim do trabalho.

4.2.2.1 *Sobre o ambiente*

Através do que é demonstrado por Engels (1999, p. 19), a saber, que

os animais [...] também modificam com sua atividade a natureza exterior, embora não no mesmo grau pelo homem; e essas modificações provocadas por eles no meio ambiente repercutem, como vimos, em seus causadores, modificando-os por sua vez.

pode-se ter em mente, portanto, que desde as formas mais simples de cristalização do trabalho por meio do desenvolvimento de valores de uso, o homem exerce influência importante sobre o meio ambiente, ou melhor, sobre o mundo.

Desde o início deste trabalho, foi percebido que, com o desenvolvimento das formas de produção de bens importantes para a subsistência do indivíduo – que, depois, passaram a ser produzidas com o fim único da troca –, o ambiente que circunda o homem é modificado, seja através da utilização das matérias oferecidas pela natureza (e a possível exaustão destas), seja através de mudanças na organização social. Como exemplo deste último fator, tem-se o próprio caso, conforme explicado, do desenvolvimento e expansão das cidades, que exerceram, por sua vez, significativo impacto sobre o meio ambiente por meio dos resíduos produzidos pelas incipientes indústrias.

Assim, em relação ao modelo de produção toyotista, com a mundialização da esfera financeira, todo e qualquer lugar torna-se factível de ser utilizado para os fins do capital. De acordo com Antunes (1999), tem-se, neste modelo, a degradação crescente do meio ambiente, proveniente da relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza. Para perceber a efetividade desta influência sobre o meio ambiente, deve-se ter em mente que, se a primitiva

atividade humana de subsistência gerava impactos sobre a natureza que o cercava, a atividade humana dirigida para a geração de mercadorias, visando uma lucratividade irrestrita e baseada na rápida inutilidade de seus valores de uso deverá levar este impacto sobre o meio ambiente ao extremo. Basta constatar a realização do panorama que Engels (1999, p.19) relata para perceber o cenário desastroso em que se encontra a humanidade atualmente e que poderá ser potencializado caso aquelas características do processo produtivo se mantenham.

Contudo, não nos deixemos dominar pelo entusiasmo em face de nossas vitórias sobre a natureza. Após cada uma dessas vitórias, a natureza adota sua vingança. É verdade que as primeiras consequências dessas vitórias são as previstas por nós, mas em segundo e em terceiro lugar aparecem consequências muito diversas, totalmente imprevistas e que, com frequência, anulam as primeiras.

Desta maneira, Engels alerta que

Assim, a cada passo, os fatos recordam que nosso domínio sobre a natureza não se parece em nada com o domínio de um conquistador sobre o povo conquistado, que não é o domínio de alguém situado fora da natureza, mas que nós, por nossa carne, nosso sangue e nosso cérebro, pertencemos à natureza, encontramos-nos em seu seio, e todo o nosso domínio sobre ela consiste em que, diferentemente dos demais seres, somos capazes de conhecer suas leis e aplicá-las de maneira adequada (1999, p.23-24)

4.2.2.2 Sobre o trabalho: seu tempo e produto

Em relação ao próprio trabalho humano, observa-se que a sua flexibilização tornou possível as mais diversas formas de precarização, tanto em relação às garantias perdidas sobre os direitos dos trabalhadores quanto às condições oferecidas pelas novas modalidades de trabalho. A precarização e a internacionalização do mercado de trabalho, proveniente do pulsar da globalização, torna o futuro pessoal e profissional do homem um mistério (se conseguirá viver com a renda de seu trabalho precário, se permanecerá empregado no dia seguinte e para qual novo trabalho deverá se dirigir, caso perca o anterior ou a renda seja insatisfatória) e sua origem uma incógnita. Ao contrário dos trabalhos mais estáveis, nos quais o trabalhador torna-se um “recurso do mundo”, nos trabalhos precários, principalmente informais, o trabalhador percebe o mundo como seu recurso.

A globalização neoliberal e a internacionalização dos processos produtivos estão acompanhadas da realidade de centenas e centenas de milhões de trabalhadores desempregados e precarizados no mundo inteiro. O sistema fordista nos havia acostumado ao trabalho pleno e de duração indeterminada. Agora, ao contrário, um grande número de trabalhadores tem um contrato de curta duração ou de meio expediente; os novos trabalhadores podem ser alugados por algumas poucas horas

ao dia, por cinco dias da semana ou por poucas horas em dois ou três dias da semana.” (VASAPOLLO, 2005, p.28 *apud* ANTUNES, 2009, p.235)

Antunes (2009) deixa clara a influência da flexibilização para a precarização do trabalho. Caracterizando a flexibilização como uma espécie de “liberdade” adquirida pelas empresas, Antunes demonstra que vários são os fatores que sofrem influência desta variação irrestrita do capital, como os salários, o vínculo empregatício, horários e o tempo dedicado à produção, que poderá ser subdividido. Além disso, chega-se ao nível de livre mobilidade (sob a ótica do capital) da força de trabalho, o que Antunes (1999, p.116) denomina “re-territorialização e a des-territorialização da força de trabalho”.

Importantíssima se mostra a análise do tempo do trabalho na contemporaneidade. De acordo com Sennett (2011, p.21):

Os líderes empresariais e os jornalistas enfatizam o mercado global e o uso de novas tecnologias como características distintivas do capitalismo de nossa época. Isso é verdade, sim, mas não vê outra dimensão da mudança: novas maneiras de organizar o tempo, sobretudo o tempo de trabalho.

Ao contrário do que se possa pensar sobre os aparentes benefícios provenientes da inserção de novas tecnologias na produção, a saber, a liberação de mais tempo de trabalho para as atividades que promovam seu desenvolvimento, deve se ter em mente dois fatores que corroboram para a exclusão desta ideia: a intensificação do trabalho⁷⁰, decorrente de uma maior especialização da mão-de-obra (meio de se extrair a mais-valia relativa, vide os “limites físicos e morais” da força de trabalho), e a extensão do que se pode chamar “trabalho indireto”. Neste termo, faz-se referência ao tempo utilizado fora daquele dedicado realmente à empresa, que se manifesta através da contínua busca de formações complementares, a “reciclagem da força de trabalho”, maneira como pode ser comumente tratada, e do trabalho doméstico, consequência direta da intelectualização do trabalho contemporâneo, não sendo necessária, portanto, a presença física do trabalhador em sua empresa.⁷¹

Como visto, é certo, entretanto, que em alguns setores se percebe uma maior proximidade dos trabalhadores com o fruto de seu trabalho, principalmente em relação à

70. Como defende Antunes (1999), a redução da jornada de trabalho não implica necessariamente na redução do tempo de trabalho, este referente à intensidade do trabalho.

71. “Na revolta contra a rotina, a aparência de nova liberdade é enganosa. O tempo nas instituições e para os indivíduos não foi libertado da jaula de ferro do passado, mas sujeito a novos controles do alto para baixo. O tempo da flexibilidade é o tempo de um novo poder. Flexibilidade gera desordem, mas não livra das limitações.” (SENNETT, 2011, p.69)

concepção das mercadorias e à gerência da produção. Todavia, *trabalho* e *trabalhador* tomam rumos diferentes. Segundo Antunes,

ao mesmo tempo em que se visualiza uma tendência para a *qualificação* do trabalho, desenvolve-se também intensamente um nítido processo de *desqualificação* dos trabalhadores, que acaba configurando um processo contraditório que *superqualifica* em vários ramos produtivos e *desqualifica* em outros.” (1998, p.54, grifo do autor)

Por conta de todos os fatores citados, como a utilização crescente de novas técnicas de produção e o alto nível de qualificação necessário à sociedade atualmente – fruto da terceira revolução industrial, com o aparecimento da robótica e da biotecnologia –, não se nega que o intelecto humano desenvolveu-se ao nível de um conhecimento mais fino e avançado, o que é refletido nas mercadorias deste século. Porém, Antunes (1998) chama a atenção ao caminho inverso que o trabalho toma em relação aos avanços do conhecimento: o homem, cada vez mais, vê sua potencialidade física e mental sugada pelo processo produtivo, dando continuidade e intensificação à movimentação do capital. Não é apenas a simples utilização do intelecto que vem à tona na produção toyotista, mas a busca pela sua substituição após sua captação. Conforme exemplifica Sennett (2011) com o caso das padarias gregas, o pão, produto de trabalho concreto específico, tornou-se a representação em uma tela. Perdem-se todos os vínculos um dia existentes entre produto e produtor. Apesar da discussão acerca do fim do trabalho, estudada mais à frente, não se mostra exagero nenhum pensar que as máquinas substituem o homem, tendo-lhe roubado, durante o século XIX a força, e nos séculos XX e XXI, o intelecto; e, aparentemente, não há escapatória: o ser humano deve materializar sua capacidade mental em uma mercadoria e, assim, deixar-se absorver pelo processo produtivo.

A materialização que eles devem sofrer para que permaneçam no mundo ocorre ao preço de que sempre a “letra morta” substitui algo que nasceu do “espírito vivo”, e que realmente, durante um momento fulgaz, existiu como espírito vivo. Têm que pagar este preço porque, em si, são de natureza inteiramente extramundana, e portanto requerem o auxílio de uma atividade de natureza completamente diferente; dependem, para sua realização e materialização, do mesmo artesanato que constrói as outras coisas do artifício humano. (ARENDRT, 2007, p.106-7)

Sobre uma sociedade consumista e na qual a classe trabalhadora encontra-se estranhada de si em relação à sua condição de classe, à sua atividade produtiva e à sua condição de seres humanos, Arendt (2007, p.148) adverte que

O perigo é que tal sociedade, deslumbrada ante a abundância de sua crescente fertilidade e presa ao suave funcionamento de um processo interminável, já não seria

capaz de reconhecer a sua própria futilidade – a futilidade de uma vida que “não se fixa nem se realiza em coisa alguma que seja permanente, que continue a existir após terminado o labor”.

4.2.2.3 Sobre o não-trabalho: tempo de lazer e o desemprego

De acordo com a subseção anterior, o trabalho flexível impõe atualmente à classe trabalhadora uma separação nebulosa entre o tempo voltado ao trabalho e ao tempo voltado ao lazer. Como explanado por Marx (1980), é de grande importância que o tempo de trabalho não exceda o “limite físico e o limite moral” do trabalhador, onde este último faz referência “às necessidades espirituais e sociais que o homem possui e que são determinadas através da história” (1980, p.263). Curiosamente, todavia, este limite, sim, vem sendo extrapolado. Talvez o que Marx não tenha percebido é que, da mesma forma que a força de trabalho exibe a capacidade de criar mais valor do que o estritamente necessário à sua subsistência, a capacidade intelectual, ao contrário da física, aparentemente exibe uma resistência maior – embora a sua extrapolação possa causar piores males do que a extrapolação da capacidade física –, o que possibilita a sua utilização pelo capital fora de seu espaço. Desta forma, o capital se apossa e deturpa o tempo livre, de não-trabalho, do indivíduo, estranhando-o aos olhos de seu “antigo” possuidor. Segundo Antunes (1998, p.92, grifo do autor), portanto,

as diversas manifestações de *estranhamento* atingiram, além do espaço da produção, ainda mais intensamente a esfera do *consumo*, a *esfera da vida fora do trabalho*, *fazendo do tempo livre*, em boa medida, *um tempo também sujeito aos valores do sistema produtor de mercadorias*. *O ser social que trabalha deve somente ter o necessário para viver, mas deve ser constantemente induzido a querer viver para ter ou sonhar com novos produtos*.

Como explica Antunes, não apenas para a continuidade do labor, mas o tempo dedicado às tarefas da sociabilidade e do espírito passa também a trabalhar em prol da manutenção do próprio sistema capitalista. Arendt (2007, p.146) segue o mesmo raciocínio ao afirmar que “as horas vagas do *animal laborans* jamais são gastas em outra coisa senão em consumir; e, quanto maior é o tempo de que ele dispõe, mais ávidos e insaciáveis são os seus apetites”.

A produção diferenciada toyotista, o individualismo, o tempo de trabalho, o tempo de não-trabalho e o consumo, desta forma e nesta ordem, formam um ciclo infinito de alimentação do sistema capitalista.

Ao expor o tempo de não-trabalho, faz-se alusão também à situação de desemprego sofrida por parte da população mundial. Esta questão, por sua vez, manifesta uma maior profundidade sobre a identidade do trabalhador:

É evidente que o fenômeno econômico do desemprego incide diretamente sobre o indivíduo que perde o seu trabalho; mas há também um outro aspecto do problema que está mais profundamente ligado ao seu destino: a perda daquilo que na linguagem da filosofia chamamos de sentido da vida. (SCHAFF, 1990, p.115)

Schaff (1990) segue a ideia exposta por Engels (1999) de que o desenvolvimento do homem é realizado por meio do trabalho. Assim, se o homem não se encontra em atividade, perde, para si, sua identidade, encontra-se, de acordo com Schaff (1990) em um “vazio existencial”, caracterizado pelo tédio; e perante a sociedade, seu papel de “ser” produtivo. Schaff (1990, p.118) se mostra atual ao relatar as experiências de não-trabalho, no caso do desemprego, dos jovens, que, ao se darem de frente com a disputa do mercado de trabalho, procuram refúgios para o tédio que toma conta de suas vidas e à perda de identidade (nesta fase, muito ligada à independência aos pais):

Privar os jovens do trabalho significa privá-los dolorosamente do sentido da vida ainda hoje operante. Na medida em que este sentido não é substituído por outro, surge a perigosa possibilidade de a juventude ficar à mercê da patologia que já se manifesta hoje em diferentes países sob a forma da toxicomania, do alcoolismo, da delinquência juvenil etc.

Interessante notar o comportamento presente na atualidade, com os jovens de Schaff, e durante a Revolução Industrial: em ambos os períodos, apesar de sua enorme distância temporal, os indivíduos procuram meios alternativos para se esquecerem dos problemas de sua realidade, provocadas sobretudo pelo trabalho: tanto em um quanto no outro se busca o esquecimento das condições em que o trabalhador se encontra **no trabalho e fora dele**. Em ambos dos casos, entretanto, são percebidos os impactos que o trabalho sob a ordem do capital, em seus respectivos níveis de desenvolvimento, causam ao indivíduo.

4.2.2.4 Sobre o indivíduo

Durante a análise da relação trabalho-indivíduo, deve se fazer alusão ao estranhamento, relatado por Marx, do homem sobre si mesmo. Sobre esta questão, é interessante observar a mudança de perspectiva sobre o trabalhador: anteriormente considerado apenas como apêndice da máquina, Fontenele (2007) ressalta que este passa a ser

visto através de todas as suas características anteriormente esquecidas, quais sejam, “um ser pensante, consciente das suas responsabilidades e da importância da sua função dentro do processo produtivo” (p.33). Com isso, o trabalhador passa a participar mais ativamente do modo de produção e do próprio caminho da empresa, inclusive comprometendo-se por seus resultados. Tem-se aí, além da clara oposição ao antigo modelo fordista/taylorista, o envolvimento por completo do trabalhador ao processo produtivo para o qual foi contratado.

Apesar deste distanciamento quase extremo da antiga produção em massa, Fontenele (2007) explica que a ideia de estranhamento do trabalhador sobre o seu produto ainda continua de pé. Embora Antunes e Alves (2004 *apud* Fontenele, 2007, p.34) ressaltem certa minimização desta ideia, causada tanto pelo menor distanciamento das atividades de concepção e produção quanto da diminuição de níveis hierárquicos, por exemplo, percebe-se que, mantendo a sua essência, o capital ainda torna visível a divisão entre o trabalhador e a materialização do seu trabalho. Aceita-se o caso de se considerar um processo de estranhamento menos visível. Todavia, infere-se, com isso, que este se torna mais forte: ao contrário da produção fordista/taylorista, onde a capacidade de trabalho é alienada, ou seja, é externalizada de trabalhador e tomada por outro, na produção toyotista sua capacidade mental também é tomada pelo capitalista. O trabalhador é escravizado em corpo e alma pelo dono do capital.⁷² Não mais as psicopatologias manifestadas são fruto, em boa parte, apenas da psicossomatização das consequências sobre o corpo do trabalhador, mas também passam a ser consequência direta da exploração capitalista sobre seu conhecimento e capacidade mental. Segundo Antunes (1999, p.131, grifo nosso),

Além do saber operário, que o fordismo expropriou e transferiu para a esfera da gerência científica, para os níveis de elaboração, a nova fase do capital, da qual o toyotismo é a melhor expressão, retransfere o *savoir-faire* para o trabalho, mas o faz visando apropriar-se crescentemente da sua dimensão intelectual, das suas capacidades cognitivas, procurando envolver mais forte e intensamente a subjetividade operária. Os trabalhos em equipes, os círculos de controle, as sugestões oriundas do chão de fábrica, são recolhidos e apropriados pelo capital nessa fase de reestruturação produtiva. Suas ideias são absorvidas pelas empresas.

72. “O *estranhamento* próprio do toyotismo é aquele dado pelo ‘envolvimento cooptado’, que possibilita ao capital apropriar-se do *saber* e do *fazer* do trabalho. Este, na lógica da integração toyotista, deve *pensar* e *agir* do capital, para a produtividade, sob a *aparência* da eliminação efetiva do fosso existente entre *elaboração* e *execução* no processo de trabalho. Aparência porque a concepção efetiva dos produtos, a decisão do *que* e de *como* produzir não pertence aos trabalhadores. O resultado do processo de trabalho corporificado no produto permanece *alheio* e *estranho* ao produtor, preservando, sob todos os aspectos, o *fetichismo* da mercadoria. A existência de uma *atividade autodeterminada*, em *todas* as fases do processo produtivo, é uma absoluta impossibilidade sob o toyotismo, porque seu comando permanece movido pela lógica do sistema produtor de mercadorias. *Por isso pensamos que se possa dizer que, no universo da empresa da era da produção japonesa, vivancia-se um processo de estranhamento do ser social que trabalho, que tendencialmente se aproxima do limite.* Neste preciso sentido é um estranhamento *pós-fordista*.” (ANTUNES, 1998, p.34, grifo do autor)

após uma análise e comprovação de sua exequibilidade e vantagem (lucrativa) para o capital. Mas o processo não se restringe a essa dimensão, uma vez que parte do saber intelectual é transferido para as máquinas informatizadas, que se tornam mais inteligentes, reproduzindo uma parcela das atividades a elas transferidas pelo saber intelectual do trabalho.

Além disso, deve-se mencionar outra ideia defendida por Fontenele (2007) a respeito das perdas adquiridas pelo indivíduo no trabalho diante do modelo de acumulação flexível. Fontenele (2007), através de Palmade (2001), relata alguns pontos que permeiam a psique do sujeito e que, em sua grande parte, incita um sentido de perda: a primeira ideia (ou tese, como chama) baseia-se na perda do pensamento dialético, uma falta de superação das contradições da estrutura social, onde o trabalhador acaba por aceitar a condição estrutural vigente, sendo a busca pelo verdadeiro sentido humano, pela emancipação do trabalhador, ideias abandonadas.

A segunda tese é a perda do laço social, produto do ideal e da supervalorização do individualismo. De acordo com Palmade (2001, p.100 *apud* FONTENELE, 2007, p.38), este enfraquecimento dos laços sociais é visto “[...] como a perda de um processo de apoio social e histórico das identidades”.

As perdas do laço social, em função do laço de identificação à empresa, organização apresentada pela ideologia como autônoma e consensual, através de seu caráter individualizante, enfraqueceria as estruturas coletivas de defesa internas/externas. Essa mudança enfraqueceria o laço social quanto mais as pessoas se encontrassem em uma situação econômica com grande risco de perder o trabalho (ou ter de trocá-lo). (PALMADE, 2001, p.102 *apud* FONTENELE, 2007, p.38)

A terceira tese refere-se às clivagens, rupturas, das identificações sociais; a divisão da vida social em esferas que dividem o conhecimento do homem.

A quarta tese, por fim, diz respeito à fragilização das bases identitárias, ligadas às rupturas existentes entre as identificações psicoafetivas e as identificações sociais: “a perda do apoio no universo simbólico do passado refere-se à perda do apoio das identificações na história, na tradição, na genealogia familiar” (FONTENELE, 2007, p.39).

A perda das mediações entre o psicoafetivo e o social corresponde à perda da família como instituição básica na função de socialização. Sendo assim, não são possíveis mediações entre as identificações afetivas com os pais e as identificações com a sociedade (FONTENELE, 2007, p.39)

Percebe-se que Fontenele (2007) acaba por relatar algumas das formas de estranhamento do homem perante o sistema capitalista, mas já identificando-as, dentro do sistema econômico baseado na produção taylorista, como a própria perda dos respectivos fatores. Aqui, no caso da perda de si mesmo, o trabalhador tem, em si, a busca pelo sucesso de

“sua” empresa. Sua vida é dedicada à empresa a todo tempo. Daí, talvez, o lema utilizado pela Toyota, de que se deve “proteger nossa empresa para defender a [nossa] vida”.

4.2.2.5 Sobre o outro: a família e o gênero feminino

O caso presente no estudo de Sennett (2011), baseado em Rico, seu colega, profissional característico do modelo de acumulação flexível, e sua família, da qual os pais viveram sob o modelo fordista, torna-se exemplar para concluir esta última esfera de influências do trabalho flexível. No caso, ter-se-á o mesmo que nas outras esferas e seguindo o mencionado por Fontenele – mais especificamente em sua segunda tese.

Sennett (2011) explica que espírito de curto prazo, pertinente à acumulação flexível, é refletido sobre as relações sociais, principalmente, conforme tanto relata, sobre a família. Presente da mesma forma durante a análise do período que permeava a Revolução Industrial, no qual se defendeu que o novo método de produção fabril afetava as famílias, tanto pela ausência da figura paterna, dada pelas incontáveis horas (ou dias) que deveria passar na fábrica, quanto através da empregabilidade crescente da mão-de-obra feminina e infantil, o esfacelamento da família sob a flexibilização do trabalho, entretanto, pode ser percebido como sendo mais intenso. Ao contrário do que se poderia ainda perceber nos grupos familiares de antes, na atual época os valores tornaram-se passageiros e esquecidos. Como bem retrata Sennett (2011), como se poderia ensinar valores baseados na construção lenta da sociabilidade em meio a uma sociedade imediatista?

O comportamento que traz sucesso ou mesmo apenas a sobrevivência no trabalho, portanto, pouca dá a Rico para oferecer como modelo paterno. Na verdade, para esse casal moderno, o problema é exatamente o contrário: como podem eles evitar que as relações familiares sucumbam ao comportamento a curto prazo, ao espírito de reunião, e acima de tudo à fraqueza da lealdade e do compromisso mútuo que assinalam o moderno local de trabalho? Em lugar dos valores de camaleão da nova economia, a família – como Rico a vê – deve enfatizar, ao contrário, a obrigação formal, a confiança, o compromisso mútuo e o senso de objetivo. Todas essas são virtudes de longo prazo. (SENNETT, 2011, p.27)

A flexibilização do trabalho influencia na flexibilização dos valores, as mudanças de (locais de) trabalho enfraquecem as relações⁷³. Deve-se juntar a isto o caráter consumista da sociedade contemporânea, que separa mais ainda os membros que a compõe, transformando, como explana Marx, as relações entre pessoas em relações entre coisas. Além disso, a própria

73. “ ‘Não há mais longo prazo’ desorienta a ação a longo prazo, afrouxa os laços de confiança e compromisso e divorcia a vontade do comportamento.” (SENNETT, 2011, p.33)

ausência de trabalho causa o afundamento da família e desta frente à sociedade, gerando um ciclo ininterrupto de mudanças de valores e perda dos laços familiares.

A equiparação de bom trabalho com bom grego fazia mais sentido no concreto que no abstrato. Os padeiros precisavam cooperar intimamente para coordenar as variadas tarefas da padaria. Quando dois deles, irmãos alcoólatras, se apresentavam sujeitos ao trabalho, os outros os censuravam falando do caos que estavam criando em suas famílias, e da perda de prestígio das famílias na comunidade em que viviam todos os gregos. Não ser um bom grego era um forte instrumento para envergonhar, e assim o trabalho era disciplinado.” (SENNETT, 2011, p.77)

Quando se faz referência às mudanças de tratamento dos indivíduos entre si, deve-se fazer menção também (e este fator causa atritos dentro da própria família) à divisão sexual do trabalho, onde o papel da mulher no trabalho exibe menor importância que a do homem, fato refletido principalmente nos salários recebidos pelos membros de cada sexo. Com a flexibilização do trabalho, perceber-se a feminização do mercado de trabalho devido a esta ilustração acerca da inferioridade da força de trabalho feminina. Esta diferenciação e a subserviência que parece transparecer da mulher em relação ao homem toma o mundo e se mostra das mais diversas formas, como a limitação à atuação feminina em certas atividades e a própria chefia da família.⁷⁴ Ambos os casos, entretanto, mostram-se em declínio atualmente. Sobre a discriminação da força de trabalho feminina, Antunes (1999, p.105-6, grifo do autor) relata que

Na *divisão sexual do trabalho*, operada pelo capital dentro do *espaço fabril*, geralmente as atividades de concepção ou aquelas baseadas em *capital intensivo* são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, mais elementares e muitas vezes fundadas em *trabalho intensivo*, são destinadas às mulheres trabalhadoras (e, muito frequentemente também aos trabalhadores/as imigrantes e negros/as).

4.2.3 Fim do trabalho?

Para finalizar a análise acerca do modelo de acumulação flexível, deve ser posta em pauta a questão do fim do trabalho, ideia proveniente do próprio caminho levado pelo desenvolvimento da tecnologia, da substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto e, com isso, do crescimento do setor de serviços em comparação ao setor produtivo. Muito debatido por Antunes em suas obras, é de suma importância que tal questão seja abordada no presente estudo, tendo em vista as relações já delineadas aqui entre o indivíduo e o trabalho. Após esta

74. Deve se ter em mente também a transfiguração realizada, com cada vez mais força, da mulher em simples objeto “de consumo”, em objeto de satisfação dos instintos mais primitivos.

análise, será debatida a interessante perspectiva de Schaff sobre o possível futuro da humanidade, de que a “sociedade informática” se reestruturará através de uma nova divisão de classes baseada na informação.

Como assinalado, poderá ser defendido que o trabalho humano cada vez mais toma menor espaço na produção de mercadorias. Considerando a teoria do valor de Marx, portanto, as novas mercadorias, deficientes em quantidade de valor novo, tempo de trabalho humano, deveriam, através de seu equivalente geral, valer menos. Percebe-se, todavia, a extrapolação dos preços (expressão do valor de um bem sobre o equivalente geral, o dinheiro) das mercadorias, incitando um ganho cada vez maior de uma mais-valia relativa. A diferença entre a quantidade de trabalho inserido e o preço das mercadorias, portanto, deverá demonstrar-se cada vez maior, já que a lucratividade é o objetivo maior da classe capitalista. Para atingi-la, deverá se aumentar cada vez mais o nível de preço das mercadorias ou o custo com o capital variável (pois o capitalista não detém nenhum poder sobre o preço do capital fixo). Assim, parece claro que os indivíduos que ocupam o lugar de capital variável deverão sofrer as terríveis consequências promovidas pelo parcelamento crescente do trabalho (agindo, desta forma, sobre uma especialização cada vez maior do trabalho) ou pelo desemprego. Por consequência, infere-se que, devido à ganância irrestrita do capitalista, a sociedade deve se deparar com mercadorias cada vez mais distantes dos reais frutos do esforço e atividade mental do trabalho humano, distantes no sentido de terem, em si, quantidade ínfima de tempo de trabalho, ou, em seu extremo, que será considerado neste tópico, nenhum milésimo de trabalho do homem, sendo este substituído por completo por mecanismos automáticos. Assim, segue Schaff (1990, p.42, grifo do autor):

Baseio minhas conclusões no pressuposto de que o trabalho, no sentido tradicional da palavra, desaparecerá gradualmente. (isto é, o trabalho que consiste no emprego da própria capacidade em troca de um determinado salário ou seu equivalente sob a forma do preço recebido pelo fruto do trabalho de alguém [ou seja, sob a perspectiva do trabalho humano abstrato]). Este desaparecimento será uma consequência dos avanços da automação e da robotização produzidos pela revolução da microeletrônica. Para evitar erros de interpretação, devemos salientar que a eliminação do *trabalho* (no sentido tradicional da palavra) não significa o desaparecimento da *atividade* humana, que pode adquirir a forma das mais diversas *ocupações*. [aqui o autor faz novamente a divisão do trabalho em trabalho concreto, que chama de “atividade humana”, produtora de valores de uso necessários à sobrevivência do ser, sendo, desta forma, intrínseca ao ser humano; e o trabalho abstrato, a venda da mercadoria força de trabalho por equivalente, produzindo, com isso, a mais valia, conforme exposto na seção anterior. Para o autor, haverá o desaparecimento do trabalho abstrato sob a forma como é percebida no sistema de produção capitalista.]

Schaff destaca, desta forma, um fator importante para o entendimento da realização ou não da tese sobre o fim do trabalho humano: a dupla face do trabalho, trabalho concreto e trabalho abstrato. Esquecido por muitos autores, que levam, desta forma, à confirmação do fim do trabalho, Schaff expõe a ideia de que o trabalho, ao ser considerado em sua totalidade, não deverá se extinguir, mas sim apenas sob o caráter do trabalho abstrato voltado à troca e, com isso, à mercantilização do produto do trabalho. O autor expõe seu ponto de vista através do seguinte exemplo:

É um fato, por exemplo, que a chamada automação plena (que já pode ser observada no Japão não como mero experimento, mas como prática industrial nas chamadas *unmanned factories*, nas quais o processo de produção se dá praticamente sem a participação do homem) eliminará inteiramente o trabalho humano, o que tem sido mais fácil de acontecer – como se tem podido constatar – nos serviços que na produção. É pois um fato que o trabalho, no sentido tradicional da palavra [venda de tempo de atividade produtiva, trabalho humano abstrato, portanto], desaparecerá paulatinamente e com ele o homem trabalhador, e portanto também a classe trabalhadora entendida como a totalidade dos trabalhadores. (SCHAFF, 1990, p.43)

Deve-se dar a devida atenção a esta ideia de Schaff para que não cause entendimentos errôneos. Ao fim da defesa de sua tese, Schaff parece sucumbir ao mesmo problema que todos os demais estudiosos que defendem o fim do trabalho: considerar o fim **generalizado** do trabalho através da extinção do valor, do tempo de trabalho humano cristalizado em bens. Entretanto, entende-se, com o exposto acima, que haverá o fim da classe trabalhadora apenas se se tomar a perspectiva do fim da “classe que vive da venda de sua força de trabalho”. Apesar disso, o ser humano, enquanto *homo laborans*, que necessita de seu trabalho para se manter vivo, mantém-se .

Schaff continua sua análise confirmando que em uma nova estrutura de classes, “a classe trabalhadora também desaparecerá” (1990, p.43). Este desaparecimento se dá pela substituição por completa do trabalho humano pelo trabalho maquinal. Ao expor o fim do trabalho abstrato, Schaff põe em questão o fim do próprio sistema capitalista: não apenas o sistema se esgotará através da extinção da captação de mais-valia dos trabalhadores, como também não se sustentará, pois a maior parte da sociedade se transformará em um grupo de consumidores **em potencial**, indicando, assim, a quebra do sistema. Desta forma, como expõe o autor, a sociedade estaria livre do “tipo de trabalho ao qual o homem foi condenado pela maldição de Jeová, fisicamente fatigante ou intelectualmente estressante” (SCHAFF, 1990, p.130).

Em minha opinião, a sociedade informática escreverá uma nova página na história da humanidade, pois dará um grande passo no sentido da materialização do velho

ideal dos grandes humanistas, a saber, o do *homem universal*, e universal em dois sentidos: no de sua formação global, que lhe permitirá fugir do estreito caminho da especialização unilateral, que é hoje a norma, e no de se libertar do enclausuramento numa cultura nacional, para converter-se em cidadão do mundo no melhor sentido do termo.” (SCHAFF, 1990, p.71)

Nesta nova sociedade, ter-se-ia o mundo da produção controlado exclusivamente pelas máquinas, enquanto a humanidade estaria livre do trabalho produtor de mercadorias. Definindo o novo indivíduo proveniente desta nova organização social, Schaff define que ele

não trabalhará ou que trabalhará menos do que nas condições atuais, mas ao mesmo tempo será mais rico e estará em condições de satisfazer suas necessidades com mais facilidade; adotará uma atitude diversa em relação ao trabalho, seja porque este não será mais vivido como um peso (pelo contrário, será um prazer), seja porque transformará o sentido de obrigação do trabalho modelado até agora pela ética protestante. Deve-se ter presente que o fator determinante não será apenas a redução da jornada de trabalho, mas também e sobretudo a transformação do próprio caráter do trabalho que nestas condições desempenhará o papel mais importante.” (SCHAFF, 1990, p.131)

Ao contrário do atual modelo de produção toyotista, portanto, a sociedade informática estaria livre de todos os estranhamentos supostos por Marx, já que não mais haveria a divisão entre o homem e os produtos de seu trabalho. Estes, por sua vez, seriam fruto de trabalhos criativos e que desenvolvessem o homem⁷⁵. Por meio de Schaff, tem-se, portanto, que o desenvolvimento tecnológico representaria a chave para a libertação do homem perante os grilhões do capitalismo; “o advento da sociedade informática, portanto, nos anuncia não apenas um novo estilo de vida, mas também uma vida mais satisfatória do ponto de vista da auto-realização dos indivíduos.” (SCHAFF, 1990, p. 134)

Antunes (1998) corrobora com a imagem da sociedade futura exposta por Schaff. Entretanto, parece realizar uma crítica ao período de transição da atualidade para esta nova sociedade. A tessitura desta crítica parece se basear na atual posição adotada pelos sindicatos (remanescentes e que ainda possuem em si o ideal reivindicatório sobre o sistema econômico vigente) e demais movimentos sociais ligados ao trabalho, ambos baseados em uma insuficiente transposição do sistema. Visando complementar o principal ideal destes grupos (e alertá-los) baseado na redução da jornada de trabalho, Antunes declara que

75. “Este tipo de trabalho, seja manual ou intelectual, será assumido pelos autômatos e robôs, com o que o homem estará livre dele. Permanecerão apenas as ocupações *criativas* (ainda que conservem a forma de trabalho); uso este termo para compreender não apenas qualquer atividade artística ou científica, mas também todas as outras atividades humanas em que o intelecto desempenha um papel determinante. [...] Mesmo que soe hoje como uma frase banal, as ocupações (o trabalho) da sociedade do futuro serão para o homem uma fonte de alegria e satisfação.” (SCHAFF, 1990, p.131-2)

[...] a superação da sociedade do trabalho abstrato (para usarmos uma vez mais essa expressão) e o seu trânsito para uma sociedade emancipada, fundada no trabalho concreto, supõe a redução da jornada de trabalho e a ampliação do tempo livre, ao mesmo tempo em que supõe também uma transformação radical do trabalho estranhado em um trabalho social que seja fonte e base para a emancipação humana, para uma consciência omnilateral. (ANTUNES, 1998, p.80, grifo nosso)

Antunes defende a continuidade do trabalho na sociedade, afirmando que, ao contrário de alguns autores, como André Gorz (autor de *Adeus ao Proletariado?*), “a plena realização e emancipação do ser social” não se dará pelo não-trabalho, a uma vida dedicada exclusivamente ao lazer. Desta forma, nega a ideia de Gorz de que “a centralidade na transformação social não é mais encontrada na classe trabalhadora, mas na ‘não-classe’ de ‘não-trabalhadores’.” (ANTUNES, 1998, p.130)⁷⁶. Schaff também expõe esta crítica, afirmando que a reforma do capitalismo não será suficiente se não for objetivada a suplantação do capital:

A jornada de trabalho não pode ser reduzida primeiro a 35 horas semanais, depois a 25, 20, e assim por diante, até que cheguemos a uma cifra de uma ou meia hora semanal. Isto seria absurdo do ponto de vista das experiências psíquicas do trabalhador: abaixo de um certo mínimo de horas de trabalho (qual mínimo?), o chamado tempo livre se converte em uma carga psíquica. Produz-se, de fato, uma ‘poluição’ do tempo livre. (SCHAFF, 1990, p.33)

Esta seria o panorama acerca do fim do trabalho. À pergunta feita no título deste tópico, dá-se uma resposta negativa acerca de tal extinção e calcada na posição de autores como Engels (1999), Marx (1980) e Antunes (1998) de que o ser humano é inseparável do processo de trabalho, do suprimento de suas necessidades através de transformação da natureza. Tem-se, por Engels (1999), que, se o trabalho for a causa do desenvolvimento do homem e de todos os meios que o tornou um ser social, uma espécie diferente de todas as outras, a extinção do trabalho promoveria a estagnação e até a extinção do próprio ser humano.

Todos os autores citados até o momento neste tópico concordam, mesmo parcialmente, que, apesar da queda do sistema capitalista, e isto envolve as atuais políticas neoliberais e a produção toyotista, o homem continuará como ser ativo, atuando sob a forma de ações criativas voltadas à sua realização e à efetivação do homem universal. Porém, tal como os antigos proprietários de terras do período feudal e os demais detentores do poder da história da humanidade, “o cão luta por seu osso”. Schaff, de certa forma, reconhece a

76. Leva-se aqui a mesma consideração realizada anteriormente sobre o pensamento de Schaff. Antunes, portanto, deve ter percebido a posição de Gorz como sendo contrário ao trabalho, à atividade laboral do homem, e não à atividade sob o sistema capitalista.

possível emersão de uma sociedade plenamente humana, mas também reconhece que a sociedade poderá tomar outros caminhos que dificultem a realização deste objetivo. Identifica esta dificuldade, como expõe, na solidificação social de outra base para o reaparecimento de uma divisão de classes. Schaff defende esta base como sendo

a informação no sentido mais amplo do termo que, em certas condições, pode substituir a propriedade dos meios de produção como fator discriminante da nova divisão social, uma divisão semelhante, mas não idêntica, à atual subdivisão em classes.” (SCHAFF, 1990, p.49)

Na visão de Schaff, a dominação da informação, objeto-chave para uma nova divisão social na sociedade informática, será de propriedade dos antigos e novos capitalistas (que, internamente, lutarão pela posição de líder nesta nova sociedade). Possuindo alianças com o *military establishment*, esses grupos visarão à privação deste bem à sociedade, formando, assim, uma sociedade totalitária. Desta forma, não se poderá ter certeza sobre o benefício proveniente da informatização da sociedade e, de acordo com Schaff, do fim de certa divisão social em classes. Sobre esta hipótese, Antunes, entretanto, defende que, inicialmente,

em vez da substituição do trabalho pela ciência, ou ainda da substituição da produção de valores de troca pela esfera comunicacional ou simbólica, da substituição da produção pela informação, o que vem ocorrendo no mundo contemporâneo é uma maior inter-relação, maior interpenetração entre as atividades produtivas e as improdutivas, entre as atividades fabris e de serviços, entre as atividades laborativas e as atividades de concepção, entre produção e conhecimento científico, que se expandem fortemente no mundo contemporâneo.” (ANTUNES, 1999, p.182-3)

Entende-se que, desta forma, Antunes defende que os sistemas econômico e político atuais, sob a maneira como estão organizados, possuem ciência da importância do trabalho para sua continuidade, estando os capitalistas e demais detentores do poder, as encarnações desses sistemas, nesta perspectiva, sempre em busca de sua manutenção e perpetuação dos sistemas através da contínua exploração desta fonte, utilizando-se da mecanização para a potencialização desta exploração. Entretanto, nunca buscando superá-la através, por exemplo, da total substituição do trabalho vivo por trabalho morto. Talvez o que se pode retirar das teses de Antunes (1999) e Schaff (1990), em conjunto, é a ideia de que a humanidade pode estar diante de uma nova transformação do sistema político-econômico, seguindo, ao desmantelamento do sistema capitalista, baseado em Schaff, para uma democracia mais desenvolvida, muito diferente da falsa democracia coberta pelo capitalismo, ou para uma sociedade politicamente totalitária.

Claro que este apontamento mostra-se como hipótese acerca do futuro do trabalho e, conseqüentemente, de uma nova organização social. Ao que se pode supor, entretanto, sobre o mundo do trabalho, é a ideia de que a atual sociedade, apesar de demonstrar uma crescente substituição do homem pela máquina no processo produtivo e incitar uma falsa “libertação” (se se considerar o apontado anteriormente), ainda se mostra longe quanto à transformação do trabalho em fator de construção positiva da humanidade. A partir desta ideia principal, concorda-se, por fim, que “instituir uma nova sociedade dotada de sentido humano e social dentro e fora do trabalho. Esse é um desafio vital em nossos dias.” (ANTUNES, 2009, p.238)

5 PERSPECTIVAS PSICANALÍTICAS SOBRE O TRABALHO

Até o presente momento, foram percebidas as principais consequências que o modo de organização do trabalho, a forma como vem sendo exteriorizada a capacidade de trabalho, trouxe ao indivíduo. Vê-se também que, além de apresentar malefícios os mais claros ao indivíduo, como são as contrações de doenças no período de labor – que passaram a afetar sobretudo o aparelho psíquico –, o trabalho contemporâneo causa modificações graves à sua subjetividade e ao mundo exterior em todas as suas esferas, nas quais se incluem as relações sociais e o meio ambiente, por exemplo. Este panorama é assim construído devido às condições político-econômicas que passam a flexibilizar o trabalho, deixando-o mais fluido e susceptível à mudanças de acordo com os interesses do capital. Nas palavras de Clot (2006, p.56, grifo nosso) sobre o atual mundo do trabalho:

A redução do tempo dedicado ao trabalho faz-se acompanhar de uma progressão da pluralidade das inserções sociais passadas, presentes e antecipadas do sujeito (dilatação das formações iniciais e contínuas, desnaturalização dos papéis domésticos graças à entrada das mulheres no trabalho assalariado, vai-e-vem entre desemprego, tempo parcial, trabalho e elaboração de projetos, alongamento da duração da vida e, no decorrer desta, da função parental devida ao adiamento da entrada dos jovens na vida ativa). Essa elasticidade dos tempos participa do fato de que os sujeitos levam, mais do que nas gerações anteriores, várias vidas numa única.

Por sua vez, conforme salienta o mesmo autor, os males percebidos sobre o corpo e a mente humana são provenientes do caráter forçado do trabalho e sua exploração, ou como apontado por Ferreira Filho (2010, p.1), “o que determina as patologias ditas 'ocupacionais' não é a profissão ou o trabalho em si, mas sua expropriação”. A atividade produtiva, primordialmente direcionada à sobrevivência do indivíduo, passa agora a ser utilizada por outro através de processos que desgastam e desorganizam o espírito e as capacidades do trabalhador.

Este cenário dentro do mundo do trabalho foi concluído pela política neoliberal, cujo ápice das imposições de regulamentos ao mundo do trabalho foi apresentado na Inglaterra, caminhando, por sua vez, lado a lado com o novo modelo de acumulação flexível. Entretanto, mostrar-se-ia pedantismo das ciências econômicas, políticas ou administrativas (esta a base da organização produtiva por parte dos capitalistas) se elas se considerassem as únicas ferramentas que alavancavam e/ou solidificavam o desenvolvimento da exploração da força de trabalho e a expansão do capital. Aqui faz-se ressalva a duas áreas que se mostravam, tal

qual aquelas citadas, “braços do capital” sobre a classe trabalhadora: a Medicina do Trabalho e a Psicologia do Trabalho Industrial.

Sobre a primeira, tem-se que seu surgimento se deu principalmente devido às necessidades do capitalista sobre a substituição sofrida por seus empregados. Como explica Ferreira Filho (2010, p.1),

Desde sua criação, a Medicina do Trabalho trilhou os caminhos estabelecidos pelo capital que instituiu os critérios do que deveria ou não ser considerado doença e acidente do trabalho. Especialidade médica criada durante a Revolução Industrial Inglesa, na primeira metade do século XIX, suas bases estavam firmadas, sobretudo, em questões econômicas. “Naquele momento, o consumo da força de trabalho, resultante da submissão dos trabalhadores a um processo acelerado e desumano de produção, exigiu uma intervenção, sob pena de tornar inviável a sobrevivência e reprodução do próprio processo” (MENDES & DIAS, 1991, p.341).

Vislumbrada como saída eficiente dos capitalistas aos altos custos empreendidos sobre a substituição – provavelmente pouco fortuita, devido às condições de trabalho apresentadas pelas indústrias do século XIX – da força de trabalho, o que envolvia, por exemplo, os custos sobre os processos de treinamento para a nova mão-de-obra, o capital aplica o intuito principal da ciência médica às suas fábricas. Segundo Ferreira Filho (2010), neste caso, tem-se não um custo sobre esta nova atividade, mas sim, um novo investimento: objetiva, desta forma, a manutenção constante de seu operários, que, tais quais as máquinas, deterioraram-se e precisam passar por constantes revisões⁷⁷.

Desta forma, em relação a esta ciência, aplicada agora sob o mando do capital, coube a este deturpá-lo em sua raiz, ao direcioná-lo não para a solução e a conseqüente erradicação da fonte dos problemas enfrentados pelos trabalhadores, mas para a prevenção e o tratamento dos malefícios acometidos pela atividade laboral. Caso se procurasse a cura para a fonte destes problemas, bater-se-ia de frente com o próprio sistema econômico.

Além disso, um ponto interessante ressaltado por Ferreira Filho (2010) mostra-se o ideal disseminado pela própria área, na qual se tinha que os problemas contraídos pela classe trabalhadora eram de origens naturais, como o meio onde viviam ou até mesmo a predisposição dos indivíduos às respectivas doenças. Busca-se, portanto, mascarar o sistema econômico como causador-mor do mal-viver daqueles homens.

77. “Nós fazemos revisão de nossas máquinas regularmente e sabemos que é mais econômico fazer pequenas reparações antes que elas sejam deterioradas completamente. Porque não aplicar o mesmo princípio à conservação do homem?” (personagem não identificado citado por POLACK, 1971, p.31 *apud* FERREIRA FILHO, 2010, p.1)

[...] uma vez que o trabalhador estivesse doente, a Medicina do Trabalho, amparada pelo capital, procurava eximir da empresa o ônus do adoecimento. “A causalidade da doença é artificialmente produzida e atribuída ao trabalhador, reforçando o ocultamento do adoecer” (BARRETO, 2006, p.38). “Nem mesmo acidentes e doenças coletivos e catastróficos escaparam da regra de mascarar” (RIBEIRO, 1999, p.24).” (FERREIRA FILHO, 2010, p.6)

Outra importante área para a solidificação do modo de produção mostra-se a Psicologia do Trabalho Industrial. Tomando como exemplo o trabalho de Walther (1963), tem-se que esta ramificação da Psicologia vem ao espaço fabril para complementar a interpretação sobre o sujeito, até então limitada à Fisiologia. Apesar de, no decorrer de seu trabalho, demonstrar uma grande afinidade existente entre estas duas ciências, a Fisiologia e a Psicologia do Trabalho, relatando esta como o estudo sobre a relação da atividade produtiva capitalista com o trabalhador desde a sua contratação, Walther (1963, p.17) demonstra o principal interesse da ciência – que, apesar de insuficiente e enviesada para a manutenção do capital, aponta para um fator importante, a saber, o papel do homem na produção:

[...] enquanto se leva [...] ao extremo a preparação técnica da matéria-prima e da utilização das máquinas, a organização do trabalho humano tem ficado entregue a si mesma. Não se tem cuidado de indagar se a máquina, a ferramenta ou a matéria-prima estão adaptadas ao operário, para mais fácil domínio ou manejo. Tampouco se procura saber se o operário está bem adaptado ao trabalho, se possui todas as qualidades requeridas pela tarefa que deva levar a cabo.

E continua, surpreendentemente indicando uma ideia, apesar de sua limitação, tão defendida por intelectuais como Marx (1980), Antunes (1998, 1999) entre outros:

É realmente de estranhar que uma parte dos elementos que condicionam a fabricação seja sistematizada, estudada com grande cuidado, e que outra, não menos importante, deixe de ser objeto de qualquer estudo científico aprofundado. A explicação desse fato reside, sem dúvida, na confiança ilimitada que se deposita na possibilidade de substituir o trabalho humano pelo trabalho das máquinas, que as grandes invenções do século XIX puseram à disposição da indústria. No entanto, parece hoje que o desenvolvimento da maquinaria não é ilimitado. Mesmo que a força humana fique cada vez mais subordinada à da máquina, esta nunca poderá substituir aquela: caberá sempre ao homem o encargo de conduzi-la e conservá-la. A verificação de que as grandes invenções diminuem veio concentrar a atenção sobre mais eficiente utilização do elemento humano. A pouco e pouco, o homem se convence de que tem descurado do estudo de elementos econômicos importantíssimos e de energias consideráveis.” (WALTHER, 1963, p.17, grifo nosso)

Como pode ser percebido, mesmo esta ciência não foge do mecanicismo herdado do século XVII – e a ebulição dos pressupostos das ciências exatas aos eventos naturais – em relação, principalmente, ao estudo sobre o ser humano. De acordo com Walther (1963), e aqui se poderá notar a limitação da Psicologia do Trabalho, a este saber cabiam os trabalhos de

recrutamento do trabalhador e à dinâmica do trabalho, ou seja, à análise do modo como a potencialidade do labor humano é exteriorizada através da produção. A este caso cabem os estudos sobre a adequação do operário ao trabalho, através de testes de seleção e atividades que exibissem as qualificações do operário e sua possível adequação ao futuro emprego, e do trabalho ao operário, no qual se discute a divisão do trabalho⁷⁸. Pode-se perceber, apesar das primitivas iniciativas, que intelectuais e principalmente os capitalistas visavam, em um primeiro momento, entender a mente dos trabalhadores para, a partir disso, dar continuidade ao processo de produção sobre os indivíduos mais capacitados para tal, controlando-os. De certa forma, delineava-se uma exploração para muito além da antiga forma de exploração sobre o corpo do trabalhador. Buscando entender seu comportamento, objetivava-se a utilização de sua força através de possível ativação de sua real capacidade de trabalho. Walther (1963, p.62) demonstra este novo caráter exploratório explicando a novidade empreendida com os testes psicológicos:

Esses exames [testes de seleção] de desenvolveram com base científica, primeiramente no domínio restrito da medicina, no qual estão em uso há muito tempo. Além do recrutamento militar, em que se escolhem os recrutas pelo exame de saúde, tem-se procedido assim também em várias profissões, por um exame do coração, dos pulmões e dos principais órgãos dos sentidos, ouvido, vista, etc. Todavia, o exame médico revela-se insuficiente na seleção profissional, pois não considera senão o estado de saúde e as condições dos órgãos dos sentidos, descurando dos dons e capacidades psíquicas. Não permite senão eliminação parcial dos inaptos, nunca a caracterização dos bem dotados: pode um indivíduo satisfazer a essas provas e não estar senão mediocremente dotado para o trabalho.” (WALTHER, 1963, p.62)

A aplicabilidade de algumas ideias desta ciência, que visavam a dinamização da produção através de instigação do trabalhador, podem ser percebidas atualmente. Além dos próprios testes, tem-se a imitação, na qual a capacidade de produção dos indivíduos aumenta

78. Parias (1965, p.59) denomina este novo modo de tratamento da força de trabalho como “Psicotecnia”. De acordo com o autor, “Estes esforços de investigação foram limitados ao estudo dos aspectos mais acessíveis, mensuráveis, mas também mais superficiais, do trabalhador. Este vazio é o qual se tratou de preencher a psicotécnica. Animada pelo desejo de agir de uma maneira científica, descrevendo e analisando os trabalhos, ela se ocupou especialmente de detectar as habilidades que os candidatos tinham e que os postos de trabalho requeriam. Essas habilidades, mais representativas dos indivíduos estudados que as funções analisadas pelos fisiologistas, constituem o campo de pesquisa a psicotécnica. Tenta introduzir uma maior objetividade e eficácia superior na seleção de pessoal.” [“*Estos esfuerzos de investigación se limitaban al estudio de los aspectos más accesibles, más mensurables, pero también de cierto modo más superficiales del trabajador. Este vacío es el que trató de colmar la psicotecnia. Animada por el afán de proceder de manera científica al esbozar y analizar los puestos de trabajo, se ocupó especialmente de detectar las aptitudes que los postulantes tenían y que los puestos de trabajo requerían. Estas aptitudes, más representativas de los individuos estudiados que las funciones analizadas por los fisiólogos, constituyen el ámbito de investigación de la psicotecnia. Trata de introducir una mayor objetividad y una eficacia superior en la elección del personal.*”]

devido à repetição dos mesmos movimentos daquele trabalhador considerado mais produtivo⁷⁹, e a emulação ou competição, ou seja, a busca do trabalhador pela “vitória” e reconhecimento de seus colegas.

Walther (1963), entretanto, reconhece os problemas que poderão advir do trabalho em excesso, como a fadiga e a monotonia. Apesar de não indicar solução a este, apenas demonstrando como remediamento ao problema o remanejamento dos operários em suas respectivas tarefas, de modo que os trabalhos menos monótonos sejam realizados por aqueles que não sofram com ela, o autor aponta para raiz daquele problema:

Claparède supõe que o trabalho aborrecido fatiga mais que o trabalho interessante, e que é, sobretudo, ao trabalho desinteressante que se deve a estafa. Parece-nos também que não é tanto a duração do dia de trabalho (pois que na atualidade se trabalha menos que no século passado) nem mesmo a qualidade, nem a dificuldade do trabalho que estafa, mas sim, sua natureza psicológica: em geral, o trabalho que interessa não cansa, enquanto o trabalho aborrecido, sem interesse, estafa. (WALTHER, 1963, p.196-7)

E indica um possível futuro para o modo como até então os recursos e os agentes estão alocados:

Por toda parte, verificamos inequívoca tendência a maior gozo e mais larga participação do progresso material que caracteriza o mundo atual. É a consequência da democratização econômica de nossa civilização. A indústria deve adaptar-se a esse estado de coisas. Deve produzir, em tempo relativamente curto, muito e barato, para permitir a difusão do produto fabricado a mais largas massas da população. Mas esse fenômeno apresenta o seu reverso. A fabricação em massa e a aceleração da produção acarretam sempre maior divisão do trabalho, fazendo desaparecer, para o indivíduo, toda a variedade na atividade profissional. Daí, a monotonia do trabalho industrial com o que vem a sofrer grande parte da população operária. (WALTHER, 1963, p.237)

Como pode ser visto, o sistema econômico se aproveita das várias ramificações do conhecimento da humanidade para a construção de estratégias que culminem em sua expansão. É certo, entretanto, que a Psicologia do Trabalho evoluiu⁸⁰, sobretudo na maneira como percebe o próprio objeto de estudo. Apesar das vertentes que ainda trabalham sobre a antiga estrutura da Psicologia Industrial demonstrada por Walther, a Psicologia do Trabalho percebe que, muito antes da análise das mudanças das relações dentro da empresa, mostra-se imprescindível uma análise sobre a própria conjuntura, localizando, a partir desta maior “escala”, o real motivo para o perecimento gradativo da força de trabalho, seja corporal, seja

79. Outro motivo que reforça a utilização dos testes psicológicos, nos quais se tem em vista a contratação dos melhores trabalhadores, servindo estes de exemplo para os menos qualificados que já se encontram no processo produtivo.

80. Indica-se como desenvolvimento da antiga Psicologia Industrial a Psicologia Social do Trabalho, que estuda não apenas o formato como se encontra organizado o mundo do trabalho, mas também os impactos de tal para as relações sociais e à subjetividade do indivíduo.

mental. Tudo está calcado no formato e nas mutações empreendidas pelo capital para sua própria sobrevivência.

O entendimento acerca das consequências do trabalho ao aparelho psíquico e, assim, ao indivíduo, é revelado a partir da análise de dados das instituições especializadas na pesquisa das principais doenças que acometem a sociedade atualmente. De acordo com as estatísticas contidas no relatório do *World Health Statistics* de 2011 (*World Health Organization*, 2011a), onde são comparados, entre outros dados, as expectativas de vida entre os países e regiões, percebe-se o aumento desta variável a nível mundial, medido num período de 1990 a 2009, de cerca de quatro anos, passando de 64 a 68 anos – quatro anos para o sexo masculino, passando de 62 a 66 anos, e cinco anos para o sexo feminino, passando dos 66 aos 71 anos. Além disso, pode ser percebido que os índices de mortalidade infantil (probabilidade de morte com a idade de um ano por 1000 nascidos vivos) e adulta (probabilidade de morte entre 15 e 60 anos por 1000 habitantes) diminuíram consideravelmente: de 62% para 42% e de 207% para 176%, respectivamente. Essas diminuições se mostram mais fortes sobre os continentes mais ricos e tecnologicamente mais avançados: a “Região das Américas” e a Europa. Entretanto, em contraste com estes dados, tem-se, na análise sobre as principais causas de morte do ano de 2008 (*World Health Organization*, 2011b), que as regiões supracitadas, em relação às demais⁸¹, lideram no quesito “maiores mortes de ordem neurológica”, tais como Alzheimer, Parkinson e desordens causadas pelo uso do álcool (Região das Américas com 269.710 mortes e Europa com 231.246)⁸². O que dizem estes dados? Eles demonstram que as regiões onde o sistema capitalista se aplica com maior força, aliado a uma organização do trabalho flexível, apresentam como problema principal o malefício que o mundo flexibilizado e os comportamentos imbricados nesse sistema possuem sobre o ser humano, ou, mais especificamente, os problemas mentais que poderão ser causados pelo nível atual de superexploração, alienação e automatização.

81. *African Region*, *Eastern Mediterranean Region*, *South East Asia Region* e *Western Pacific Region*.

82. As doenças consideradas de ordem neurológica cogitam como sendo a maior causa de mortes, estando, no caso da “Região das Américas”, atrás de “ataques isquêmicos do coração” (880.545), “ataques cerebrovasculares” (437.392) e “outras doenças cardiovasculares” (366.042). No caso da Europa, temos que as doenças de ordem neurológica ficam atrás, além das doenças supracitadas (2.195.095, 1.277.623 e 745.605, respectivamente), de “câncer no cólon e reto” (244.855), “câncer de traqueia, brônquios e pulmão” (375.785) e “doenças pulmonares obstrutivas crônicas” (235.286). Estes dados, por sua vez, demonstram o padecimento do ser humano por meio das consequências geradas pelo modo de produção capitalista ao meio, o que gera mortes causadas por agentes cancerígenos, problemas pulmonares e problemas cardiovasculares – este causado principalmente pelo estilo de vida adotado atualmente.

A despeito do que foi explicado com a adaptação de uma ramificação da ciência psicológica ao capital, esta seção visará ir mais a fundo sobre a consciência do indivíduos e em um caminho totalmente oposto ao tomado por Walther e outros “psicologistas”, como bem chama os profissionais de sua área. Através dos trabalhos de autores escolhidos da Psicanálise, mais especificamente de Freud, Dejours e Fromm, buscar-se-á, através da teoria psicanalítica destes, desmascarar a fundo as condições do sujeito frente ao sistema de produção capitalista, tendo por base a esta análise o trabalho. Com a realidade da desefetivação do trabalhador, conforme demonstrado em seções anteriores, procurar-se-á responder por completo, baseado nos pensamentos e críticas dos autores indicados, à indagação sobre a efetivação de um estado de enfermidade social.

5.1 Freud e o conflito entre trabalho e prazer

Conhecido como o pai da Psicanálise, os primeiros passos de Freud a esta área se deram através de sua iniciação na Medicina, demonstrando, com o passar do curso, especial interesse na fisiologia do sistema nervoso, passando, em seguida, para o estudo sobre as desordens neuróticas (HEIDBREder, 1981). Construindo sua carreira baseada em práticas inicialmente adotadas por professores e colegas, tais como a hipnose (proveniente de Charcot, seu tutor no estudo das desordens mentais) e o método da conversa⁸³ (adotada em conjunto com seu colega de práticas médicas, Josef Breuer), Freud passa a ser reconhecido, entretanto, por sua abordagem sobre as perturbações baseada em uma natureza sexual do ser, o que o levou a criar teorias que levavam em conta a movimentação destes desejos, como a transferência (forte ligação, negativa ou positiva, desenvolvida sobre a figura do analista, receptáculo de todas os assuntos íntimos e as emoções do paciente), o recalque (desejo ou lembrança tida como incômoda e que se retrai à esfera do inconsciente com o fim de não mais provocar tristeza ao indivíduo) e a sublimação (na qual os desejos reprimidos são deslocados para o consciente de forma a se manifestarem na realidade de maneira mais aceitável).

Além disso, Freud constrói a perspectiva da psicanálise sobre a mente do ser humano, que se dividia em id, o inconsciente, onde se localizariam as emoções e desejos reprimidos –

83. Ou, como passaria a ser chamado, método da associação livre. Esta prática levava em consideração a livre expressão do paciente desperto, na qual nenhum tipo de pensamento, seja embaraçoso ou considerado sem valor, deveria ser ocultado. O método trazia à tona lembranças submersas no inconsciente do sujeito, que constituíam pistas para a fonte de seu problema. (HEIDBREder, 1981). Este método, para Freud, mostrava-se mais importante à análise das perturbações do que a hipnose, pois esta era considerada incompleta na cura do paciente devido ao seu alheamento durante o processo: “somente uma parte dissociada de sua personalidade se achava presente; a restante estava mergulhada em sono hipnótico” (idem, 1981, p.330)

principalmente de caráter sexual –, ego, o consciente, moldado de acordo com o mundo real no qual o indivíduo está inserido, e superego, a “barreira” que impede que fatores presentes no inconsciente acessem o mundo real através de deslocamentos ao consciente.

Apesar de ser uma ciência nova, é certo que muitas foram as contribuições⁸⁴ de Freud à psicanálise, apresentando, atualmente, as mais variadas ramificações, buscando a interpretação do ser humano a partir do desenvolvimento dos fatores que compõem sua mente.

Entretanto, dando continuidade ao estudo empreendido acerca do trabalho, será dado destaque à contribuição de Freud ao entendimento sobre a atividade laboral do homem, que envolverá a discussão sobre a origem da civilização e a sua constante sensação de mal-estar. Nesta abordagem, portanto, apenas alguns dos pontos importantes da análise freudiana entrarão em cena, como a sublimação e a transferência, que poderão complementar ou, no mínimo, oferecer uma curiosa perspectiva do fundador da psicanálise acerca de aspectos defendidos até então, como o estranhamento adquirido pelo trabalhador ao produto de seu labor ou ao gênero humano. Tomando cuidado, todavia, com a pedra angular de Freud, a natureza ou impulsos sexuais do ser, poderão ser percebidos traços que demonstrem as ideias de Freud acerca dos problemas causados por um processo produtivo alienado e de uma defesa do autor pela libertação do ser humano, como pôde ser percebido, mas sob uma perspectiva diversa, em Marx.

5.1.1 A fonte do mal-estar na civilização

A base para a inserção do pensamento freudiano será dada através de sua obra intitulada *O Mal-Estar na Civilização*, de 1929. Apontando diretamente para a discussão acerca do papel do trabalho à constituição da civilização, Freud (2011, p.19) inicia suas indagações sobre a motivação inicial do ser primitivo:

Então passaremos à questão menos ambiciosa: o que revela a própria conduta dos homens acerca da finalidade e intenção de sua vida, o que pedem eles da vida e desejam nela alcançar? É difícil não acertar a resposta: eles buscam a felicidade, querem se tornar e permanecer felizes. Essa busca tem dois lados, uma meta positiva e uma negativa; quer a ausência de dor e desprazer e, por outro lado, a vivência de fortes prazeres. No sentido mais estrito da palavra, “felicidade” se refere apenas à segunda. Correspondendo a essa divisão das metas a atividade dos homens se

84. Sempre seguindo a ideia principal adotada por Freud a respeito da natureza sexual dos indivíduos. Entre suas contribuições podem ser citadas a análise dos sonhos, a teoria da sexualidade infantil, as interpretações acerca das psicopatologias adquiridas etc.

desdobra em duas direções, segundo procure realizar uma ou outra dessas metas – predominantemente ou mesmo exclusivamente.

Seguindo este pressuposto norteador das ações da espécie humana, Freud, partindo de sua formação teórica, atribui a esta felicidade a realização dos desejos libidinais do ser. Para o autor, portanto, a livre manifestação destes e, ao fim, a sensação do prazer atingida deveriam se constituir como objetivo último da vida. Entretanto, tal como o gozo sexual, que também compõe os desejos sexuais, o prazer extraído destes é temporário, “episódico”, sendo seguido pelo retorno a um momento de não-prazer. Freud considera que a própria pressão exercida pela libido sobre o corpo humano, visando sua realização, mostra-se tensional. Desta forma, a raça humana se encontra como palco para o conflito entre a satisfação do prazer e a insatisfação libidinal, usufruindo e sofrendo com os momentos de contraste. Como bem explica Fromm (1969, p.34),

O homem é concebido como uma máquina, impulsionado por uma energia sexual chamada “libido”, relativamente constante. A libido provoca tensão penosa, somente reduzida pelo ato de libertação, a que Freud deu o nome de “prazer”. Reduzida a tensão, ela volta novamente a se processar, devido à química do corpo, provocando nova necessidade de redução, ou seja, de satisfação pelo prazer. Esse dinamismo, que leva da tensão à redução e novamente à tensão, da dor ao prazer e novamente à dor, Freud chamou de “princípio do prazer”.

Importante ressaltar que Freud (2011, p.20) considera que o sofrer tem por origem, além do próprio conflito existente dentro de si e, com isso, das próprias limitações que sua constituição demonstra frente às fortes necessidades de seu Eu, do mundo externo, ou seja, das forças naturais que podem “se abater sobre nós com forças poderosíssimas, inexoráveis, destruidoras” (ibid.), e dos outros, que, sob a perspectiva do indivíduo, podem coibir a efetivação de seus desejos libidinais.

Paralelo ao princípio do prazer, Freud identifica o prosseguimento da vida humana como sendo norteado também pelo princípio da realidade. Tendo em vista a potencialidade que aqueles dois objetos externos ao indivíduo citados anteriormente, os outros e o mundo externo, têm sobre a geração de desprazeres ao sujeito, este busca agir sobre seus próprios impulsos instintuais, ficando, de certa forma, “livre” dos possíveis sofrimentos que aqueles poderão gerar sobre suas necessidades. Segundo Freud, portanto,

Com isso o propósito da satisfação não é absolutamente abandonado; uma certa proteção contra o sofrer é alcançada, pois a não satisfação dos instintos subjugados não é sentida tão dolorosamente como a dos não inibidos. Em troca, há uma inegável diminuição das potencialidades de fruição. A sensação de felicidade ao satisfazer um impulso instintual selvagem, não domado pelo Eu, é incomparavelmente mais forte

do que a obtida ao saciar um instinto domesticado. O caráter irresistível dos impulsos perversos, talvez o fascínio mesmo do que é proibido, tem aqui uma explicação econômica.” (FREUD, 2011, p.23)

E complementando a análise anterior de Fromm,

Constatou-o [o princípio do prazer] com o “princípio da realidade”, que diz ao homem o que procura e o que evitar no mundo real onde vive, para assegurar-lhe a sobrevivência. Esse princípio da realidade está frequentemente em conflito com o princípio o prazer, e um certo equilíbrio entre os dois é a condição para a saúde mental. Por outro lado, se qualquer desses dois princípios se desequilibra, ocorrem em consequência manifestações neuróticas ou psicóticas.” (1969, p.34)

Assim, tem-se neste panorama a dialética empreendida por Freud quanto ao prosseguimento da vida pelos homens: apesar do princípio da realidade, ou seja, do reconhecimento e do respeito às condições que se apresentam ao sujeito, que pode gerar males à sua constituição – a partir do controle e limitação dos instintos primitivos libidinais –, o princípio do prazer continua a agir sobre o ser, indicando a necessidade, mesmo que ínfima, que este deve empreender para a realização dos mesmos instintos⁸⁵.

Como meios para se alcançar a satisfação das necessidades primitivas – agora restringidas ao espaço psíquico do Id através do desenvolvimento do superego, ou seja, das concepções morais que limitam a ação dos instintos sobre o ego, a “parte da pessoa em contato direto com a realidade”, evitando, assim, que possam se manifestar no mundo real –, deve-se agora, enfim, completar a discussão freudiana com a inserção do processo de sublimação.

A ideia de sublimação expressa por Freud baseia-se na constante necessidade que o ser humano, agora sempre coagido pelas características do meio e dos outros indivíduos – potenciais originadores de desprazer àquele – tem em dar satisfação aos seus desejos primitivos, guiados pela libido. Frente à coação daqueles sujeitos, o indivíduo realiza o que Freud chama de processo de sublimação: o deslocamento dos desejos primordiais contidos em seu inconsciente para formas mais aceitáveis ao meio, ou seja, que ultrapassam as barreiras do superego e que se constituem como parte do ego, como algo a ser passível de efetivação na realidade. Desta maneira, um impulso que nunca poderia ser satisfeito devido às concepções

85. Para fins didáticos, é oferecida também a abordagem de Marcuse (1975, p.34-5) sobre o embate dos princípios reguladores da vida do indivíduo: “Mas o princípio do prazer irrestrito entra em conflito com o meio natural e humano. O indivíduo chega à compreensão traumática de que uma plena e indolor gratificação de suas necessidades é impossível. E, após essa experiência de desapontamento, um novo princípio de funcionamento mental ganha ascendência. O princípio de realidade supera o princípio de prazer: o homem aprende a renunciar ao prazer momentâneo, incerto e destrutivo, substituindo-o pelo prazer adiado, restringido, mas “garantido”. Por causa desse ganho duradouro, através da renúncia e restrição, de acordo com Freud, o princípio de realidade “salvaguarda”, mais do que “destrona”, e “modifica”, mais do que nega, o princípio do prazer.”

morais, que, sob a figura do superego, barram a sua efetivação, passa a ser gozado através de outra atividade diferente, mas carregada com aquela energia encontrada sob os desejos do inconsciente⁸⁶. Salienta-se, entretanto, que o prazer obtido com a satisfação da nova ação, esta fruto da sublimação de parte da libido (pois a libido se retrata no consciente das mais diversas formas), não atinge o nível que poderia ser alcançado com a satisfação direta daquele desejo primordial. Apesar dos intensos processos de sublimação utilizados inconscientemente para o suprimento de seus desejos mais profundos, o homem desenvolve sua vivência juntamente com os outros e o meio, desenvolvendo, assim, a civilização humana⁸⁷.

Para ele, o homem primitivo é aquele que dá plena satisfação a todos os seus instintos, inclusive aos descabidos, que fazem parte da sexualidade primitiva. Mas esse homem primitivo, plenamente satisfeito, não é credor de cultura e civilização. Não obstante, o homem, por motivos que Freud não esclarece, começa a criar a civilização. Essa criação mesma, produto de suas forças, o obriga a abster-se da satisfação imediata e completa dos instintos, que, frustrados, se transformam em energia mental e psíquica não-sexual, que é a pedra fundamental da civilização (Freud chamou a transformação da energia sexual em não-sexual de “sublimação”, usando a analogia da Química). Quanto mais a civilização cresce, mais o homem sublima, mas também frustra seus impulsos libidinosos originais. Torna-se mais prudente e mais culto, mas de certa forma menos feliz do que o homem primitivo, e cada vez mais sujeito a neuroses, consequência da excessiva frustração dos sentidos. Assim, o homem se torna descontente com a civilização mesma que cria. Embora a evolução histórica seja um fenômeno positivo, do ponto de vista dos produtos da civilização, é também um fenômeno que provoca um descontentamento e uma possibilidade de neuroses cada vez maiores.” (FROMM, 1969, p.35-6, grifo nosso)

Percebe-se o centro da teoria freudiana acerca do mal-estar na civilização e, com isso, chega-se à questão do trabalho a partir desta perspectiva: para Freud, a atividade laboral seria a efetivação de desejos sublimados. Sobre o processo de sublimação e o trabalho, Freud (2011, p.23-4) diz:

A tarefa consiste em deslocar de tal forma as metas dos instintos, que eles não podem ser atingidos pela frustração a partir do mundo externo. A sublimação dos instintos empresta aqui sua ajuda. O melhor resultado é obtido quando se consegue elevar suficientemente o ganho de prazer a partir das fontes de trabalho psíquico e intelectual. Então o destino não pode fazer muito contra o indivíduo. A satisfação desse gênero, como a alegria do artista no criar, ao dar corpo a suas fantasias, a alegria do pesquisador na solução de problemas e na apreensão da verdade, tem uma qualidade especial, que um dia poderemos caracterizar metapsicologicamente. Agora podemos dizer apenas, de modo figurado, que ela nos parece “mais fina e elevada”, mas a sua intensidade é amortecida, comparada à satisfação de impulsos instintuais grosseiros e primários; ela não nos abala fisicamente. A fraqueza desse método, porém, está em não ser de aplicação geral, no fato de poucos lhe terem acesso. Ele pressupõe talentos e disposições especiais, que não se acham presentes em medida eficaz. Também a esses poucos ele não pode assegurar completa

86. Como ressalta o próprio Freud, o processo de sublimação, entretanto, não imuniza o indivíduo do sofrimento, principalmente quando a fonte do mal é o próprio corpo.

87. “O homem civilizado trocou um tanto de felicidade por um tanto de segurança.” (FREUD, 2011, p.61)

proteção do sofrimento, não lhes proporciona um escudo impenetrável aos dardos do destino e costuma falhar, quando o próprio corpo é a fonte do sofrer.

Nas palavras de Furtado (2005, p.78), tem-se, portanto, que, para Freud, o trabalho possui lugar importante no desenvolvimento do sujeito:

O trabalho, para o mestre vienense, faz parte da cultura e é capaz de deslocar grandes parcelas da libido e, por isso, atualiza também todas as problemáticas relativas às causas de sofrimento e diversos modos de satisfação humana. (FURTADO, 2005, p.78)

Assim, Freud delinea, por fim, que a o progresso da civilização e o real estado de contentamento, de real gozo da humanidade, tomam caminhos e proporções diferentes: enquanto os desejos sexuais primitivos do homem são levados às profundidades do inconsciente, sendo seu espaço tomado pelo princípio da realidade, a energia contida na busca pela realização destes é transferida para o socialmente mais aceitável, podendo passar pelas barreiras cada vez mais largas do superego, cada vez mais fortes e repressivas de acordo com o progresso da civilização⁸⁸. Desta forma, cada vez mais energia se transubstancia e se dessexualiza nas ações e atividades que tornam o homem uma espécie ímpar da natureza⁸⁹. Conclui-se, portanto, que a partir do processo de sublimação o trabalho se mostra como saída aceitável para a exacerbação da energia sexual⁹⁰, alcançando, entretanto um nível de prazer menor do que a satisfação direta. Apesar da aparente simplicidade do processo de transferência de energia e do aparecimento da atividade laboral como atividade de satisfação da alma humana, é importante ressaltar o caráter do trabalho enquanto meio no qual o ser insere sua individualidade e no qual o homem, enfim, percebe a si mesmo, servindo esta identificação como uma maneira particular de satisfação. Conforme explica Freud em nota de rodapé:

88. Segundo o mesmo autor, é a partir da privação crescente dos instintos que se originariam as neuroses e demais perturbações humanas.

89. Como explica Freud, “Nas últimas gerações a humanidade fez progressos extraordinários nas ciências naturais e em sua aplicação técnica, consolidando o domínio sobre a natureza de um modo antes inimaginável. [...] Os homens estão orgulhosos dessas realizações, e têm direito a isso. Mas eles parecem haver notado que esta recém-adquirida disposição de espaço e de tempo, esta submissão das forças naturais, concretização de um anseio milenar, não elevou o grau de satisfação prazerosa que esperam da vida, não os fez se sentirem mais felizes. Dessa constatação deveríamos concluir apenas que o poder sobre a natureza não é a condição única da felicidade humana, assim como não é o único objetivo dos esforços culturais, e não que os progressos da técnica não tenham valor nenhum para a economia de nossa felicidade.” (FREUD, 2011, p.32-3). Após relatar os feitos da humanidade, com ênfase à Medicina, Freud, pondo a civilização em xeque, expõe a seguinte questão: “E, enfim, de que nos vale uma vida mais longa, se ela for penosa, pobre em alegrias e tão plena de dores que só poderemos saudar a morte como uma redenção?” (ibid.). Como poderá ser percebido mais à frente, esta questão se torna mais crítica ao incluirmos a análise da sistema econômico vigente.

90. É a sublimação, portanto, que “torna possível que atividades psíquicas mais elevadas, científicas, artísticas, ideológicas, tenham papel tão significativo na vida civilizada.” (FREUD, 2011, p.42)

Nenhuma outra técnica para a condução da vida prende a pessoa tão firmemente à realidade como a ênfase no trabalho, que no mínimo a insere de modo seguro numa porção da realidade, na comunidade humana. A possibilidade que nos oferece de deslocar para o trabalho e os relacionamentos humanos a ele ligados uma forte medida de componentes libidinais – narcísicos, agressivos e mesmo eróticos – empresta-se um valor que não fica atrás de seu caráter imprescindível para a afirmação e justificação da existência na sociedade. A atividade profissional traz a particular satisfação quando é escolhida livremente, isto é, quando permite tornar úteis, através da sublimação, pendores existentes, impulsos instintuais subsistentes ou constitucionalmente reforçados. E, no entanto, o trabalho não é muito apreciado como via para a felicidade. As pessoas não se lançam a ele como a outras possibilidades de gratificação. A imensa maioria dos homens trabalha apenas forçada pela necessidade, e graves problemas sociais derivam dessa natural aversão humana ao trabalho. (FREUD, 2011, p.24, grifo nosso)

Além disso, ressalta-se a real complexidade, através de Codo, Sampaio & Hitomi (1992, p.98 *apud* FURTADO, 2005, p.78), no qual o trabalho se mostra como indo além da exteriorização de energia libidinal: é manifestação física e mental da individualidade do homem (determinada social e historicamente):

Trabalho enquanto valor de uso é o ato de depositar significado humano à natureza, construção de significado pessoal e intransferível, individual. Se trabalhamos em cooperação, se nosso trabalho implica na transmissão de um significado social à natureza, então traçamos nossa individualidade nessa extensa trama de espelhamentos que se desenha a cada momento, se igualando e se diferenciando de cada um e de todos.

Ou, conforme explana mais à frente, “[...] qualquer atividade humana é indissociável da atividade psíquica e, portanto, importante para ser pensada nos seus aspectos metapsicológicos.” (FURTADO, 2005, p.79).

Algumas considerações a respeito das ideias de Freud devem ser realizadas. Percebe-se, com o que foi explicado até a seção anterior, que o pensamento freudiano sobre o trabalho, a sublimação e outros fatores encaixam-se bem à realidade, principalmente se for levado em conta a flexibilização do mundo do trabalho. Esta análise pode até mesmo não ir contra a observação de Furtado, mas se mostra importante quando à análise da perspectiva freudiana junta-se o cenário político econômico da realidade. Poderá ser visto com isso que as questões e suposições levantadas por Freud tomam maiores proporções:

Um leitor mais apressado poderia, então, sugerir que a solução para boa parte do sofrimento no trabalho estaria na promoção de melhores condições socioeconômicas, ergonômicas e nas relações de exploração promovida pela estrutura da economia capitalista. De acordo com a doutrina psicanalítica, podemos destacar que, do ponto de vista subjetivo, o problema é ainda mais estrutural. A questão da frustração no trabalho não estaria relacionada aos fatores objetivos

pertencentes à realidade externa, mas principalmente, à própria essência da pulsão. (FURTADO, 2005, p.103)

Entretanto, aparentemente se trilha um caminho indicado por Freud ao se incluir na discussão a organização econômica capitalista, visto que ela própria, como todas as suas características, tornou-se a cultura de uma sociedade específica.

Por meio de tabus, leis e costumes, são produzidas mais restrições que atingem tanto os homens como as mulheres. As culturas não percorrem todas a mesma distância nessa via; a estrutura econômica da sociedade também influi sobre a medida de liberdade sexual restante (FREUD, 2011, p.49)

O primeiro caso é o da sublimação dos instintos sexuais na forma de trabalho. Pode ser entendido que a existência desse processo, que incita a não satisfação direta dos instintos libidinais, já provoca um alcance limitado ao prazer do indivíduo, apesar de que “se consegue elevar suficientemente o ganho de prazer”. Neste caso, pode-se citar a alocação desta energia humana no trabalho psíquico e intelectual, como indicado por Freud. (esta forma de captação de prazer, porém, está limitada às próprias condições físicas e intelectuais dos indivíduos, sendo alcançada apenas por aqueles que estão predispostos a estes dons especiais). Freud, todavia, parece considerar uma organização social, uma “civilização”, na qual se percebe somente a esfera política, que existe apenas para tornar os homens seres adaptados à vida em conjunto. Indicando, entretanto, a inserção desta organização no sistema econômico capitalista, pensa-se que esta satisfação dos instintos em uma simples sublimação pode não se realizar. Sobre o caráter do sistema econômico capitalista, observa-se a mutabilidade do processo de captação de prazer por meio da sublimação, frente a períodos de crise que ameacem sua continuidade e seu objetivo, a lucratividade, que perpassa uma série de relações sociais (esta mutação se torna mais intensa no modelo de acumulação flexível). Neste caso, deve se ter em conta que a canalização da energia humana em uma atividade que potencialize o prazer adquirido deverá obedecer ao capital, seguindo sua maior necessidade de alienar mais-valor para sua própria expansão. Assim, pensa-se ser comum um encadeamento de sublimações, tanto originadas pela maneira como esta atividade sublimada será manifestada, quanto das ocasiões de desemprego estrutural. Esta série de sublimações, por sua vez, ao se distanciarem cada vez mais do instinto que as originaram e por estarem em constante movimento, torna o trabalho, manifestação de energia humana sublimada a que damos atenção nesta pesquisa, fonte de desprazer e sofrimento, gerando o que Freud chama de “natural aversão humana ao trabalho”. Desta forma, complementar-se-ia o pensamento de

Freud, quando este diz que a *civilização é a fonte do descontentamento humano*, com a ideia de que a *civilização baseada no sistema econômico capitalista, em todas as suas manifestações políticas e sociais, gera um maior descontentamento do homem*.

Baseando-se nas características do sistema capitalista, entretanto, este panorama sobre os processos de sublimação tornam-se cada vez mais complexos e, com isso, a atividade humana (e a própria vida a qual o conjunto dos indivíduos está fadado a seguir) torna-se cada vez mais sacrificante. Além da insatisfação com o trabalho, torna-se a distância empreendida entre a atividade realizada e o produto final, o bem que proporcionará prazer e satisfação ao indivíduo, uma adição à situação de insatisfação dos trabalhadores. Tal concepção de sofrimento baseada neste distanciamento entre o homem e o fruto de seu trabalho promove um diálogo com o estranhamento de Marx, ambos defendendo, cada qual sob sua ótica, por fim, a efetivação da não-realização da natureza humana.

Em relação aos capitalistas, o caso parece se complexificar, pois se tem que a aparente promoção de um maior prazer às suas vidas é dada pela expansão quantitativa de um bem que também falsamente supre suas necessidades, até mesmos as mais simples, o dinheiro. Mostrando-se como único bem – que, por si só, por sua composição e características físico-químicas, não gera satisfação a quem quer que seja –, com o qual se chega aos outros bens (estes, sim, possuindo finalidades que suprem as necessidades do ser humano), o dinheiro faz com que ambos os lados, trabalhadores e capitalistas, com suas respectivas buscas por mais felicidade, cada vez mais se distanciem de um real estado de felicidade.

A ideia de fetichismo das mercadorias, defendida por Marx, tendo como base a elevação e solidificação da importância dos bens enquanto valores (sendo visados, sob esta qualidade, exclusivamente para a troca) sobre sua importância enquanto valores de uso (de bens que são constituídos para uma suprir uma necessidade específica, sendo a finalidade geral de manter o indivíduo vivo), supõe, portanto, baseada nas ideias de Freud, que dentro da sociedade capitalista uma imensa quantidade de energia humana é jogada fora, visto que empreende-se o labor em um atividade específica cujo produto final, que deveria satisfazer ao interesses vitais (Marx) ou instintuais (Freud), não é usufruído por seu produtor direto, mas sim por um outro. E mais: intermediadas pelas relações mercantis e pelo totem supremo da sociedade contemporânea, o dinheiro. No caso da atualidade do sistema de trocas, o trabalho humano é tomado de seu produtor. Seguindo a ideia de Freud, pode ser inferido que a comum satisfação criada com a obtenção de uma mercadoria através de um mesmo processo de troca apenas supre a “perda de felicidade” anteriormente realizada através da tomada do bem de seu

produtor direto, estando todo este sistema, por sua vez, construído sobre uma série de insatisfações dos desejos humanos. Assim, pode-se supor que a sociedade, baseada no pensamento freudiano sobre os instintos libidinais e considerando sua civilização constituída sobre os pressupostos do sistema capitalista, encontra-se imersa em uma intensa rede de insatisfações. Ao fim de tudo isso, a frase apontada por Curtis (2002) bem resume o atual estado da sociedade, de que “É preciso ficar descontente para se manter vivo”.

O segundo ponto, já delineado acima, é o da transferência. No caso especial do trabalho, tem-se uma dupla satisfação de prazeres: por um lado, a exteriorização direta de energia libidinal através de uma atividade dedicada a um fim, por outro, a captação de mais prazer a partir do fruto do trabalho humano. Estes “prazeres diversos” não devem ser vistos como separados ou excludentes, mas como complementares, dependendo cada um do outro. Quanto ao último, a satisfação sublimada é fornecida por meio de uma espécie de transferência, exclusivamente de emoções e amor, sobre um objeto específico. Daí, para se trazer este caso à realidade, a sensação de falta de um bem que, ao ser adquirido, parece completar a vida de um sujeito (deve ser indicado, todavia, que o sistema capitalista exacerba esta sensação de falta e minimiza a sensação de completude, justamente visando seu ciclo ininterrupto de expansão). Ao incluir esta ideia sob os aspectos do capital, Freud dialoga com Marx: em ambos os autores podem ser vislumbrados a ideia de que o ser humano é reduzido – e aqui insere-se a perspectiva de cada, a filosófica de Marx e a psicanalítica de Freud – ao ser separado de si mesmo, de parte de sua vida cristalizada em bens. Além disso, insere-se neste contexto a própria transferência em demasia, ou exclusiva, infringida pelo capital sobre a relação entre as pessoas e as coisas, fazendo com que uma atenção sobre-humana seja dada à obtenção de mercadorias. Fromm demonstra que a alienação⁹¹ encontra-se presente em ambos os autores – no caso de Freud, menos evidente:

O paciente neurótico crescido é um ser humano alienado; não se sente forte, está receoso e inibido porque não se sente sujeito ou originador de seus próprios atos e experiências. É um neurótico porque é alienado. Para superar esse sentimento de vazio interior, de impotência, ele escolhe um objeto sobre o qual projeta todas as suas próprias qualidades humanas: seu amor, inteligência, coragem etc. Submetendo-se a esse objeto, sente-se forte, inteligente, corajoso, seguro. Perder o objeto significa o perigo de perder-se a si próprio. Esse mecanismo, culto idolatrado

91. “Precisamente porque a pessoa alienada transformou suas próprias funções de sentimento e pensamento num objeto fora de si, deixou de ser ela mesma, não tem o sentido do 'Eu', da identidade. Essa falta de senso da identidade tem muitas consequências. A mais fundamental e geral é impedir a integração da personalidade total, deixando a pessoa desnuda dentro de si, a capacidade de desejar uma coisa, ou quando parece desejar, falta autenticidade a tal desejo.” (FROMM, 1969, p.57)

de um objeto, baseado no fato da alienação do indivíduo, é o dinamismo central da transferência, que dá a esta sua força e intensidade. (1969, p.54, grifo nosso)

Por último, deve ser realizada uma discussão sobre a questão do “trabalho freudiano” inserida no contexto no capitalismo contemporâneo, o que envolve as explicações acerca do mundo do trabalho feitas na última seção. Baseando-se na obra de Marcuse, buscar-se-á evitar a prolixidade de Freud para atingirmos os pontos importantes sobre o trabalho presentes em algumas de suas obras. Por motivos de organização e devido à própria relevância do assunto, a esta parte será dedicado o seu próprio espaço.

5.1.2 O “trabalho” freudiano na perspectiva da organização do trabalho contemporânea

Como discutido, percebe-se em Freud a importância adotada pelo trabalho enquanto válvula de escape para a sublimação da energia contida nos impulsos instintuais. Na opinião do próprio psicanalista,

Não posso imaginar como capaz de trazer qualquer conforto uma vida sem trabalho. A imaginação criadora e o trabalho para mim andam de mãos dadas; não retiro prazer de nenhuma outra coisa. Esta seria uma receita para a felicidade, se não fosse a ideia terrível de que a produtividade da gente depende inteiramente do nosso modo de sentir. Que há de ser da gente, quando os pensamentos cessarem de aparecer e as palavras adequadas não se apresentarem? Não se pode deixar de tremer diante de tal possibilidade. Eis por que, a despeito da aquiescência da fortuna ao conformar-me ao destino de um homem correto, faço secretamente minha oração: nenhuma doença, nenhuma paralisia dos nossos poderes causada pelos distúrbio do corpo. Morreremos com as armaduras nos ombros, como dizia o Rei Macbeth. (FREUD, 1910 *apud* FURTADO, 2005, p.86)

Todavia, em relação a este objeto, far-se-ão três observações que o próprio Freud faz questão de citar em sua obra e que, apesar da questão temporal, mostra-se incrivelmente atual, principalmente se for levada em conta a precarização do trabalho, tão discutida sob o âmbito do neoliberalismo. Os pontos a serem tratados serão o trabalho escolhido, o trabalho alienado e a relação entre o trabalho e o tempo livre. Por fim, ter-se-á a consideração de Marcuse acerca de uma das alternativas do trabalho frente à sua necessidade de alcançar o prazer, o que muito lembrará a ideia defendida por Schaff, conforme visto na discussão sobre o fim do trabalho.⁹²

92. No desenvolvimento deste trabalho, foram percebidos alguns pontos importantes ao pensamento de Freud, como a pulsão de morte e seu constante conflito com Eros, a pulsão de vida, inclusive bem explicados por Marcuse. Entretanto, decidiu-se por não desenvolver a explicação sobre tal devido à extensão que a discussão tomaria e até mesmo ao próprio caráter do presente trabalho, que visará detectar os pontos mais evidentes do pensamento dos psicanalistas tratados e que poderão contribuir de maneira mais clara ao objetivo do mesmo. Todavia, expõe-se aqui uma superficial explicação sobre o ponto excluído. Freud analisa que, primordialmente,

Defende-se que, seguindo o exposto por Freud, o problema principal que age como empecilho para um real aproveitamento do meio pela humanidade, após o problema causado pelo processo de sublimação empenhado pela civilização (problema considerado primordial por Freud), é o próprio sistema político-econômico, com todas as suas peculiaridades, que a regula. Como Marcuse assinala, é provável que um maior nível de satisfação e prazer na vida seja alcançado caso o processo de sublimação dos instintos mais selvagens (que culminará, neste caso, na escolha de certa atividade humana) fosse realizado pela própria consciência do indivíduo, “por seu próprio processo de sublimação”, que deve respeitar as limitações de seu organismo. Assim:

Freud observa que “o trabalho cotidiano de ganhar a vida permite uma satisfação particular quando foi escolhido por livre opção”. Contudo, se “livre opção” significa mais do que uma seleção limitada entre necessidades preestabelecidas, e se as inclinações e impulsos usados no trabalho são diferentes dos prefigurados por um princípio repressivo de realidade, então a satisfação no trabalho cotidiano constitui apenas um raro privilégio. O trabalho que criou e ampliou a base material da civilização foi principalmente labuta, trabalho alienado, penoso e desagradável – e ainda é. O desempenho de tal trabalho dificilmente gratifica as necessidades e inclinações *individuais*. Foi imposto ao homem pela necessidade e forças brutais; se o trabalho alienado tem algo a ver com Eros, deve ser de um modo bastante indireto e com um Eros consideravelmente sublimado e debilitado.” (MARCUSE, 1975, p.88)

O que se percebe atualmente, no entanto, é que a regulação do papel do sujeito dentro da sociedade é feito pelo capital, visando sempre a alocação do trabalho da humanidade da maneira que bem queira. Desta maneira, a sublimação individual do sujeito é regulada pelas necessidades do capital, não respeitando este processo psíquico as próprias limitações do organismo humano. Neste caso, identifica-se o caráter analisado anteriormente por Antunes acerca das precarizações do trabalhos e dos intensos ciclos de formação complementar que os trabalhadores, sob o modo de acumulação flexível, devem empreender para se manterem no mercado. Desta forma, como o sujeito poderá obter alguma satisfação do labor se a **própria** transferência de energia dos seus desejos libidinais é transferida por um agente externo?⁹³

o ser humano possui em si dois tipos de pulsão, de vida (Eros) e de morte, cada um com seus respectivos instintos (libidinais ou sexuais e agressivos ou destrutivos, respectivamente). Com a prevalência da satisfação dos desejos e do desenvolvimento da civilização, percebe-se uma igual preponderância do impulso de vida sobre o de morte, que toma lugar no inconsciente do indivíduo. Entretanto, com as mais variadas formas de sublimação (entre elas, o trabalho) que não realizam o impulso primário do ser, a satisfação dos desejos originais (fruto do desenvolvimento da civilização, que impõe maior repressão aos processos de sublimação), os impulsos destrutivos começam a ganhar espaço novamente. “Assim, a civilização é ameaçada por uma difusão instintiva, em que o instinto de morte luta por ganhar ascendência sobre os instintos de vida. Originada na renúncia e desenvolvendo-se sob uma progressiva renúncia, a civilização tende para a autodestruição.” (MARCUSE, 1975, p.87)

93. A partir daí, tem-se a emersão dos impulsos de morte, anteriormente presentes na profundidade do inconsciente. A este aparecimento dos instintos agressivos pode-se realizar uma ligação com as psicopatologias

Com essa externalização (ou melhor, tomada) da organização psíquica do indivíduo, avança-se à alienação não apenas do trabalho, mas também dos produtos do trabalho. A atividade laboral não mais se mostra como livre emprego de energia sublimada dos impulsos inconscientes, visando fornecer-lhes prazer – ou, adotando a perspectiva marxista, o emprego da força de trabalho para a realização do próprio sujeito através da produção voltada à sua manutenção – mas, sim, como processo de sublimação para outro. Não apenas o processo produtivo ou o conhecimento é alienado: o capital se mantém através da exploração da esfera mais íntima dos trabalhadores. O capital afasta as atividades verdadeiramente voltadas ao desenvolvimento do ser humano (ou a um verdadeiro gozo da realização dos impulsos libidinais) e transforma-as em mercadorias. Novamente se percebe que se passa a viver para trabalhar ao invés de trabalhar para viver. Marcuse (1975, p.191) curiosamente indica que momentos de satisfação podem ser retirados do trabalho alienado, mas que estes fins são “falsas satisfações”, guiadas por outros que não as próprias necessidades.

Se o prazer está, de fato, no ato de trabalhar e não lhe é extrínseco, tal prazer deve derivar dos órgãos atuantes do próprio corpo, ativando as zonas erotogênicas ou erotizando o corpo como um todo; por outras palavras, deve ser prazer libidinal. Numa realidade governada pelo princípio de desempenho, tal trabalho “libidinal” é uma rara exceção e só pode ocorrer fora ou à margem do mundo de trabalho – como hobby, passatempo, divertimento, brinquedo ou numa situação diretamente erótica. A espécie normal de trabalho (atividade ocupacional socialmente útil), na divisão laboral predominante, é tal que o indivíduo, ao trabalhar, não satisfaz seus próprios impulsos, necessidades e faculdades, mas desempenha uma função preestabelecida. Contudo, Hendrick despreza o fato do trabalho *alienado* ser o modo predominante de trabalho, sob o princípio de realidade vigente. Certamente pode haver também “prazer” no trabalho alienado. A datilógrafa que entrega um texto bem copiado, o alfaiate que apresenta um terno bem cortado, o cabeleireiro que monta um penteado impecável, o trabalhador que preenche sua quota – todos poderão sentir prazer num “trabalho bem feito”. Contudo, ou esse prazer é extrínseco (previsão de uma recompensa), ou é a satisfação (em si mesma um indício de repressão) de estar bem ocupado, no lugar certo, de contribuir com sua parcela para o funcionamento da engrenagem.” (MARCUSE, 1975, p.191, grifo nosso)

Não apenas as atividades verdadeiramente prazerosas (não-alienadas) se transformam em mercadorias, como também o próprio espaço de tempo dedicado ao não-trabalho torna-se mercadoria. O tempo de trabalho livre passa a ser tempo de trabalho complementar ao tempo de trabalho contratual. Cita-se apenas dois casos: o da utilização do tempo livre para os processos de formação complementar (contínuos), que deverão instruir a força de trabalho para as futuras necessidades do capital, e o trabalho empreendido na manutenção do próprio sistema, através do consumo dos bens produzidos pelos próprios trabalhadores (gerando,

presentes no âmbito do trabalho. Como indicado na nota de rodapé anterior, a sociedade, com isso, tenderá à autodestruição.

como citado, a exacerbação da sensação de falta e minimização da sensação de completude). A vida fora do trabalho, portanto, apenas embeleza a corrente que prende o trabalhador ao sistema do capital.

Em troca dos artigos que enriquecem a vida deles, os indivíduos vendem não só seu trabalho, mas também seu tempo livre. A vida melhor é contrabalançada pelo controle total sobre a vida. As pessoas residem em concentrações habitacionais – e possuem automóveis particulares, com os quais já não podem escapar para um mundo diferente. Têm gigantescas geladeiras repletas de alimentos congelados. Têm dúzias de jornais e revistas que esposam os mesmos ideais. Dispõem de inúmeras opções e inúmeros inventos que são todos da mesma espécie, que as mantêm ocupadas e distraem sua atenção do verdadeiro problema – que é a consciência de que poderiam trabalhar menos e determinar suas próprias necessidades e satisfações. (MARCUSE, 1975, p.99)

Por fim, deve-se fazer menção à alternativa de organização social citada por Marcuse. Em muito parece remeter à posição otimista de Schaff acerca do fim do trabalho, quando as máquinas, por si só, serão encarregadas de gerar os bens necessários aos homens, enquanto estes farão um uso real de sua capacidade de trabalho para o desenvolvimento do homem (ou para o suprimento dos desejos). De acordo com o autor,

A cultura da civilização industrial converteu o organismo humano num instrumento cada vez mais sensível, diferenciado e permutável, e criou uma riqueza social suficientemente grande para transformar esse instrumento num fim em si mesmo. Os recursos existentes e disponíveis facilitam uma transformação *qualitativa* nas necessidades humanas. A racionalização e a mecanização do trabalho tendem a reduzir o *quantum* de energia instintiva canalizada para a labuta (o trabalho alienado), assim libertando energia para a consecução de objetivos fixados pelo livre jogo das faculdades individuais. A tecnologia atua contra a utilização repressiva da energia, na medida em que reduz ao mínimo o tempo necessário para a produção das necessidades da vida, assim poupando tempo para o desenvolvimento de necessidades situadas *além* do domínio da necessidade e do supérfluo necessário.” (MARCUSE, 1975, p.94, grifo nosso)

Novamente se percebe o otimismo adotado sobre a utilização das novas tecnologias para os fins transformadores do indivíduo em um ser universal, utilizando de sua capacidade de trabalho para se transformar, uma autotransformação, tornando-se “um fim em si mesmo”. Para Marcuse, às máquinas deveria ser dado o papel de executar o trabalho fatigante, enquanto que para o homem caberiam as atividades geradoras de satisfação, prazer, identidade. Às máquinas, que não sentem, o trabalho constante; aos homens, que pulsam, o trabalho transformador.

Apesar de áreas distantes, a psicanálise freudiana apresenta pontos em comum com a sociologia de Antunes ou de Marx. Com a demonstração da curiosa contribuição de Freud, percebeu-se que, apesar de objetos principais diferentes em relação aos outros autores citados,

o âmago do pensamento de Freud vai ao seu encontro: a libertação do homem e sua transformação, o posicionamento do homem como fim às suas próprias atividades, a satisfação da natureza humana (para Freud, realizada através da efetivação de seus impulsos libidinais). Como destaca Fromm (1969, p.29), quando compara o humanismo de Marx, real e perceptível a partir de sua crítica ao capital e ao estudo da forma de realização do homem, com Freud, “Embora diferentes, eles tem em comum um desejo incondicional de libertar o homem, uma fé igualmente incondicional na verdade como instrumento dessa libertação e a convicção de que a condição disso está na capacidade do homem de romper as cadeiras da ilusão.”

5.2 A análise Dejouriana sobre os males do trabalho contemporâneo

A próxima análise a ser realizada deverá se fundamentar na discussão feita pela Psicodinâmica do Trabalho. Tendo por base as obras do médico e psiquiatra francês Christophe Dejours, que, de acordo com a própria história daquela ciência, também poderá ser visto como seu principal reestruturador, a Psicodinâmica do Trabalho surge como desenvolvimento da Psicopatologia do Trabalho, dado a partir de fins da II Guerra Mundial. Percebida anteriormente, como o nome expressa, através de seu estudo sobre as males provocados pela atividade laboral, a sua reformulação passa a dar importância também ao estudo das novas formas de organização do trabalho, além de, sobretudo, abrir espaço a uma maior profundidade acerca das consequências do trabalho⁹⁴ ao homem, incluindo uma maior centralização da área aos aspectos do sofrimento humano.

Dejours identifica que, assim como a própria sociedade, as formas de organização do trabalho também se modificam. É percebido que as influências do modo de produção capitalista sobre o trabalhador passam a apresentar uma maior “delicadeza”, principalmente a partir da aplicação da organização laboral taylorista. Dá-se a este desenvolvimento o caráter de fineza devido ao objetivo de seu controle: não mais se busca o aumento da produtividade através da exploração indiscriminada do organismo físico do trabalhador, característico das fábricas em fins do século XIX, mas, sim, de seu delicado controle sobre o psíquico da força de trabalho, enfim, do cerne de toda atividade produtiva. Como discutido mais à frente, será através deste controle psíquico que a atual organização do trabalho se solidificará e se

94. Deve ser dada a devida atenção aos termos “consequências do trabalho”. Como será percebido, os males “provenientes do trabalho”, em verdade, são provenientes da forma como a atividade é executada, ou melhor, da forma como está organizada.

desenvolverá na sociedade, não havendo, por parte desta, qualquer tipo de manifestação contra este novo tipo de exploração. Este abuso artificial (em contraposição à exploração “concreta”, sobre o físico do ser) fará parte do cotidiano de toda a sociedade e suas vidas deverão se adequar a ela. O capitalismo, portanto, dirige-se ao próximo passo de seu desenvolvimento: após ter tornado o corpo humano dócil, empreende a aventura sobre a psique do indivíduo. Como Dejours explica acerca desta “evolução”,

[...] não é o aparelho psíquico que aparece como primeira vítima do sistema, mas sobretudo o corpo dócil e disciplinado, entregue, sem obstáculos, à injunção da organização do trabalho, ao engenheiro de produção e à direção hierarquizada do comando. Corpo sem defesa, corpo explorado, corpo fragilizado pela privação de seu protetor natural, que é o aparelho mental. Corpo doente, portanto, ou que corre o risco de tornar-se doente. (DEJOURS, 1992, p.19)

Como exemplo desta “maior” exploração do trabalho, Dejours se baseia, em uma de suas principais obras, “A Loucura do Trabalho” (1992), na atividade das atendentes telefônicas. Apresentado a opinião das trabalhadoras acerca de seus próprios trabalhos, percebe-se a relevância que se mostra o estudo da esfera psíquica sobre o sofrimento do ser:

“Ficamos ligadas ao posto de trabalho por um equipamento munido de um fio bem curto. Ficamos *amarradas*, pois se a gente se vira é detida pela extensão do fio. Temos uma verdadeira sensação de estar acorrentadas.” / “Na saída do trabalho, no metrô, as portas automáticas começam a fechar depois de um ruído, semelhante ao do telefone: dizemos então o número do posto de trabalho.” / “Quando alguém na rua nos diz bom-dia, respondemos: ‘o que o senhor deseja?’.” (DEJOURS, 1992, p.99, grifo do autor)

As duas últimas opiniões presentes na citação acima se mostram curiosas acerca da nova influência que o trabalho contemporâneo exerce sobre o trabalhador. Se durante o trabalho fordista, explicitado através da atuação de Chaplin, o corpo e seus movimentos são alienados, transformando o indivíduo em um autômato (que não deixa de exercer os movimentos para os quais é contratado nem mesmo fora das indústrias, uma leve confusão do aparelho psíquico), no modelo de acumulação flexível o poder do capital se completa, atuando agora, sobretudo, na mente dos trabalhadores, fazendo-o escravo do pensamento imposto por meio da nova organização do trabalho. O que poderia deixar mais clara a relevância do aparelho psíquico à saúde do ser humano do que isto? Como Dejours coloca em xeque,

Se a violência da organização do trabalho pode, mesmo na ausência de nocividade dos ambientes de trabalho (por exemplo, nos empregos de escritório), criar doenças somáticas e não apenas psíquicas, é porque o aparelho mental não é um “compartimento” do organismo, simplesmente justaposto à musculatura, aos órgãos sensoriais e às vísceras. A vida psíquica é, também, um patamar de integração do

funcionamento dos diferentes órgãos. Sua desestruturação repercute sobre a saúde física e sobre a saúde mental. (DEJOURS, 1992, p.134)

Talvez se tenha aqui o maior objetivo da Psicologia e, em especial, da Psicodinâmica do Trabalho: demonstrar que o aparelho mental não está subjugado ao aparelho físico; ambos são paralelos quanto à sua importância à sanidade do ser humano, e a deficiência exclusiva em uma destas esferas poderá causar problemas ao organismo como um todo.

De acordo com o autor (1999), esta irrelevância da esfera psíquica é proveniente do tratamento adotado pelos próprios movimentos esquerdistas, incluindo as organizações sindicais majoritárias. Da mesma forma que na análise sociopolítica exibida na seção anterior foi atribuída aos movimentos operários a falta de um projeto político que superasse a economia de então, o que promoveu a ascensão do neoliberalismo, atribui-se aos mesmos movimentos a irrelevância do aparelho psíquico na questão dos direitos do trabalhador, o que envolve as condições de trabalho.

Dejours explica que a análise da subjetividade dos trabalhadores incitava a práticas individualizantes, ação contrária à bandeira dos movimentos, em prol da coletivização da classe trabalhadora. Como diz, “Tidas como antimaterialistas (*sic*), tais preocupações com a saúde mental tolheriam a *mobilidade coletiva e a consciência de classe*, favorecendo um 'egocentrismo pequeno-burguês' de natureza essencialmente reacionária.” (DEJOURS, 1999, p.38, grifo do autor). A psicanálise, da mesma forma, chega a ser vista também como “ciência reacionária”. Desta maneira, os movimentos ainda assumiam o corpo físico e o sofrimento causado sobre os mesmos (enfim, a saúde física) como questão maior a ser defendida, herança direta da percepção encontrada na Revolução Industrial, conforme foi esclarecido em seções anteriores. Assim:

Afora a saúde do corpo, as preocupações relativas à saúde mental, ao sofrimento psíquico no trabalho, ao medo da alienação, à *crise do sentido do trabalho* não só deixaram de ser analisadas e compreendidas, como também foram frequentemente rejeitadas e desqualificadas. (DEJOURS, 1999, p.38)

De acordo com Dejours, uma das principais consequências desta limitação à análise crítica do sofrimento humano dentro da organização do trabalho é o aparecimento progressivo de métodos desenvolvidos pelos administradores e gerentes que visavam o entendimento e o posterior controle dessa esfera da atividade produtiva, tais como a “formação de gerentes por meio da dinâmica de grupo, da psicossociologia, de recursos audiovisuais etc.” (DEJOURS, 1999, p.39). Como explica:

Ali onde os sindicatos não queriam se aventurar, patrões e gerentes formulavam novas concepções e introduziam novos métodos concernentes à subjetividade e ao sentido do trabalho: cultura empresarial, projeto institucional, mobilização organizacional etc., alargando drasticamente o fosso entre a capacidade de iniciativa de gerentes e patrões de uma lado, e a capacidade de resistência e de ação coletiva das organizações sindicais, de outro. (DEJOURS, 1999, p.39)

A introdução destes métodos, indicando a tomada das análises sobre a mente dos indivíduos por parte das empresas, sobre os trabalhadores impunha a ideia de intolerância sobre o sofrimento subjetivo, demonstrando que os problemas provenientes da mente daqueles não são importantes. Via-se, assim, que as dificuldades psíquicas provenientes do processo de produção eram tidos como a inadequação do trabalhador ao trabalho, símbolo de fraqueza e ineficiência do sujeito para com o emprego ao qual se candidatara e a empresa. O trabalhador demitido assim se torna devido a si próprio. Este pensamento era imputado através da estrutura das fábricas: montadas visando fornecer as melhores condições físicas aos trabalhadores e com máquinas que exercem perfeitamente as suas atividades, de onde mais poderiam vir os problemas de produção ou os problemas de saúde dos indivíduos senão deles mesmos?

Dejours, portanto, toma esta questão para si, dedicando-se, para respondê-la, à análise minuciosa sobre os fatores psicológicos presentes entre a organização do trabalho contemporâneo e a execução do trabalho, que geram, por fim, a condição patológica do trabalhador.

Para o autor, toda a problemática acerca das novas condições de sanidade do trabalhador é proveniente da organização do trabalho. Identificando-a como sendo, em seu cerne, uma espécie de aprimoramento (contínuo) do sistema taylorista, Dejours vislumbra, como ponto inicial de seu estudo e também como ponto primordial para o início do processo de adoecimento do ser humano a questão da divisão, no processo de trabalho, entre as atividades de concepção e elaboração dos produtos. Como destaca, “*A organização do trabalho é causa de uma fragilização somática, na medida em que ela pode bloquear os esforços do trabalhador para adequar o modo operatório às necessidades de sua estrutura mental*” (DEJOURS, 1992, p.128, grifo do autor).

Entretanto, apesar de tal adoecimento parecer, à primeira vista, generalizado a todas as hierarquias, o autor destaca que os extremos dos níveis hierárquicos caminham em direções opostas quanto aos níveis de aplicação da subjetividade na atividade. Melhor dizendo: quanto mais alto o nível hierárquico, maior é o espaço cabível à aplicação da subjetividade do

indivíduo naquele trabalho, maior é o lugar dedicado, portanto, ao Sujeito⁹⁵. Pode-se exemplificar este fato com o próprio caso da bipartição das atividades produtivas, destacadas no parágrafo anterior: a concepção e a elaboração de mercadorias, a primeira restrita aos níveis mais altos das empresas, o segundo, aos trabalhadores do chão de fábrica.

A partir daqui se percebe a posição adotada por Dejours a respeito do trabalho e de sua finalidade. Tratando a questão do adoecimento do trabalhador em paralelo à divisão das atividades nas empresas, pode-se inferir que, no centro, o autor defende que o trabalho deve, enquanto atividade a serviço, originalmente, das necessidades humanas, gerar um equilíbrio psicossomático no indivíduo. Em seguida, trata-o como atividade liberadora de carga psíquica, presente em todos os indivíduos.⁹⁶ Assim,

O bem-estar, em matéria de carga psíquica, não advém só da ausência de funcionamento, mas, pelo contrário, de um livre funcionamento, articulado dialeticamente com o conteúdo da tarefa, expresso, por sua vez, na própria tarefa e revigorado por ela. Em termos econômicos, o prazer do trabalhador resulta da descarga de energia psíquica que a tarefa autoriza, o que corresponde a uma diminuição da carga psíquica do trabalho.” (DEJOURS, 2007a, p.24)

Sob esta perspectiva, tem-se, portanto, que a atividade dirigida pela organização do trabalho atual bloqueia a devida descarga de energia, contribuindo para a sua acumulação e manifestando-se através da enfermidade.

Quando o rearranjo da organização do trabalho não é mais possível, quando a relação do trabalhador com a organização do trabalho é bloqueada, o sofrimento começa: a energia pulsional que não acha descarga no exercício do trabalho se acumula no aparelho psíquico, ocasionando um sentimento de desprazer e tensão. Mas a clínica mostra que essa energia não pode aqui permanecer muito tempo e, quando as capacidades de contenção são transbordadas, a energia recua para o corpo, nele desencadeando certas perturbações que não são profundamente diferentes das que acabam de ser descritas como testemunhas da angústia ou da onda de agressividade. São somente mais intensas. Nada espantoso, nessa ótica, que a fadiga, mesmo se resulta de uma carga psíquica excessiva, tenha uma tradução somática.” (DEJOURS, 2007a, p.29)

95. De acordo com Dejours & Abdoucheli (2007) , marca-se o Sujeito com “s” maiúsculo para se fazer referência aos desejos e aspirações do indivíduo, enfim, ao “corpo subjetivo” do sujeito.

96. Percebe-se em Dejours que a análise sobre a carga psíquica presente no indivíduo é pautada na significação do trabalho para si.. Este característica de “carga”, que incita a ideia de algo que precisa ser aliviado, é melhor entendida quando se percebe um dos pontos que formam esta significação: a necessidade narcísica de satisfação das aspirações, das motivações e dos desejos (apesar de não indicar explicitamente, o autor se aproxima à análise freudiana). A não-descarga correta desta necessidade, portanto, daria início a um processo de sofrimento do ser. Apesar disso, Dejours parece se aproximar também de uma análise psicossociológica sobre o trabalho, indicando que o mesmo é importante também enquanto atividade que suporta investimentos simbólicos e materiais destinados ao objeto. (DEJOURS, 1992)

Visando seguir a ordem das ideias de Dejours, as questões acerca do processo psicopatológico serão postas mais à frente. Por ora, deter-se-á à análise da organização taylorista⁹⁷.

De acordo com o autor, portanto, através da prévia separação entre concepção e elaboração, dá-se origem a um novo organismo (considerando o trabalhador do chão de fábrica) produtivo desvinculado de sua subjetividade, onde se percebe uma atividade laborativa que se choca com as aspirações, as motivações e os desejos. Em suas palavras, tem-se que, com este desenvolvimento da organização do trabalho, “O homem no trabalho, artesão, desapareceu para dar a luz a um aborto: um corpo instrumentalizado – operário de massa – despossuído de seu equipamento intelectual e de seu aparelho mental.” (DEJOURS, 1992, p.39, grifo nosso). Supõe-se, portanto, que quanto mais rígida a organização do trabalho, quanto menor for o espaço dedicado à subjetivação da atividade (à vinculação da atividade aos seus desejos pessoais), maior o nível de sofrimento adquirido pelo indivíduo.

Vale salientar que o labor contemporâneo, sob o manto da “nova” organização do trabalho, não apenas não se realiza ao trabalhador, não contribuindo, portanto, à efetivação de seus desejos, mas também põe a motivação da atividade sob a vontade de um outro. Assim, verifica-se em Dejours o aparecimento de um processo de alienação do trabalho abordado com maior profundidade do que o verificado em Marx: quando a motivação volta-se contra o desejo pessoal e, com isso, contra o indivíduo, tornando-se meio utilizado por outro para se atingir seus desejos; “O trabalhador é, de certa maneira, despossuído de seu corpo físico e nervoso, domesticado e forçado a agir conforme a vontade de outro.” (DEJOURS, 2007a, p.27). Esta ideia, por sua vez, vem reforçar a perspectiva que se tem acerca da luta de classes, entre os interesses antagônicos dos administradores do capital e dos operários.

Dejours (1999; 2007b), entretanto, assinala que apesar do caráter da nova organização do trabalho, limitadora e terceirizadora das motivações do trabalho humano, que deveria suprir os desejos do próprio dono da capacidade de trabalho, seria um erro considerar a ideia extremista de uma presença nula de certa subjetivação do trabalho por parte dos operários do chão de fábrica. Além disso, ao mesmo erro se incorreria caso se considerasse que a realização completa do trabalho prescrito⁹⁸ se efetivasse. O autor identifica em um curto espaço de subjetivação da produção, o qual chama de “quebra-galho”, tanto o necessário à

97. Ou se poderia denominar, com o avanço das técnicas de exploração, neotaylorista.

98. Normatização dos processos de trabalho específicos através de regras que deverão guiar a produção em cada setor.

satisfação dos interesses pessoais do indivíduo quanto o necessário à efetivação do processo de produção. Contudo, frente à efetivação de uma produção que deverá obedecer as normas das hierarquias superiores – e seus respectivos simbologismos e desejos diante do processo de concepção –, estas “aplicações de si” sobre os produtos que criam passam a ser vistas como “ilegais”.

[...] o processo de trabalho só funciona quando os trabalhadores beneficiam a organização do trabalho com a mobilização de suas inteligências, individual e coletivamente. Convém ainda esclarecer que o exercício dessa inteligência no trabalho geralmente só é possível à margem dos procedimentos, isto é, cometendo, *nolens volens*, infrações dos regulamentos e das ordens. Portanto, é preciso não apenas dar mostras de inteligência para suprimir a defasagem entre a organização do trabalho prescrita e a organização do trabalho real, mas também admitir que, muitas vezes, essa inteligência só pode ser usada semiclandestinamente.” (DEJOURS, 1999, p.56, grifo nosso)

A última tentativa de “subversão” do processo produtivo, visando torná-lo, por fim, útil ao trabalhador, vê-se, assim, inserida na ilegalidade. A busca por tornar o trabalho mais interessante (e suportável) e o caráter de tal ato aos olhos dos supervisores põe à tona a desconfiança entre os indivíduos, sejam de hierarquias diferentes, sejam das mesmas hierarquias. Com isso, o individualismo contagia os operários através da tática do silêncio e, de certa forma, devido à sensação de medo (este será explicado mais à frente):

Ainda que não seja de bom grado, é necessário “quebrar um galho”, pelo menos um mínimo para que se possa assumir o posto de trabalho. A contrapartida frente a tais alterações é a *tática do segredo* que deriva para uma tática de silêncio generalizado, conduta mais ou menos obrigatória que parece ser extremamente penosa e psicologicamente custosa para os operadores. (DEJOURS, 2007b, p.52)

O curto panorama até aqui registrado por meio da análise dejouriana sobre a organização do trabalho já demonstra as consequências sobre o aparelho psíquico do trabalhador, análise deixada de lado, principalmente, pelos movimentos em prol dos direitos trabalhistas. Apesar de não ser tão mencionado pelo autor, deve-se fazer referência aos aspectos políticos e econômicos paralelos ao desenvolvimento da organização do trabalho, a saber, o desenvolvimento e expansão da política neoliberal, a aplicação do modelo de acumulação flexível, a reforma da legislação trabalhista e, com isso, a precarização do trabalho. Desta forma, são registradas por Dejours (1999) as seguintes implicações deste novo mundo ao trabalhador sob a perspectiva psicossocial:

a) intensificação do trabalho e aumento do sofrimento subjetivo;

- b) neutralização da mobilização coletiva contra o sofrimento, a dominação e a alienação;
- c) a expansão da estratégia defensiva do silêncio, gerando uma quebra da coletividade dos trabalhadores enquanto classe, em indivíduos independentes⁹⁹, além de rejeitar os sinais demonstrados por seu organismo, colocando, pois, a própria sanidade em perigo¹⁰⁰.

O sistema econômico, portanto, passa a possuir o indivíduo integralmente.

Um outro tema importante a ser revelado nesta análise do pensamento dejouriano e citado anteriormente se mostra a questão do medo, um dos fatores que tornaram, juntamente à tática do silêncio (que, de certa forma, é proveniente da sensação de medo instaurada nas fábricas), o individualismo tão presente nas empresas e fora delas. Em relação a isso, Dejours mostra que o medo vem atormentar o indivíduo em todos os momentos de sua vida, ainda mais quando se leva em conta a flexibilidade infligida ao mundo do trabalho. Esta sensação de impotência frente ao novo ou ao gigantismo das escalas de produção se manifesta desde a reflexão acerca da volatilidade do trabalho:

Indubitavelmente, quem perdeu o emprego, quem não consegue empregar-se (desempregado primário) ou reempregar-se (desempregado crônico) e passa pelo processo de dessocialização progressivo, *sofre*. É sabido que esse processo leva à doença mental ou física, pois ataca os alicerces da identidade. Hoje, todos partilham um sentimento de medo – por si, pelos próximos, pelos amigos ou pelos filhos – diante da ameaça de exclusão.” (DEJOURS, 1999, p.19, grifo do autor)

até a ideia sobre si¹⁰¹ e a sociedade:

Por ora, consideraremos que os trabalhadores submetidos a essa nova forma de dominação pela manipulação gerencial da ameaça de precarização vivem constantemente *com medo*. Esse medo é permanente e gera condutas de obediência e até de submissão. Quebra a reciprocidade entre os trabalhadores, desliga o sujeito do sofrimento do outro, que também padece, no entanto, da mesma situação. E, sobretudo, desliga inteiramente os que sofrem a dominação no trabalho daqueles que estão longe desse universo – os excluídos, os desempregados – e de seu sofrimento, que é bastante diferente naquele experimentado pelos que trabalham. Assim, o medo produz uma separação subjetiva crescente entre os que trabalham e os que não trabalham. (DEJOURS, 1999, p.52)

99. “a miséria não une, destrói a reciprocidade.” (DEJOURS, 1999, p.51)

100. “todos [...] se defendem da mesma maneira: *negando o sofrimento alheio e calando o seu*.” (ibid., grifo do autor)

101. Deve ser incluído o medo de não estar apto ao processo produtivo, “E essa fonte de perplexidade é também a causa da angústia e de sofrimento, que tomam a forma de medo de ser incompetente, de não estar à altura ou de se mostrar incapaz de enfrentar convenientemente situações incomuns ou incertas, as quais, precisamente, exigem responsabilidade.” (DEJOURS, 1999, p.31)

Dejours aponta que a incorporação do sentimento de medo proveniente dos ritmos de trabalho (possíveis acidentes, sobretudo) e da organização do trabalho (como a demissão) à vida do trabalhador implica constante desgaste e destruição da saúde mental do ser. Percebe-se que este último fator, o risco de ser substituído, age sobremaneira no processo de formação dos trabalhadores contemporâneos, que deverá ser constante e ininterrupta. Este caráter atual do trabalho provoca um prolongamento da atividade humana para além do tempo dedicado ao labor, afetando o tempo destinado ao repouso e causando, devido às próprias perspectivas até então vistas sobre trabalho, a perda do único momento destinado à “satisfação” dos “reais”¹⁰² anseios do ser humano. Torna-se mais claro, assim, o aprisionamento em tempo integral do sujeito ao trabalho, o que deverá causar as mais diversas patologias ao seu organismo físico e, sobretudo, psíquico.

Todavia, seria cair no erro considerar o aparelho psíquico com tamanha passividade frente a um sistema que o deforma, impedindo a descarga psíquica, conforme defendido por Dejours. O autor expõe que várias são as defesas promovidas pelo aparelho às problemáticas infligidas pelo meio. Estas vão desde a mais visível e mais facilmente adquirida, como o uso difundido do álcool, “um poderoso sedativo do medo” (DEJOURS, 1999, p.104), às defesas propriamente psíquicas, como o fantasmas, que, como Dejours explica, são “representações mentais que podem, às vezes, ser suficientes para descarregar o essencial da tensão interior, pois a produção mesma de fantasmas é consumidora de energia pulsional.” (DEJOURS, 2007a, p.23). Entende-se, como exemplo, o caso indicado pelo autor em relação aos jovens, que tomam a falsa motivação oferecida pelas empresas (de sucesso profissional e crescimento dentro da empresa) como escudo contra atividade laboral alienante:

E se eles guardam no seu íntimo, sem nisso acreditar verdadeiramente, a secreta esperança de um dia deixarem a linha de montagem para serem promovidos a chefe de unidade elementar de trabalho (UET), é porque essa é a condição *sine qua non* para suportar tarefas estafantes executadas com vertiginosa rapidez. (DEJOURS, 1999, p.48)

Nem todos os indivíduos, entretanto, são capazes de gerar os fantasmas necessários à sobrevivência nas empresas (ou seus fantasmas podem se mostrar fracos frente às pressões do meio). Conforme mostra Dejours, diante desta “fraqueza”, o aparelho psíquico poderá tomar dois caminhos: ou acumula esta energia no organismo, provocando “a fadiga, a astenia

102. Deve ser dada a devida atenção como os desejos dos trabalhadores são satisfeitos atualmente. Como poderá ser visto na conclusão acerca do pensamento dejouriano e até mesmo na análise de Fromm, as suas reais necessidades passam a ser satisfeitas através do ócio, do não fazer nada, do desperdício, afinal, do único espaço que se tem, na sociedade contemporânea, para o vislumbramento de um real desenvolvimento do ser.

[ausência ou perda de força muscular], e a partir daí a patologia [...]” (DEJOURS, 2007a, p.25, grifo do autor) ou busca descarregar a energia psíquica através do aparelho somático, a “descompensação psíquica”. Segundo o autor, sujeitos que não tenham a capacidade de produzir os fantasmas deverão

utilizar sua musculatura: fuga, crise de raiva motora, atuação agressiva, violência, oferecendo toda uma gama de “descargas psicomotoras” (ou comportamentais). [...] quando a via mental e a via motora estão fora de ação, a energia pulsional não pode ser descarregada senão pela via do sistema nervoso autônomo e pelo desordenamento das funções somáticas. É a via “visceral”, a que estará atuando no processo de somatização. (DEJOURS, 2007a, p.23)

As doenças contemporâneas, como o *burn-out*¹⁰³ e demais consequências infligidas ao corpo devido ao *stress* são bons exemplos de somatizações das pressões exercidas sobre o aparelho psíquico. Dejours exemplifica com o caso dos trabalhadores da produção de automóveis¹⁰⁴:

Nos fins de semana, quase que regularmente, o ambiente da seção fica bem especial. Voam parafusos pelo ar, ressoam gritos, apesar do barulho das máquinas, quebram-se ferramentas, aumentam as peças quebradas durante a produção, e rejeitadas ao final. Explode, diretamente, a agressividade contra as chefias. É geralmente nesses momentos que se vê também algumas brigas de socos. Com a desordem instalada, muitas vezes a linha de produção para; qualquer anomalia ou irregularidade, até mesmo a parada da produção, provocam irrupções coletivas de agressividade. No fim, os carros que saem da fábrica naqueles dias têm muito mais defeitos do que os que saem no começo da semana. Os trabalhadores que têm problemas com seus carros próprios costumam dizer, entre si: “é um carro de sexta-feira”. (DEJOURS, 1992, p.120-1)

Em todos os casos explicados, frutos da sensação de medo imposta pela nova organização do trabalho, poderia ser pensado que, devido à periculosidade que as descompensações promovem aos organismos que compõem a força de trabalho (àquele que sofre a descompensação e aos colegas), os capitalistas passariam a promover uma posição mais “humanitária”, posicionando-se à favor dos trabalhadores. Segundo Dejours, entretanto, isso não se aplica. Para aqueles, o posicionamento dos trabalhadores frente à flexibilidade do trabalho exhibe uma oportunidade a mais para que estes se coloquem à disposição da empresa, visando, desta forma, não se enquadrarem entre os empregados em situação de risco.

103. Espécie de colapso nervoso sofrido pelo trabalhador que não consegue manter o equilíbrio de sua atividade psíquica, provocado sobretudo pelo stress, ou seja, excitação nervosa causada pela sobrecarga de atividades.

104. O autor também oferece um exemplo para o caso das trabalhadoras: “O pessoal, basicamente feminino, descompensa em crises de choro, dos nervos e desmaios, que atingem, como uma doença contagiosa, toda uma seção de trabalho. Agitada, uma operária começa, de repente, a tremer e a gritar. Alguns momentos depois, uma outra tem uma crise de choro e abandona sua função. Segue-se em cadeia, então, “uma série de descompensações”.” (DEJOURS, 1992, p.120)

O medo é utilizado pela direção com uma verdadeira alavanca para fazer trabalhar. Lembrando sem parar as diversas modalidades dos riscos, mais do que o perigo do momento, a direção mantém voluntariamente os trabalhadores num estado de alerta permanente. Efetivamente, o medo serve à produtividade, pois com esse tipo de atmosfera de trabalho, os operários estão especialmente sensíveis e atentos a qualquer anomalia, a qualquer incidente, intervêm imediatamente, mesmo se a ocorrência não for diretamente ligada a suas atribuições diretas. O medo partilhado cria uma verdadeira solidariedade na eficiência. O risco diz respeito a todo mundo, a ameaça não poupa ninguém, e nesse caso é impensável “deixar o barco afundar” (como numa linha de montagem), ou desejar uma deterioração do instrumento de trabalho. Quanto melhor estiver o processo de produção, mais tranquilos estarão. O risco cria, espontaneamente, a iniciativa, favorece a multiplicidade de tarefas e permite a economia de uma formação verdadeira, que a direção, aliás, não poderia dar. (DEJOURS, 1992, p.112, grifo nosso)

Seguindo as obras de Dejours estudadas, a problemática acerca do sofrimento aplicado ao trabalhador aqui expostas, entretanto, ainda se encontra limitada ao espaço fabril. O autor explana que estas consequências em muito deverão ultrapassar o tempo e o local dedicado à atividade produtiva, expandindo-se por meio das relações sociais. Os maiores problemas ressaltados se manifestam através da banalização do mal e da normalização das condições e comportamentos condicionados de acordo com a nova organização do trabalho. A estes fatores será dedicado o devido espaço.

5.2.1 A banalização do mal e a normose

Segundo Dejours, as características que formam o novo caráter dos envolvidos no processo produtivo reflete-se nas relações sociais criadas fora do espaço de produção de mercadorias. O pior passaria a ser mostrado do outro lado das empresas.

Além do medo imposto e da adequação do aparelho psíquico a esta condição de temor dentro do espaço fabril, deve-se fazer menção a um outro tipo de defesa tomada pelo indivíduo: a indexação em si de um comportamento externo. Tal como a tática do silêncio, a incorporação de um comportamento alternativo pode ser dada como consequência da sensação de medo.

Percebido como uma forma de se afastar do risco do desemprego e, assim, do único meio de manutenção da vida, Dejours esclarece que o comportamento baseado na virilidade masculina e na coragem frente a tudo e todos se revela como alternativa adotada por parte dos trabalhadores (e alguns componentes das hierarquias mais altas) para a manifestação de uma

fantasiosa superioridade em relação aos demais (que, diante da organização do trabalho flexível, adquirem o caráter de concorrentes). Ou seja:

um bom trabalhador, um combatente confiável e valoroso é aquele que mostra [...] ter assimilado de tal modo essas qualidades [coragem e virilidade] que elas passaram a fazer parte de sua pessoa e que, seja qual for a tarefa em que esteja empenhado, é capaz de mobilizar espontaneamente tais qualidades. (DEJOURS, 1999, p.101).

Da mesma forma,

para não correrem o risco de não mais serem reconhecidos como homens pelos outros homens, para não perderem as vantagens de pertencer à comunidade dos homens viris, para não se arriscarem a ser excluídos e desprezados sexualmente ou tidos como frouxos, medrosos e covardes – não só pelos homens, mas também pelas mulheres –, muitos são os homens que aceitam participar do “trabalho sujo”, tornando-se assim “colaboradores” do sofrimento e da injustiça infligidos a outrem. DEJOURS, 1999, (p.87)

Incrível é, para não dizer trágica, a capacidade que o sistema capitalista tem em deformar o Sujeito: paralelo à alienação, à posse do corpo e da alma do trabalhador por parte da encarnação do capital, ao mesmo sujeito se imputa um caráter individualista, baseado na concorrência e na superioridade frente aos outros, o modelo perfeito da encarnação do próprio capital. O capital não se reproduz no mundo dos homens apenas enquanto capitalista, mas passa a se tornar carne também sob a forma dos trabalhadores.

O elemento decisivo que faz o trabalho propender para o bem ou o mal, no plano moral e político, é o medo. Não o medo em geral, mas o medo que se insinua e instala na própria atividade do trabalho. Seja quando essa atividade inspira medo, como no Exército, nas minas, na construção civil, onde o medo *estrutura* o próprio trabalho; seja quando a atividade está *poluída* pelo medo, como na ameaça de precarização utilizada, *larga manu*, nos “grandes estabelecimentos industriais” da atualidade. (DEJOURS, 1999, p.141, grifo nosso)

Em conjunto, a adoção das estratégias defensivas (vale destacar, necessárias à sanidade do indivíduos durante o processo produtivo) e do comportamento externo, de certa forma em prol da subordinação e da superioridade do homem frente ao próximo tem-se o que Dejours aponta como a banalização da injustiça ou do mal. Como explica:

A novidade não está na iniquidade, na injustiça e no sofrimento impostos a outrem mediante relações de dominação que lhe são coextensivas, mas unicamente no fato de que tal sistema possa passar por razoável e justificado; que seja dado como realista e racional; que seja aceito e mesmo aprovado pela maioria dos cidadãos; que seja, enfim, preconizado abertamente, hoje em dia, como um *modelo* a ser seguido, no qual toda empresa deve inspirar-se, em nome do bem, da justiça e da verdade. A novidade, portanto, é que um sistema que produz e agrava constantemente adversidades, injustiças e desigualdades possa fazer com que tudo isso pareça bom e

justo. A novidade é a banalização das condutas injustas que lhe constituem a trama. (DEJOURS, 1999, p.139)

Esta caráter da sociedade contemporânea, não como apoiadora da aplicação da injustiça social, mas como passiva¹⁰⁵ frente às ações assim caracterizadas, pode ser apreendida, portanto, como tendo por origem o espaço de produção mercantil. Gerada através de processos que conflituam a natureza do ser com o medo, o comportamento humano diante do outro dentro das empresas é reproduzido diante do outro fora delas. Desta maneira, o medo, da mesma forma que os novos comportamentos, é transferido das empresas à esfera propriamente social: o medo de ser afastado do único meio de se obter a reprodução de sua vida se transforma também em medo da exclusão na sociedade.

Deve ser salientado, portanto, que o comportamento introduzido nos trabalhadores, proveniente das empresas, tem, em seu cerne, a origem no modelo de acumulação flexível, fruto direto da adoção de um modelo econômico neoliberal e da paralela aplicação da produção toyotista e organização (neo)taylorista. Assim, “Em suma, a psicodinâmica do trabalho sugere que a adesão ao discurso economicista seria uma manifestação do processo de “banalização do mal”.” (DEJOURS, 1999, p.21, grifo nosso)

A injustiça e o sofrimento, com isso, são “vistos” pelos indivíduos que compõem a sociedade, seja dentro ou fora das empresas, com passividade. Inclusive os “fenômenos” de cunho econômico, como a crise de emprego, por exemplo, são percebidos como simples fatalidades, ocorrências intrínsecas ao meio com a qual, infelizmente, alguém deverá arcar. Como destaca Dejours (1999), estas eventualidades são fenômenos sistêmicos econômicos. Eventualidades comparáveis “a uma epidemia, à peste, ao cólera e até à Aids.” (DEJOURS, 1999, p.20) e que, assim como estas, deverão fazer parte de suas vidas.

Curiosa comparação faz Dejours partindo deste *hall* de características do sistema econômico neoliberal, imposto às fábricas e que, ao fim, expande-se à sociedade. Ora, está-se diante de um sistema que se baseia no controle psicológico das massas através da imposição da sensação de medo por meio de seu modelo de organização, o que leva à adoção social (ou de boa parte dos indivíduos) de comportamentos viris, masculinizados, que relevam a

105. “Como é possível que as pessoas de bem, em sua maioria, aceitem, apesar de seu senso moral, “colaborar” com o mal? Entendemos por *banalização* do mal não somente a atenuação da indignação contra a injustiça e o mal, mas, além disso, o processo que, por um lado, *desdramatiza* o mal (quando este jamais deveria ser desdramatizado) e, por outro lado, *mobiliza* progressivamente um número crescente de pessoas a serviço da execução do mal, fazendo delas “colaboradores”. Temos que compreender como e por que as pessoas de bem oscilam entre a colaboração com o mal e a resistência ao mal” (DEJOURS, 1999, p.138)

subjetividade dos homens, buscando a sua subordinação e, com isso, o triunfo de si¹⁰⁶ diante da sociedade sob os aspectos mais diversos (riqueza econômica e poder político). Nas palavras de Dejours, portanto,

Não me parece que seja possível evidenciar nenhuma diferença entre banalização do mal no sistema neoliberal (ou num “grande estabelecimento industrial”, nas palavras de Primo Levi) e a banalização do mal no sistema nazista. A identidade entre as duas dinâmicas concerne à *banalização* e não à *banalidade* do mal, vale dizer, as etapas de um processo capaz de atenuar a consciência moral em face do sofrimento infligido a outrem e de citar um estado de tolerância ao mal. (DEJOURS, 1999, p.139)

A comparação, todavia, é satisfeita, na perspectiva do autor, apenas levando em conta as considerações de ordem psicológica, mas especificamente quanto à banalização da injustiça.

A elucidação de tal processo não se dá pela análise moral e política, mas pela análise psicológica. Se há uma diferença entre sistema neoliberal e sistema nazista, essa diferença não incide sobre o processo psicológico de banalização do mal entre os colaboradores. Ela se verifica a montante do processo. Situa-se entre os objetivos aos quais a banalização se destina, ou entre as utopias a serviço das quais ela se coloca. No caso do neoliberalismo, o lucro e o poderio econômico são, em última instância, o objetivo visado. No caso do totalitarismo, a ordem e a dominação do mundo são o objetivo. Na racionalização neoliberal da violência, a força e o poder são instrumentos do econômico. Na argumentação totalitária, o econômico é um instrumento da força e do poder. A diferença recresce também a jusante, no que se refere aos meios empregados: intimidação no sistema neoliberal, terror no sistema nazista. (DEJOURS, 1999, p.140)

Por fim, destaca-se, a partir da banalização da injustiça e em caráter mais amplo, a normalidade¹⁰⁷ adotada em relação à injustiça ou mal social:

A normalidade é interpretada como o resultado de uma composição entre o sofrimento e a luta (individual e coletiva) contra o sofrimento no trabalho. Portanto, a normalidade não implica ausência de sofrimento, muito pelo contrário. Pode-se propor um conceito de “normalidade sofrente”, sendo pois a normalidade não o efeito passivo de um condicionamento social, de algum conformismo ou de uma “normalização” pejorativa e desprezível, obtida pela “interiorização” da dominação social, e sim o resultado alcançado na dura luta contra a desestabilização psíquica provocada pelas pressões do trabalho. Nos últimos 20 anos, as pesquisas em psicodinâmica do trabalho revelaram a existência de estratégias defensivas muito diferentes. A análise detalhada do funcionamento dessas estratégias mostra igualmente que elas podem contribuir para tornar aceitável aquilo que não deveria sê-lo. Por isso as estratégias defensivas cumprem papel paradoxal, porém capital,

106. “Os agentes que colaboram na *execução zelosa* do mal, da violência ou da injustiça, sem serem seus idealizadores, são por vezes acometidos da mesma banalidade que o mal de que participam. Eles são apenas as engrenagens de um sistema, mas ficam satisfeitos quando conseguem ser boas engrenagens: a banalidade de sua personalidade é pois a réplica psicológica da banalidade do mal.” (DEJOURS, 1999, p.137, grifo do autor)

107. “Opor-se à centralidade da economia seria como, na época de Galileu, adotar a posição da Igreja, opondo-se ao heliocentrismo em substituição à centralidade cósmica da Terra. Opor-se à ordem econômica seria não apenas uma tolice, mas também sinal de obscurantismo.” (DEJOURS, 1999, p.95)

nas motivações subjetivas da dominação a que já referimos.” (DEJOURS, 1999, p.36, grifo nosso)

A respeito deste ponto e visando apenas tornar mais profunda esta análise, revela-se a proposta de Crema (2008) e Weil (2011), que se apropriam da discussão acerca da normalização de comportamentos que vão de encontro à natureza humana e, a partir daí, criam o conceito de normose. Apesar da inserção dos autores citados em uma linha da Psicologia mais voltada ao Humanismo, seus trabalhos a respeito da patologia da normalidade cabem aqui para complementarem a análise dejouriana.

De acordo com Crema, portanto, denominar-se-ia normose à ”enfermidade de adaptação a um sistema, em grande medida, corrompido e mórbido” (2008, p.77). Esta conceituação cabe, portanto, perfeitamente à explicação de Dejours a respeito da banalização da injustiça social. Deve ser salientado, entretanto, que enquanto este limita-se exclusivamente ao campo do mundo do trabalho, o conceito de normose adotado por aqueles autores, devido ao próprio caráter da psicologia humanista, adequa-se à banalização do mal não apenas na esfera social, mas política, econômica e ambiental. Conforme explica Crema,

Portanto, a normose é uma doença que emerge quando o sistema encontra-se predominantemente desequilibrado, caracterizado pela falta de cuidado e de escuta, pela violência, injustiça, corrupção, exclusão e desamor. Então, ser normal significa se adaptar a patologia sistêmica, assim mantendo o *status quo*. Saúde não é ausência de sintomas, bem sabemos. Ser saudável, às vezes, é capaz de se inquietar, de se indignar, de se desesperar. Ser capaz de chorar por uma dor que não é nossa. Eu respeito muito as pessoas que me procuram, por exemplo, sofrendo de pânico. O que observei, nestas pessoas sensíveis, que eu tive a oportunidade de acompanhar, é que elas possuíam uma abertura para o inconsciente coletivo, captando, na própria pele, os temores e tremores de uma espécie ameaçada de colapso, sofrendo por aquilo que a insensibilidade normótica não é capaz. (CREMA, 2008, p.79)

Se se efetuar a tentativa de comparar o conceito de normose com a análise dejouriana, poder-se-ia considerar que a primeira se mostra como a última banalização do mal na humanidade, no qual o sistema econômico neoliberal se apodera de todas as instâncias humanas e naturais. Esta análise se expressa no estudo realizado por Weil (2011) ao explicar que a perspectiva a ser tomada não deve ser estabelecida apenas sob a sociedade, mas entendida como a junção de processos normóticos expandidos em todas as áreas do conhecimento humano; pontuais, portanto. Com isso, segue-se o postulado de uma normose coletiva, nomeada pelo autor de “normose do paraíso perdido”, funcionando, resumidamente, como um caráter adquirido pela sociedade frente às “patologias” pontuais. Estas, por sua vez, são inumeráveis: “a cada dia, podemos descobrir uma ou várias delas, nas áreas mais

inesperadas” (WEIL, 2011, p.82), sendo que “uma vez que assimilamos esse conceito e seu alcance, nossa visão se abre” (ibid.). As mais específicas, consideradas em seu trabalho, são a normose do consumismo, do alcoolismo e do tabaco, da invisibilidade social, do tecnologismo e da informática, da política e bélica. Todos esses desvios patológicos específicos comporiam o que o autor chama de “roda da destruição”, que demonstra as consequências sofridas pelas várias áreas do conhecimento humano devido aos ideais de separatividade, objetivismo científico e ao paradigma newtoniano-cartesiano. As “patologias adotadas” pelos mais diversos campos gerariam, por sua vez, consequências sobre a sociedade, a natureza e o indivíduo, e estas, por fim, chegando ao centro da roda da destruição, atingiriam a vida humana maneira impactante.

O estudo de Dejours mostra-se de especial importância na análise acerca do mundo do trabalho por poder preencher certas lacunas deixadas pela teoria sociológica, que se abstém ao caráter das relações sociais. Adentrando-se ao aparelho psíquico humano, entretanto, percebe-se através deste autor que os malefícios gerados pela organização neoliberal toyotista (sócio-político-econômica, portanto) são mais violentos do que realmente se pôde conjecturar a partir das obras que ilustraram o presente trabalho até este momento. Por fim, caminha-se à análise da alternativa defendida por Dejours a respeito de uma real satisfação humana por meio do trabalho.

5.2.2 A alternativa para Dejours

Dada a devida atenção à origem da insatisfação e do sofrimento salientada por Dejours, torna-se clara a posição defendida pelo autor acerca de qual deveria ser o real intuito da atividade laboral e que caminho se deveria seguir para o alcance deste objetivo. Tal como o delineado por Freud, no qual foi percebido que, acima de tudo, a escolha da atividade laboral responsável pela satisfação dos impulsos libidinais deveria ser livre e respeitar as limitações impostas pelo próprio organismo do indivíduo e pelo meio (o que envolve a sociedade), Dejours aponta como fator-chave a livre organização do trabalho, que deve obedecer à subjetividade humana, harmonizar-se com ela e se tornar seu meio de materialização. Não corrobora apenas em relação a isto. Apesar da diferença contida no cerne do pensamento dos dois autores, Dejours também expõe que a total abstinência de labor, ou seja, o aumento desmedido do tempo de ócio, também vai contra a natureza humana. A diferença indicada se mostra que, enquanto em Freud se percebe que a ausência de trabalho incita a irrelevância

dada à insatisfação da libido do ser, o que provocaria o mal-estar do ser humano, em Dejours, dado o seu estudo sobre a Psicodinâmica do Trabalho, a ausência da atividade laboral provocaria desde problemas somáticos, como a fadiga, a problemas psíquicos, como a insignificância adotada pela vida do ser.

A fadiga pode encontrar sua origem também na *inatividade*. Essa inatividade é fatigante porque não é um simples repouso mas, ao contrário, uma repressão – inibição da atividade espontânea. Contrariamente a certas afirmações, os operários não reivindicam o direito à ociosidade permanente. A maioria das pessoas, a exemplo das crianças, não tem prazer nenhum com a inatividade duradoura. Um exemplo caricatural foi-nos dado por uma empresa, na qual a redução da atividade tinha provocado o repouso forçado de uma seção inteira. Entretanto, as secretárias estavam submetidas à disciplina dos horários e ao controle de uma chefia. Durante alguns meses, quase nenhum trabalho lhes foi dado. Ao mesmo tempo, foi-lhes proibido terem atividades não-profissionais (proibição de tricotar, fazer palavras cruzadas etc.). O efeito principal, resultante dessa “organização do trabalho” foi o aparecimento de uma fadiga considerável que levou a...“licenças de trabalho”! (DEJOURS, 1992, p.130-1)

Desta forma, o trabalho humano deveria, acima de tudo, desfazer-se do caráter alienante que demonstra há tanto, obedecendo às necessidades do ser humano e servindo a todos os seus desejos, sejam narcísicos ou simbólicos. Assim, defende Dejours que

Isso significa então que o trabalho seja essencialmente e antes de tudo uma máquina para produzir o mal e a injustiça? Não, absolutamente! O trabalho pode ser também o mediador insubstituível da reapropriação e da realização do ego. O fato é que o trabalho é uma fonte inesgotável de paradoxos. Incontestavelmente, ele dá origem a terríveis processos de alienação, mas pode ser também um possante instrumento a serviço da emancipação, bem como do aprendizado e da experimentação da solidariedade e da democracia. (DEJOURS, 1999, p.141)

O autor, entretanto, peca em sua análise por demais simplista a respeito das saídas a serem tomadas pela humanidade visando a realização de si própria enquanto conjunto de indivíduos humanos. Limitando-se a uma aparente reorganização do trabalho¹⁰⁸, este novo mundo, aparentemente, continuaria a se enquadrar sobre os pressupostos de um sistema de mercado, onde todas as esferas sociais são transformadas em mercadorias, incluindo o prazer que o ser tanto prima. Seria, por certo, solicitar por demais que a psiquiatria médica adotada por Dejours abrangesse o debate político-econômico do mundo contemporâneo e

108. “para transformar um trabalho fatigante em um trabalho equilibrante precisa-se flexibilizar a organização do trabalho, de modo a deixar maior liberdade ao trabalhador para rearranjar seu modo operatório e para encontrar os gestos que são capazes de lhe fornecer prazer, isto é, uma expansão ou uma diminuição de sua carga psíquica de trabalho. Na falta de poder assim liberalizar a organização do trabalho, precisa-se resolver encarar uma reorientação profissional que leve em conta as aptidões do trabalhador, as necessidades de sua economia psicossomática, não de certas aptidões somente, mas de todas, se possível, pois o pleno emprego das aptidões psicomotoras, psicossensoriais e psíquicas parece ser uma condição de prazer do trabalho.” (DEJOURS, 2007a, p. 31-2)

possibilitasse até mesmo uma projeção de sublevação do sistema neoliberal. Todavia, a análise dejouriana se revela como essencial ao entendimento do processo de adoecimento do trabalhador e, com isso, da sociedade de forma geral.

5.3 A sociedade na perspectiva de Erich Fromm

A análise de Fromm tem especial relevância para este estudo por promover ao fim uma perspectiva do autor sobre a formatação de uma sociedade futura seguindo a abordagem acerca do trabalho. De certa forma, a percepção do autor acerca da atividade laboral deverá não apenas bem findar esta seção, mas também servir de aglutinador das análises sociológicas e psicanalíticas, visto sua grande influência dos pensamentos marxista e freudiano, tomando, assim, um aspecto psicossocial. Estes pontos, desta maneira, mostram-se suficientes para justificar a atual posição adotada de seu pensamento neste trabalho, pois, se fosse respeitada a ordem cronológica dos autores considerados, dever-se-ia colocá-lo entre Freud e Dejours.

Por conta da plural discussão tomada pelo autor no decorrer de suas obras, deverá ser dado enfoque especialmente à obra *Psicanálise da Sociedade Contemporânea* (1974), que bem destaca o caráter da sociedade e a posição da atividade laboral do período na composição desta. Apesar do período do desenvolvimento de suas obras, a análise de Fromm se mostra atual e importante ao entendimento e à reflexão da sociedade atual e de propostas para o futuro.

5.3.1 A sociedade e o capitalismo

Fromm inicia sua análise mais completa acerca da sociedade contemporânea colocando em xeque o comportamento comumente adotado e, com isso, discutindo a sanidade da sociedade. Desta forma, o autor questiona a cultura do século XX, o que envolve os aspectos políticos e econômicos que a caracterizam. Em suas palavras:

Podemos estar tão seguros de que não nos estamos iludindo? Muito dos que estão recolhidos aos manicômios acham que todos estão loucos, exceto eles próprios. E muitos neuróticos em estado grave acreditam serem os seus rituais compulsivos ou suas explosões histéricas reações normais a circunstâncias algo anormais. Que dizer de nós mesmos? (FROMM, 1974, p.17)

Esta questão se mostra como importantíssima para o desenvolvimento da grande maioria, senão todas, as obras de Fromm, que se localizam na discussão acerca do caráter do indivíduo contemporâneo e do conjunto destes, a sociedade, que, apesar disso, possui um caráter diferente de uma simples média daqueles individuais.

Fromm considera importante, primeiramente, listar as principais características da sociedade contemporânea, tida como evoluída social e tecnologicamente. Estas características deverão servir de base para sua crítica acerca da enfermidade mental pela qual passa os indivíduos e do caminho seguido pelos mesmos, que deverá levar, como bem defende em suas obras, à sua própria destruição, caso nada se faça a respeito em relação à mudança das decisões realizadas em todas as esferas humanas.

Desta maneira, o caminho teórico adotado pelo autor será o de considerar o **comportamento comum** percebido em todos os indivíduos, o que, se considerado pela perspectiva filosófica e psicossocial, mostra-se, como bem denomina, em uma *folie à millions*, um comportamento insano adotado por milhões.

Supõe-se, ingenuamente, que o fato de a maioria das criaturas compartilhar certas ideias e sentimentos prove a validade dessas ideias e sentimentos. Nada está mais afastado da verdade. A validação consensual não tem, como tal, qualquer impacto sobre a razão ou saúde mental. Assim como existe uma “*folie à deux*”, existe uma “*folie à millions*”. O fato de milhões de criaturas compartilharem os mesmos vícios não os transforma em virtudes, o fato de elas praticarem os mesmos erros não os transforma em verdades e o fato de milhões de criaturas compartilharem a mesma forma de patologia mental não torna essas criaturas mentalmente sadias. (FROMM, 1974, p.28)

Esta consideração do autor encontra-se intimamente ligada à discussão acerca da banalização social dejouriana e aos aspectos da normalidade feitas anteriormente. Neste caso, Fromm denominará esta análise sobre o “comportamento cotidiano” como uma discussão acerca do caráter social contemporâneo. De acordo com o autor, e até mesmo realizando uma ligação entre seu pensamento e o defendido por Dejours, o aceite e a execução do comportamento socialmente aceitável é proveniente do medo ou sensação de insegurança sentida pelos indivíduos, que pode se manifestar através de comportamentos adotados que, porventura, se desviem do majoritariamente aceito. “O socialmente aceito”, o guia do comportamento do sujeito na contemporaneidade, entretanto, é de caráter econômico, imediatista, fruto da organização política e econômica do início do século XX, na qual se localiza a produção fordista como sendo a primeira “cultura” que intensificou este caráter social. Ao neoliberalismo coube a mesma influência, mas de forma bem mais intensa,

principalmente devido à paralela aplicação de uma maior flexibilização do trabalho, o que impôs comportamentos “complementares” ao central (como, por exemplo, a necessidade de uma constante formação, que só vem a complementar o pensamento central que guia a vida humana, a busca por mais dinheiro). Assim sendo e considerando a perspectiva do presente autor acerca das limitações impostas pelo sistema capitalista ao ser humano, conforme serão explanadas mais à frente, Fromm vê o comportamento coletivo, proveniente da manipulação do comportamento individual, como sendo um “defeito socialmente modelado”: ao mesmo tempo em que impõe ao ser limitações ou deturpações do que seria sua verdadeira natureza humana (à qual cita, como exemplos de características, a liberdade, a espontaneidade e a expressão genuína do Eu) , promove um sentimento de segurança, pois o indivíduo comporta-se como o resto do mundo. É neste ponto, enfim, em que se corre o perigo do arraigamento na sociedade de um comportamento tido como perigoso ao desenvolvimento do próprio ser. Um comportamento, quando manifesto por muitas gerações, torna-se a verdadeira base para a vida.

O indivíduo compartilha esse defeito com muitos outros; não tem ciência de ser possuidor do defeito e a sua segurança não é ameaçada pela sensação de ser diferente dos demais, de ser, por assim dizer, um pária social. O que ele poderá ter perdido em riqueza humana e em sentimento autêntico de felicidade é compensado pela segurança da harmonia com o resto da humanidade – *como ele a conhece*. Em realidade, o seu próprio defeito poderá ter sido elevado à categoria de virtude pela sua cultura, podendo, assim, proporcionar-lhe uma intensa sensação de êxito.” (FROMM, 1974, p.29, grifo do autor)

Um dos pontos salientados por Fromm, e que serve de exemplo para este desvirtuamento provocado pelo comportamento majoritário, proveniente da adoção da formatação econômica e sua maior influência sobre a esfera humana, é a relação social. Adotada pelo autor como sendo de necessidade imperativa, a relação com o próximo passa a ser percebida, tal qual o próprio produto finalizado dentro das fábricas, como algo estranho ao homem e até mesmo perigoso à sua integridade, visto que, sob a sociedade de mercado, a humanidade se encontra em constante concorrência, seja dentro da classe trabalhadora, seja na classe dos capitalistas. Assim, com esta alienação passando da produção para o âmbito social, tal como defendido por Marx, o homem “perde sua independência e integridade: debilita-se, sofre, torna-se hostil ou apático [...]” (FROMM, 1974, p.77).

O caráter do sistema capitalista sob o qual se encontra a sociedade se manifesta principalmente através dos avanços tecnológicos empreendidos pela mesma, moldando estes a atividade produtiva e, com isso, o ser humano (seja através da participação direta na produção

ou por meio das relações sociais). Com as novas configurações do trabalho, reconfiguram-se também os “apêndices da máquina”: partindo da mudança de sua participação sobre a constituição dos bens e de sua crescente insignificância frente a um sistema econômico pulsante e (mecanicamente) ordeiro, o homem vislumbra o definhamento de seu ser, a atomização de sua participação no desenvolvimento da sociedade, tudo em busca do provimento de necessidades supérfluas de uma sociedade alienada. Esquece-se o real intuito do trabalho e a real constituição do organismo humano, abdicando-se, como se pôde perceber até mesmo por parte dos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores, da análise do aparelho psíquico.

Se tomamos em consideração o que determinados métodos causam aos seres humanos no sistema, podemos descobrir que eles estão entediados, ansiosos, deprimidos, tensos etc. O resultado seria duplo: 1) sua imaginação poderia ser embaraçada pela sua patologia psíquica; eles não seriam criadores, seu pensamento se tornaria rotineiro e burocrático e, conseqüentemente, não viriam com novas ideias e soluções que contribuiriam para um desenvolvimento mais produtivo do sistema; no todo, sua energia seria consideravelmente reduzida. 2) Eles sofreriam de muitos males físicos, que são o resultado de pressão e tensão; essa perda de saúde também é uma perda para o sistema. Ademais, se examinarmos o que essa tensão e ansiedade causam neles em sua relação com suas mulheres e filhos e em seu funcionamento como cidadãos responsáveis, podemos verificar que, para o sistema como um todo, o método aparentemente eficiente é extremamente ineficaz não só em termos humanos, mas também quando medido por critérios puramente econômicos. (FROMM, 1975a, p.51)

A força das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, produto das influências crescentes do caráter econômico, não apenas afeta o ser diretamente, como também o afeta por outras vias, conforme explana o autor através dos casos da educação e até mesmo da própria influência familiar. Ambos buscam moldar o ser humano de acordo com os interesses mercantis desde muito cedo: a primeira com o conhecimento estritamente necessário para se chegar a um posto “significante” de trabalho e à obtenção de maiores salários (que representam por si só a qualidade geral de vida), o segundo com o caráter ideal necessário para a sobrevivência neste mundo – que não por isso se desvirtua do caráter solicitado pelo sistema: agressividade, competitividade, inteligência (como poderá ser visto mais à frente, na visão de Fromm, esta muito se difere da razão)¹⁰⁹. Como bem explica,

109. E o estabelecimento destas características, tidas como necessárias ao homem para garantir sua sobrevivência, são tidas até mesmo pelas próprias ciências que buscam examinar o ser humano. Como acertadamente expõe Fromm, “Darwin deu expressão a esse princípio na esfera da *Biologia* com sua teoria de “luta pela sobrevivência”. Economistas como Ricardo e os da escola de Manchester transferiram-no para a esfera da *Economia*. Posteriormente, Freud, sob a influência da mesma premissa antropológica, aplicou o conceito à esfera dos *desejos sexuais*. Seu conceito fundamental é o de um *homo sexualis*, como o dos economistas foi o do *homo oeconomicus*. Tanto o homem “econômico” como o homem “sexual” são criações úteis cuja suposta natureza – isolada, associal, insaciável e competitiva – faz com que o capitalismo pareça ser o regime que corresponde perfeitamente à natureza humana e o coloca fora do alcance da crítica.” (FROMM, 1974, p.85, grifo)

a família pode ser considerada a *agência psíquica da sociedade*, a organização que tem por missão transmitir as exigências da sociedade à criança em crescimento. A família cumpre essa missão de duas maneiras. Primeiro, e este é o fator mais importante, pela influência que o caráter dos pais tem na formação do caráter da criança. Uma vez que o caráter da maior parte dos pais é expressão do caráter social, transmitem-se à criança, dessa maneira, os traços essenciais da estrutura de caráter socialmente desejável. O amor e a felicidade dos pais se comunicam à criança, o mesmo se dando no tocante à sua ansiedade e hostilidades. Além do caráter dos pais, também os métodos educacionais habituais de uma cultura realizam a função de moldar o caráter da criança em uma direção socialmente desejável. (FROMM, 1974, p.90, grifo do autor)

Parecem, portanto, claras as condições oferecidas pelo capital ao ser humano, seja considerando a esfera do trabalho, seja considerando as macroesferas, como a econômica, ou microesferas, como é o caso das famílias. Apossando-se de todas estas áreas da convivência e sobrevivência humana, o sistema dominante deforma os seus reais intuitos para com o desenvolvimento do homem, para com o estabelecimento de uma vida plenamente humana. Limitando esta crítica mais especificamente ao trabalho, um dos objetos principais do presente estudo, vê-se que, concordando com as perspectivas abordadas até então, o homem torna-se o apêndice da máquina, e não porque apenas se deixa controlar pelas novas organizações do trabalho, mas, primordialmente, porque deixa de ser humano, deixando seu corpo “aberto”, tal qual um receptáculo, ao preenchimento de um novo conteúdo. Conforme citado, estas mudanças que pairam sobre o homem, afetando o caráter do trabalho e seu tempo, afetam automaticamente seu tempo de lazer, bem como o tipo de lazer ao qual se dedica¹¹⁰. E o pior de tudo: o homem sempre se mostra passivo. Aqui deve ser feita novamente a ressalva com o pensamento defendido por Fromm e por Dejours: inicialmente, a passividade – “um dos seus traços mais característicos e patológicos” (FROMM, 1975a, p.55) – pode ser vista como proveniente do medo e da sensação de insegurança que a revolta possa provocar – não apenas deve ser destacado o “medo de Dejours”, mas também a insegurança que a exacerbação dos impulsos libidinais freudianos poderia provocar diante de uma incipiente civilização¹¹¹.

A partir daí, Fromm (1965, p.85) conclui que “sua [do homem] razão deteriora, enquanto sua inteligência aumenta.” O que o autor quer dizer com isso põe em questão a distinção que realiza acerca dos dois objetos: para ele, a inteligência, limitando sua

do autor)

110. “Ela reduz o homem a um apêndice da máquina, governada pelo seu próprio ritmo e exigências. Ela o transforma no *Homo consumens*, o consumidor total, cuja única mete é *ter* mais e *usar* mais. Essa sociedade produz muitas coisas inúteis e, no mesmo grau, muita gente inútil.” (FROMM, 1975a, p.55)

111. Como destacado por Freud, o homem trocou um pouco de prazer por um pouco de segurança.

significação ao mundo do trabalho, baseia-se no conhecimento acerca de como se utilizar do ambiente a seu favor, visando provir suas necessidades, envolvendo, pois, o próprio ambiente externo e os meios de produção disponíveis, por exemplo. Em relação à razão, seria a capacidade de indagação e de significação sobre sua atividade, bem como a capacidade de projeção de sua individualidade sobre o que produz, devendo ela, a razão, moldar o comportamento e, enfim, o caráter humano. Na sociedade produtora de mercadorias, portanto, o nível intelectual do homem alcança patamares elevados, enquanto sua razão toma o caminho contrário: “sua razão deteriora, enquanto sua inteligência aumenta, criando com isso a perigosa situação de dar aos homens um formidável poderio material, sem a prudência de saber usá-lo.” (FROMM, 1965, p.85). Assim,

Realmente, possuímos o “saber-como” (*know-how*), mas não possuímos o “saber-porque” (*know-why*), nem tampouco, o “saber-para-que” (*know-what-for*). Temos muitas pessoas com, altos índices de inteligência, porém nossos testes de inteligência medem a capacidade para memorizar, para manejar ideias rapidamente, mas não a razão. (FROMM, 1974, p.171)

Mostra-se, assim, o caminho para o “progresso” adotado pelo sistema capitalista, que deverá sobrepujar a iniciativa humana para dar espaço ao seu objetivo entre **todos** os homens, não se limitando mais ao capitalista. “A cisão entre o pensamento e o afeto” conduz ao dito progresso social, à riqueza material, mas leva o sujeito a uma “doença, a uma esquizofrenia crônica de baixo grau, da qual o novo homem da era tecnocrônica começa a sofrer.” (FROMM, 1975a, p.57). O desenvolvimento do homem é externo, nunca atingindo, entretanto, o interior do indivíduo.

Desta forma, Fromm vê em Marx a análise necessária para o entendimento acerca da suplantação do sistema econômico vigente, “não-realizador” do homem, necessária, pois, para uma vida plenamente humana. As obras de Fromm, inclusive a sua formação teórica, mostram-se importantes para o entendimento geral acerca do intuito do novo sistema que deveria substituir o capitalismo, de acordo com Marx. Sua análise felizmente foge ao escopo do economicismo, limitado ao debate exaustivo acerca da posse dos meios de produção, sempre presente na discussão acerca do sistema socialista, e coloca-o em uma discussão acerca de seu teor antropológico. Como sucintamente explana acerca da crítica realizada pelo sociólogo:

Toda crítica feita por Marx ao capitalismo é exatamente de este ter feito do interesse pelo dinheiro e pelos ganhos materiais o principal motivo do homem, e seu conceito

de socialismo é precisamente o de uma sociedade em que esse interesse material deixasse de ser o dominante. (FROMM, 1975b, p.24)

A defesa deste novo sistema é baseado, de acordo com Marx, principalmente no papel vislumbrado pelo autor sobre o trabalho, tido como atividade libertadora da potencialidade humana. Destacando outros autores, Fromm explica que

Para Hegel, o desdobramento de todas as faculdades, capacidades e potencialidade individuais só é possível por meio de ação contínua, nunca pela exclusiva contemplação ou receptividade. Para Spinoza, Goethe, Hegel, assim como para Marx, o homem só está vivo na medida em que é produtivo, na medida em que abarca o mundo exterior no ato de manifestar seus próprios poderes humanos específicos e de abarcar o mundo com estes. Na medida em que o homem não é produtivo, na medida em que é receptivo e passivo, ele nada é, está morto. Neste processo produtivo, o homem realiza a sua própria essência, retorna à sua própria essência, o que, em linguagem teológica, nada mais é que seu retorno a Deus. (FROMM, 1975b, p.38)

Assim, Fromm já deixa clara a sua visão de um mundo futuro: baseado principalmente na atividade laboral, o homem somente conseguiria alcançar a “graça” de levar uma vida plenamente humana, aplicando verdadeiramente sua subjetividade no mundo, através de um novo sistema social, política e econômico. Muito distante passe de atitudes reformistas aplicadas sobre o sistema capitalista: Fromm defende a total sublevação do sistema capitalista para a efetivação do homem.

Até chegar a este ponto de defesa do sistema socialista, enquanto **meio** do homem atingir a sua potencialidade enquanto ser dotado de razão, Fromm não deixa de dar continuidade à discussão de fatores do sistema capitalista que inibem este desenvolvimento. O próximo passo tido pelo autor e estudado a seguir baseia-se em uma melhor explicação acerca do caráter social, a representação do caráter de um período e que se mostra patológico ao indivíduo. Não apenas isso: Fromm dá continuidade à discussão pontuando, tal qual os outros teóricos da psicanálise estudados, o principal fator de limitação ao gozo da verdadeira existência humana: a alienação.

5.3.2 *Caráter social e alienação*

Como já explicado, o caráter social debatido por Fromm é a demonstração das características compartilhadas por todos os caracteres individuais. Se tomado o caráter individual, pode-se considerar a existência de indivíduos completamente diferentes, apesar da cultura ou identificação econômica ou política, por exemplo. Como que observados a partir de

uma maior escala geográfica, todos os indivíduos, um conjunto, um grupo, enfim, a sociedade, pode ser vislumbrada como possuindo um *hall* de ações e objetivos que a caracterizam, apesar de respeitadas as individualidades.

Fromm destaca que o caráter social expressa, assim, a representação da maneira a ser canalizada a energia de todos os indivíduos, visando que o comportamento a ser adotado por estes para que se atinja o desenvolvimento da sociedade como um todo esteja plenamente enraizado em seu subjetivo, fazendo, desta forma, com que aquela cultura ou aquelas finalidades, tidas inicialmente como necessárias ao desenvolvimento de todo o grupo, sejam perpetuadas. Nas palavras do autor, portanto, “a função do caráter social consiste em *moldar e canalizar a energia humana em uma determinada sociedade, para que esta possa continuar funcionando, continuamente.*” (FROMM, 1974, p.87, grifo do autor).

Com bem se sabe, entretanto, por mais que se defenda uma política democrática, ou seja, que põe em relevância as considerações e as opiniões de todos os indivíduos, nem sempre os fins adotados pela maioria são os fins realmente benéficos a toda a sociedade. Da mesma maneira, como consequência deste porém, o caráter social representado pelo caráter da maioria dos indivíduos nem sempre expressa o melhor conjunto de comportamentos a serem adotados por todos visando a continuidade do funcionamento do grupo. Neste caso, algo maior que o próprio caráter social, proveniente inicialmente de sua influência sobre cada um dos caracteres que o delineiam, existe para beneficiar alguns poucos. Como exemplo, pode-se citar um caráter social tomado completamente pela importância dada ao ser humano: este objetivo maior inicialmente se deixa absorver por cada membro da sociedade para, por fim, tomar o caráter social para si. Entretanto, dando continuidade à discussão do sistema capitalista, conforme debatido por Fromm, pode ser percebido, pelas ações que guiam o ser humano atualmente, que a tomada do caráter social é realizada por um nebulosa individualista¹¹², economicista, baseada no mecanicismo e no materialismo. Tal qual se percebe na atualidade, a adoção deste caráter social traz “benefícios” a uma parcela muito pequena da sociedade. Para melhor expor sua ideia sobre caráter social, Fromm (1974, p.88, grifo nosso) aponta o exemplo abaixo

112. Deve ser realiza a seguinte explicação acerca do caráter individualista do sistema vigente e a defesa, por parte do sistema que irá sobrepujar o capitalismo, do desenvolvimento da individualidade. O primeiro faz menção ao esquecimento da esfera social adotada pela humanidade e à adoção de uma socialização imersa nos interesses privados e de auto-beneficiamento. O segundo, por sua vez, relaciona-se ao desenvolvimento desta esfera esquecida pelo homem devido aos impulsos econômicos e egoístas que passam a pulsar em sua subjetividade como um parasita inerente ao seu ser. Defende-se, neste caso, o desenvolvimento não só de relações sociais mais humanas, mas também de um desenvolvimento do indivíduo tomado por si próprio, que ponha em evidência a sua subjetividade, agora não mais alienada por outro

A sociedade industrial moderna [...] não teria alcançado os seus fins caso não tivesse arregimentado a energia dos homens livres para trabalhar com uma intensidade sem precedente. O homem teve de ser moldado de forma a tornar-se ansioso por empregar a maior parte de sua energia no trabalho, para que adquirisse hábitos de disciplina, especialmente ordem e pontualidade, em grau desconhecido em quase todas as demais estruturas. Não bastaria que cada indivíduo tivesse de decidir conscientemente, todos os dias, que queria trabalhar, ser pontual etc., porquanto quaisquer de tais deliberações conscientes conduziram a mais exceções do que poderia suportar o bom funcionamento da sociedade. Também não bastariam, como motivos, a ameaça e a força, porquanto as tarefas altamente especializadas da sociedade industrial moderna só podem, a longo termo, ser realizadas por homens livres e não pelo trabalho forçado. A necessidade de trabalhar, de pontualidade e ordem teve de ser transformada em impulso interior para esses objetivos. Isto quer dizer que a sociedade teve de produzir um caráter social e que tais impulsos fossem inerentes.

A adoção de tal comportamento social contemporâneo põe em evidência a alienação promovida aos indivíduos sob um sentido de vida “maior”: a acumulação e o ganho irrestrito, a exclusiva materialidade do “bem” (oposto ao mal), tida como a real forma de suprimento do gozo humano. A alienação, sobretudo, torna o homem alheio a tudo, inclusive ao próprio homem, como bem explana Fromm (1974, p.99) ao discutir o caráter social atual:

Se centenas de milhares de trabalhadores ficavam sem trabalho e a ponto de morrer de fome, a falta de sorte era deles, consequência de seu talento inferior, ou simplesmente de uma lei social e natural que não podia ser modificada. A exploração já não era pessoal, tornando-se, por assim dizer, anônima. Era a lei do mercado que condenava um homem a trabalhar por um salário de fome, e não a intenção ou a avareza de um indivíduo. Ninguém era responsável nem culpável, ninguém podia fazer modificarem-se as circunstâncias. Tratava-se das leis de ferro da sociedade, ou pelo menos assim parecia.

A alienação para Fromm, portanto, toma o mesmo patamar de importância que se mostra nas obras e análises de Marx, Freud e Dejours acerca do ser humano e tendo por base os aspectos do trabalho.

Como diz Fromm (1975b, p.58), “A alienação conduz à perversão de todos os valores”. Ela não se mostra, se for considerada a análise de Marx, presente apenas na esfera do trabalho¹¹³, dotando o trabalhador do sentimento de alheamento, de estranhamento, frente ao seu próprio trabalho e, enfim, ao próximo. Bem relatado por cada um dos autores discutidos, Fromm também demonstra que, iniciando-se na atividade laboral, a alienação da vida humana atinge as esferas do tempo de lazer e do tipo de lazer ao qual se dedica este tempo. Esta perspectiva adotada por Fromm acerca da centralidade do trabalho na vida humana poderá ser percebida no seguinte trecho:

113. “O trabalho, em vez de ser uma atividade satisfatória em si e agradável, tornou-se um dever e uma obsessão.” (FROMM, 1974, p.178, grifo do autor)

O caráter alienado e profundamente insatisfatório do trabalho produz duas reações: uma, o ideal da *ociosidade* total; outra, uma *hostilidade* profundamente arraigada, embora muitas vezes inconsciente, para com o trabalho e para com todas as coisas e pessoas relacionadas com ele. (FROMM, 1974, p.181, grifo do autor)

É a partir do trabalho, portanto, que se teria a percepção de um igual processo de alienação presente no tempo complementar ao tempo de trabalho, ou seja, o tempo de lazer: não apenas causa o estranhamento do produto e do outro sujeito dentro das atividades produtoras de mercadorias – e que, como visto em discussões anteriores, reflete-se na sociedade –, mas também causa uma profunda mudança acerca do tempo de lazer do ser, tempo que deveria ser dedicado, no mínimo, à um real desenvolvimento do sujeito. Este período vira sinônimo se ociosidade. Com isso, o tempo de trabalho vira, portanto, o antônimo de algo tão prazeroso quanto a aparente “negação” do processo de alienação e exploração, transforma-se e solidifica-se enquanto mal. E se tal perspectiva for passar a fazer parte de todos os indivíduos de uma sociedade, como dito anteriormente, esta ideia passará a fazer parte, assim, de seu caráter social.

Em relação à “invasão” por parte do processo de alienação no único período falsamente considerado pelo indivíduo como sendo realmente seu, Fromm destaca que a própria evolução dada ao período de não-trabalho é, em si, patológica, findando com o que restava, por menos que realmente fosse, de um período em que o homem se dedicava a si.

Reduzimos a média das horas de trabalho à metade do seu total de há cem anos. Temos hoje mais tempo livre do que os nossos ancestrais poderiam sequer sonhar. Mas que aconteceu? Não sabemos como usar esse tempo livre; tentamos matar o tempo que economizamos ao trabalho e ficamos contentes quando termina mais um dia. (FROMM, 1974, p.19)

Vale mencionar que não se defende a constante e ininterrupta atividade humana, deixando de respeitar, assim, a fadiga que a atividade possa provocar ao aparelho físico e psíquico. Na verdade, faz-se uma crítica à total perda do tempo de lazer ao ócio (desconsiderando o ócio criativo). A imagem de um período de inatividade torna-se o sonho de qualquer trabalhador na contemporaneidade. Tem-se, com isso, a existência de dois extremos: de um lado, a atividade exclusivamente alienada, de outro, a total inatividade do ser. Proveniente primordialmente dos aspectos que tomam o trabalho humano sob o manto do capital, não se vislumbra nenhum espaço ao desenvolvimento da potencialidade do ser, da utilização de sua subjetividade por si próprio: ou é utilizada por outro, ou não é utilizada.

A alienação não se encontra somente no ócio, na não-realização de atividades, mas também nas demais atividades que tomam seu lugar, como o consumo e o ato de comprar¹¹⁴. Segundo o autor (1974, p.138)

Se um homem trabalha sem verdadeira relação com o que está fazendo, se compra e consome mercadorias de um modo abstrato e alienado, como pode usar o seu tempo livre de um modo ativo e significativo? Continua sendo sempre o consumidor passivo e alienado. “consome” partidas de futebol, filmes cinematográficos, jornais e revistas, livros, conferências, paisagens, reuniões sociais do mesmo modo alienado e abstratificado com que consome as mercadorias que compra. Não participa ativamente, quer “absorver” tudo o que possa ser retirado e gozar todo o prazer possível, toda a cultura possível e também tudo o que não seja cultura. Na realidade, não é livre para gozar o “seu” tempo disponível; seu consumo das horas de lazer está determinado pela indústria, como acontece às mercadorias que compra; seu gosto é manipulado, quer ver e ouvir o que se lhe obriga a ver e ouvir; a diversão é uma indústria como qualquer outra, fazendo-se o consumidor comprar diversão assim como se lhe faz comprar roupa ou sapato. O valor da diversão é determinado pelo seu êxito no mercado e não por algo que possa ser medido em termos humanos.

Como bem relata o autor, talvez seja no ato de consumo em que o indivíduo perceba sua condição de ser alienado, enfermo e psiquicamente debilitado. Entretanto, aproveita-se do consumo para mascarar estas sensações de ansiedade e de medo do mundo real, que escapam ao escopo do comportamento comum. Conforme destaca esta perspectiva no simples exemplo do uso do cigarro, “O consumo de cigarro alivia a ansiedade e a tensão ocultas e as pessoas preferem arriscar sua saúde a enfrentar sua ansiedade.” (FROMM, 1975a, p.130), ou seja, enfrentar a real ansiedade provocada pela formatação atual em que se encontra a vida humana; “O consumo de diversões serve para que não se dê conta de sua infelicidade” (FROMM, 1974, p.202).

Conforme pôde se compreendido, Fromm também pontua a alienação provocada pelo trabalhador contemporâneo (e, de forma mais geral, pelo ser humano) como fator preponderante para o processo de deturpação de um comportamento sociável, que abdique a aparência e se concentre na essência do ser. Chega-se para este autor também à instauração de uma ordem patológica, de acordo com os pressupostos adotados pelas esferas contemporâneas, política, econômica, social. Sendo guiado por Freud e por Marx, Fromm também levanta a ideia de libertação do homem dos grilhões que ele mesmo construiu sobre si, visando se tornar, enfim, uno com o mundo. Para isso, embasa-se imensamente naquele último autor, promovendo, desta forma, o fim por completo do sistema político-econômico

114. “O ato de comprar e consumir converteu-se em uma finalidade compulsiva e irracional, porque é um fim em si, com pouca relação com o uso ou o prazer das coisas compradas e consumidas.” (FROMM, 1974, p.137)

vigente, ou, se considerarmos sua análise, do caráter social vigente, este englobando todas as esferas humanas.

5.3.3 *A esperança da revolução*

Através das obras de Fromm, pôde-se perceber que o trabalho contemporâneo, mesmo estando o autor um pouco longe da constatação do sistema neoliberal e sua paralela flexibilização do mundo do trabalho, encontra-se a caminho da total transformação do homem em um ser mentalmente deficiente, pois, seguindo o processo alienante de produção de mercadorias – e que se estende ao mundo das relações sociais e com o meio –, o homem perde a si mesmo. Conforme conclui o autor:

No século XIX o problema era o de *Deus estar morto*; no século XX é o do *homem estar morto*. No século XIX desumanidade significava crueldade; no século XX significa auto-alienação esquizoide. O perigo do passado era o do homem tornar-se escravo. O perigo do futuro é o do homem se tornar um *robot*. Na verdade, os *robots* não se rebelam. Mas, se dotados da natureza humana, não podem viver e continuar mentalmente sadios: tornam-se “Golems”, destruirão o seu mundo e a si próprios por não mais poderem suportar o tédio de uma vida sem significação.” (FROMM, 1974, p.344)

Ao considerar uma possível continuidade do sistema de produção capitalista tal qual conhecia ainda na década de 70, Fromm considera que o homem se tornaria uma máquina, a mesma para a qual já se mostrava como seu apêndice, uma ferramenta para a produção monopolizada pela máquina. Assim como as relações humanas despertam o caráter sensível do ser, a relação com a máquina, frenética e atualmente mais frequente (basta pensar no mundo automatizado que a todos rodeia), transformaria o homem em um ser sem razão, programável de acordo com os interesses de um poder maior.

Com isso em mente, Fromm delineia a sua perspectiva de um futuro ideal, no sentido de um sistema político e econômico que satisfaça as reais necessidades do ser humano. Se torna clara, na leitura de suas obras, sua influência da filosofia marxista, não se limitando, ao falar do sistema socialista, de aspectos simplesmente econômicos, ressaltando aspectos pouco vislumbrados por parte de teóricos que estudam o pensamento marxista, que tanto pontuam o caráter revolucionário da classe trabalhadora e o domínio e transformação do sistema econômico por esta (isso é percebido principalmente em sua obra dedicada à explanação da defesa de Marx a favor do ser humano e, com isso, do socialismo, *Conceito Marxista do Homem* (1975). Ao contrário, Fromm nota que não é apenas a classe trabalhadora que se

encontra alienada de suas verdadeiras posições enquanto seres sociais, mas que também os capitalistas se mostram tão ou talvez mais alienados, principalmente devido ao constante e intenso processo de “abstratificação” e “quantificação” adotado por esta classe. Segundo o autor:

O administrador, por sua vez, está em contato com o produto total, mas alienado dele como coisa concreta, útil. Sua finalidade é empregar lucrativamente o capital investido por outros. A mercadoria é apenas a materialização do capital e não algo que como entidade concreta, tenha importância para ele. O administrador tornou-se um burocrata que trata das coisas, dos números e dos seres humanos como simples objetos de sua atividade. Sua manipulação é chamada de preocupação com as relações humanas, embora o administrador trate das relações mais inumanas, entre autômatos que se tornaram abstrações.” (FROMM, 1965, p. 83-4)

Assim, Fromm não defende apenas a libertação da classe trabalhadora enquanto classe alienada, mas a libertação de toda a sociedade, pois todos encontram-se amarrados a um caráter social degradante e deformador do sujeito. Fromm declara, destarte, que o estado de enfermidade da sociedade seria proveniente do próprio caráter social adotado e de sua posição perante os anseios do indivíduo:

O fato de o indivíduo estar ou não mentalmente sadio não é primordialmente um assunto individual, mas que depende da estrutura da sociedade. Uma sociedade sadia desenvolve a capacidade do homem para amar o próximo, para trabalhar criadoramente, para desenvolver sua razão e sua objetividade, para ter um sentimento de si mesmo baseado em suas próprias capacidades produtivas. Uma sociedade insana é aquela que cria hostilidade mútua e desconfiança, que transforma o homem em instrumento de uso e exploração para outros, que o priva do sentimento de si mesmo, salvo na medida em que se submete a outros ou se converte em um autômato

O homem, dentro do socialismo, portanto, deveria deixar de ser “‘uma monstruosidade aleijada’, tornando-se um ser humano plenamente evoluído” (FROMM, 1975b, p.55). Fromm, desta forma, tal qual Marx, vê o socialismo enquanto meio¹¹⁵ de libertação do homem, e não apenas a sublevação de um sistema econômico por outro menos injusto. Seria no socialismo onde o sentimento de sua identidade nasceria de sua atividade como indivíduo vivente e pensante, e não de seu papel socioeconômico, ao contrário do que acontece no sistema vigente (FROMM, 1974).

115. “O socialismo, para Marx, nunca foi por si mesmo a consecução da vida, porém a *condição* para essa consecução. Quando o homem tiver construído uma forma racional e não-alienada de sociedade, terá a oportunidade para iniciar com o que é a meta da vida: “o desenvolvimento das forças humanas, que é seu próprio fim, o verdadeiro reino da liberdade”.” (FROMM, 1975b, p.64, grifo do autor)

Bem evidentemente, a meta do socialismo é o *homem*. É criar uma forma de produção e uma organização da sociedade onde o homem possa superar a alienação de seu produto, de seu trabalho, de seu semelhante, de si mesmo e da natureza; na qual ele possa regressar a si mesmo e apreender o mundo com suas próprias forças, tornando-se, dessarte, unido ao mundo. O socialismo, para Marx, era, nas palavras de Paul Tillich, “um movimento de desistência contra a destruição do amor na realidade social”. (FROMM, 1975b, p.62, grifo do autor)

Para o autor, a forma de superação do sistema vigente, da “cura” desta patologia coletiva, social, deverá seguir o mesmo princípio dos processos para curar as doenças mentais individuais:

- 1) entendimento acerca das condições de conflito exercidas sobre o aparelho psíquico;
- 2) consciência a origem do sofrimento;
- 3) “mudança da prática da vida que tenha sido erguida à base da estrutura neurótica, e que a reproduz constantemente.” (FROMM, 1974, p.264).

Entretanto, ressalta que a mudança do caráter social, o que pressupõe a modificação do atual sistema econômico, deveria ser pulverizado à todas as esferas humanas, pois ao se modificar apenas um aspecto patológico do comportamento guiado pelos pressupostos do capital, a sociedade culminaria um sistema talvez ainda mais supressor de seu desenvolvimento integral:

Mas qualquer tentativa de modificar apenas um aspecto da vida, o homem ou o espiritual, está destinada ao fracasso. Na verdade, o progresso que ocorre apenas numa esfera destrói o progresso em todas as esferas. O evangelho que se ocupa apenas da salvação espiritual levou à Igreja Católica Romana. A Revolução Francesa, com sua preocupação exclusiva com a reforma política, levou a Robespierre e Napoleão. O socialismo, na medida em que se ocupou apenas da transformação econômica, levou ao stalinismo. (FROMM, 1965, p.86)

Com isso, Fromm delineais alguns aspectos que caracterizam as novas mudanças em cada esfera:

Aplicando o princípio da transformação simultânea a todas as esferas de vida, devemos pensar nas modificações econômicas e políticas necessárias à superação da realidade psicológica da alienação. Devemos conservar os progressos tecnológicos da produção em grande escala, com a máquina e a automatização. Mas devemos descentralizar o trabalho e o Estado, dando-lhes proporções humanas, admitindo a centralização apenas na medida necessária às exigências da indústria. Na esfera econômica, precisamos de uma democracia industrial, um socialismo democrático caracterizado pela coadministração por todos os que trabalham numa empresa, a fim de permitir-lhes uma participação ativa e responsável. É possível encontrar formas de participação que permitam essa realização. Na esfera política, podemos estabelecer a democracia efetiva criando milhares de grupos de contato direto, que sejam bem informados, realizem discussões sérias e cujas decisões sejam integradas numa nova “câmara baixa”. O renascimento cultural terá de combinar um trabalho educativo para os jovens, a educação de adultos e um novo sistema de arte popular e ritual secular, através de toda a nação. (FROMM, 1965, p.86-7)

A modificação total de cada esfera de atuação do ser humano, portanto, deveria, assim, modificar o caráter social de uma época. Como exemplo específico, Fromm cita o caso do consumo, que passaria a ser um ato humano concreto, do qual participasse o indivíduo, no ato do consumo, integralmente, atuando sobre seus sentidos, necessidades orgânicas e o gosto estético, por exemplo. Assim, o consumo não deveria suprir exclusivamente a necessidade biológica ou a necessidade psíquica (a fantasia artificial) mas sim o sujeito como um todo. O homem deixaria, pois, o caráter de consumo acumulativo do século XIX e receptivo do século XX para adotar o consumo verdadeiramente humano, onde haveria a “verdadeira *apropriação* da natureza humana por meio do e para o homem”. (FROMM, 1975b, p.41, grifo do autor)

Na visão de Marx, relatada por Fromm (1975b, p.65), pois, o socialismo “é uma sociedade que permite a efetivação da essência do homem superando sua alienação. É nada mais nada menos que a criação das condições para o homem verdadeiramente livre, racional, ativo e independente; é a consecução do objetivo profético: a destruição dos ídolos.”

Finalmente, em relação à atividade laboral, Fromm expõe que dentro do socialismo o trabalho seria utilizado não apenas como meio para um fim – a produção dos meios de subsistência –, mas como um fim em si mesmo, como uma forma de manifestação da vida humana. Com isso, o trabalho continuaria não apenas a moldar e alterar a natureza ao seu redor, como também a moldar e alterar o ser humano, mas não com o mesmo caráter alienante e superexploratório do trabalho sob o manto do capital. Enquanto método pelo qual o homem materializa suas necessidades e como meio pelo qual o indivíduo projeta sua energia, o trabalho, portanto, será sempre presente na vida humana. O autor, com isso, nega a ideia de que o desenvolvimento tecnológico viesse substituir o homem por completo no processo de trabalho. Como explica, “Mesmo que a maior parte do trabalho físico seja assumida pelas máquinas, o homem ainda assim tem de participar do processo de intercâmbio entre ele e a natureza.”¹¹⁶ (FROMM, 1975b, p.116)

O autor, portanto, põe-se a favor da superação do atual sistema econômico como pressuposto para a evolução do ser humano, depositando na revolução do caráter social, no comportamento comum a todos os indivíduos, a chave para a efetivação da natureza do sujeito. Baseado na ideia de que as transformações devem ser sistêmicas, Fromm acaba por

116. “[...] somente se o homem fosse um ser incorpóreo ou um anjo sem nenhuma necessidade física é que o trabalho desaparecia completamente. O homem, tendo necessidade de assimilar a natureza, de organizar e dirigir o processo de produção material, de distribuição, de organização social e de respostas às catástrofes naturais, nunca pode descansar e deixar que as coisas cuidem de si mesmas. (FROMM, 1975b, p.116)

discordar acerca do socialismo vulgarmente considerado, calcado apenas na revolução e superação da classe trabalhadora sobre o capital. Explicando o real intuito do sistema socialista, conforme explicado até então, Fromm o caracteriza não mais como socialismo, mas como “socialismo comunitário, onde o objetivo maior não seria a superação de uma classe, mas o desenvolvimento de toda uma sociedade, de uma sociedade verdadeiramente sadia.

Que sociedade corresponde a esse objetivo de saúde mental e qual seria a estrutura de uma sociedade sadia? Antes de mais nada, uma sociedade na qual nenhum homem seja um meio para a consecução dos fins de outrem, mas sempre e sem exceção um fim em si mesmo; portanto, na qual ninguém é usado ou faz uso de si próprio para fins que não sejam o desenvolvimento de seus próprios poderes humanos; na qual o homem é o centro, e na qual todas as atividades econômicas e políticas sejam subordinadas ao objetivo do seu crescimento. Uma sociedade sadia é aquela em que as qualidades como a avareza, a exploração, a posse e o narcisismo não têm oportunidade de ser usadas em maiores ganhos materiais ou na promoção do prestígio pessoal. E aquela em que a ação em concordância com a consciência é considerada uma qualidade fundamental e necessária e na qual o oportunismo e a falta de princípios sejam considerados anti-sociais; na qual o indivíduo se interessa por questões sociais de forma que estas se tornam questões pessoais; na qual sua relação com seus semelhantes não é separada de suas relações na esfera privada. Uma sociedade sadia é, ainda, aquela que permite ao homem operar dentro de dimensões dirigíveis e observáveis e ser um participante ativo e responsável da vida da sociedade, bem como o senhor de sua própria vida. É uma sociedade que promove a solidariedade humana e não apenas permite que os seus membros se relacionem uns aos outros com amor, mas estimula essa prática [...].”(FROMM, 1974, p.265-6)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por principal objetivo a inclusão das considerações da Psicanálise para a discussão acerca da evolução do mundo do trabalho, dando ênfase aos aspectos da relação entre o capital e o ser humano. Buscou-se, desta forma, aprofundar o entendimento acerca da importância do trabalho para o sujeito e as implicações que tanto a livre execução da atividade laboral quanto a alienação pela qual passa a sociedade atualmente tem para o indivíduo.

Entretanto, quis-se com esta pesquisa pôr à tona a discussão insuficiente acerca do trabalho realizada pela Ciência Econômica. Seguindo as ideias construídas pelo modelo de acumulação flexível e pelo neoliberalismo, os trabalhadores, possuidores da única mercadoria da qual necessitam para sobreviver e que é a chave-mestra para o funcionamento, A economia vigente trata estes sujeitos como recursos materiais e massa de manobra para a expansão do capital, manipuláveis e dotados de uma conduta tida como normal, quando na verdade se mostra insana e patológica sob os aspectos morais e humanos. Assim, portanto, espera-se também que esta pesquisa sirva de alerta sobre a limitação da Ciência Econômica e que a necessidade de realizar uma fusão entre conhecimentos de áreas manifesta uma importância ímpar para o entendimento holístico do ser humano.

Sobre a evolução da organização do trabalho, percebe-se que as relações entre o indivíduo e o capital sobre a atividade laboral humana demonstram uma crescente e intensa exploração do trabalho que agride a natureza social do indivíduo. A alienação provocada pela tomada do capital sobre o trabalho alheio provoca, conforme visto, na perda do indivíduos de tudo o que lhe é de direito: o fruto de seu trabalho, o conhecimento e as relações, conforme relata Marx. Além disso, a apropriação do trabalho alheio provoca a modificação indiscriminada do meio no qual vive. Necessitando desde sempre das propriedades do meio para poder suprir suas necessidades mais básicas, o trabalho alienado potencializa a exploração sobre o meio, alterando-lhe severamente. Inicialmente manifestada pela constituição das cidades e pelas más condições provocadas sobretudo na Inglaterra do século XVIII sobre a própria área urbana e a natureza, a superexploração do trabalho na contemporaneidade apenas vem potencializar esta degradação. Fatores como a deformação do próprio intuito do ato de consumo, guiado pelas fantasias criadas pelo capitalismo, também favorecem para o atual estado no meio ambiente.

Em relação ao estudo complementar à área da Psicanálise, pôde ser percebido o estudo em comum acerca do homem e todas os campos de sua mente, Id, ego e superego, vislumbrados em maior ou menor intensidade em cada um dos autores. Com cada um se concentrando em uma determinada área da análise do homem em relação ao trabalho, o panorama geral das ideias discutidas possibilitou a promoção de um rico conhecimento paralelo à análise sociológica acerca do desenvolvimento da atividade laboral e a maneira como a organização da sociedade se dá a partir deste objeto. Este entendimento paralelo deu espaço ao entendimento sobre as consequências do trabalho (seja alienado ou não) ao aparelho psíquico o indivíduo, estudo muito pouco desenvolvido pela própria Ciência Econômica, o que apenas demonstra a sua desconsideração crescente pelo fator humano.

Sem se limitar às especificidades de cada teoria, puderam ser retiradas as seguintes ideias acerca da relação entre homem-trabalho-capital:

a) De acordo com a análise freudiana, foi entendido que a atividade laboral vem à vida humana como maneira do indivíduo escoar seus impulsos libidinais, atuando, assim, como meio sublimatório para estes impulsos. Este desvio, maneira pela qual se pode entender o objetivo da sublimação, realizado sobre o desejo primitivo visando seu suprimento por meio mais aceitável ao desenvolvimento da sociedade, de acordo com Freud, alcança, quando atingido seu fim, um nível de prazer tão grande quanto se houvesse a realização direta dos desejos do inconsciente. O nível de prazer que se obtém estará diretamente ligado às sublimações sobre o impulso original, inferindo-se que quanto mais o desejo do inconsciente for desviado de seu primitivo objetivo, menor será seu gozo alcançado. Para que se obtenha uma maior realização dos prazeres humanos primitivos, portando, Freud defende uma manifestação laboral livre do trabalho: devendo o indivíduo obedecer as limitações impostas pelo desenvolvimento da sociedade, a busca pela realização dos impulsos através do trabalho deve ser dada de maneira livre, onde apenas as limitações do meio e do próprio ser deverão aparecer como empecilho à tal execução. Assim, o autor se mostra contra a qualquer fator que barre esta manifestação, no qual se inclui a presente alienação do trabalho;

b) Sob a análise dejouriana, percebeu-se, como pontos fortes, o estudo acerca da importância que a cisão entre o processo de concepção e elaboração tem para o aparelho psíquico. Corroborando, com pequenas modificações, com a consideração acerca da real motivação da atividade laboral, Dejours identifica a conseqüente necessidade de se manifestar a subjetividade do ser como meio de se instaurar uma clima de silêncio e contante desconfiança entre os indivíduos de todas as hierarquias. Esta sensação de temor frente ao

processo produtivo, ao próximo e, principalmente, à nova organização do trabalho, caracterizado pela alta flexibilização, gera um sentimento de medo, de onde se sobressai um comportamento alheio a todos os indivíduos de demonstração de virilidade, coragem e superioridade, imputado no sujeito como meio de se afastar da desconfiança dos mais poderosos e, com isso, da demissão. A indexação deste comportamento alheio e estranho à essência do ser gera o que o autor chama de banalização do mal, quando a adoção de um caráter alienante e patológico ao indivíduo torna-se comum e normal. A realidade, portanto, torna-se normótica, patológica. Sua posição frente ao processo de alienação, da mesma forma que em Freud, torna-se clara;

c) Por fim, a análise de Fromm sugere a crítica a toda a cultura contemporânea, baseada nos ideais do capitalismo. Ao mesmo comportamento patológico percebido por Dejours, Fromm o denomina como sendo o “caráter social” de uma época, marcada principalmente pelo alheamento do homem ao que produz e ao próprio homem. Este caráter social teria como característica principal o fato de ser um como sendo um “defeito socialmente modelado”, demonstrando com isso, portanto, a essência patogênica dos comportamentos considerados como normais. Contra a continuidade deste sistema e buscando alcançar a verdadeira formação do sujeito, Fromm expõe sua perspectiva acerca do socialismo, o meio ideal de organização política e econômica da sociedade para este objetivo. Sobre este novo sistema, que transporá o vigente, bem como a formatação de seu caráter social, Fromm faz questão de denominá-lo como “socialismo comunitário”, fazendo menção à ideia vulgar de um socialismo dirigido às massas e que apenas visa a sublevação da classe trabalhadora sobre a capitalista. Para o autor, neste tipo de socialismo se perceberia o desenvolvimento do ser humano em todas as esferas, visando a libertação do homem das marras do antigo sistema e a real identificação deste com o mundo.

Como se pode perceber, as análises consideradas complementam umas às outras, oferecendo, assim, uma perspectiva ampla acerca do trabalho sobre o estudo do aparelho psíquico do indivíduo, começando com o estudo do indivíduo (Freud), as considerações da relação entre o indivíduo e a atividade laboral sob os pressupostos do capitalismo (Dejours), passando, por fim, à análise das relações sociais e ao esboço de uma organização social que realmente coloque o ser humano como objeto central do desenvolvimento social.

Com este estudo, pode-se perceber, por fim, que a sociedade contemporânea se encontra imersa em uma realidade patogênica e patológica: não apenas demonstra os pressupostos necessários à constante e intensiva enfermidade de todos os indivíduos, como

também já manifesta a insanidade e a deformação do aparelho psíquico dos mesmos. Em um mundo onde o caráter social seja guiado por características que contribuem à cisão do ser humano em aspectos cada vez mais diminutos, facilitando assim a conquista do capital de seu ser por completo, simples reformas sobre o sistema político, econômico ou ideológico não são suficientes para desfazer este adoecimento da sociedade. Assim como descrito por Fromm, defende-se a superação do sistema vigente, tido como o próprio vírus que ataca o equilíbrio psicossomático do ser humano. O capitalismo deverá dar espaço a um sistema que coloque o ser humano em primeiro lugar. Para isso, a mudança deverá acontecer sobretudo no modo como o trabalho é percebido no mundo dos homens: enquanto atividade necessária à sua sobrevivência, este deverá continuar a servir **ao ser humano**. Além disso, ao contrário do que se possa pensar, o desenvolvimento tecnológico não servirá como monopolizador da atividade laboral por parte do maquinário criado, pois, em sua essência, o ser humano sempre exigirá o contato direto com a natureza para realizar as modificações apropriadas à suas necessidades. Considerando o aspecto do desenvolvimento das técnicas de produção enquanto meio facilitador para a atividade do homem ou enquanto maximizador do tempo de lazer do ser humano, que poderá dirigir sua força ao desenvolvimento do Eu, deve se ter em mente, primordialmente, que o trabalho sempre existirá enquanto existir a raça humana e que, tal qual a cura ao enfermo, o “livre” trabalho se mostrará ao homem como a recuperação de sua verdadeira essência, de uma essência plenamente humana.

7 REFERÊNCIAS

ABDOUCHELI, Elisabeth; DEJOURS, Christophe. Desejo ou motivação? A interrogação psicanalítica do trabalho, Tradução: Fernando C. Prestes Motta. *In*: ABDOUCHELI, Elisabeth; DEJOURS, Christophe; JAYET, Christian. BETIOL, Maria Irene Stocco (coord.). **Psicodinâmica do Trabalho** – Contribuições da Escola Dejouriana à Análise da Relação Prazer, Sofrimento e Trabalho. Tradução: Maria Irene Stocco Betiol *et al.* 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ANTUNES, Ricardo. Século XXI: Nova Era da Precarização estrutural do trabalho? *In*: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. 1. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho ?** Ensaio sobre metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho . 5. ed. Sao Paulo: Cortez; 1998.

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo, SP: Boitempo, 1999.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Tradução: Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de direito do trabalho**. 8. ed. São Paulo, SP: LTr, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: As Consequências Humanas**. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. 4.ed. (reimpressão de 2007) São Paulo: Perspectiva, 2005.

BERNAYS, Edward Bernays. Propaganda. 1. ed. Nova Iorque: Horace Liveright, 1928.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRITISH LIBRARY. *The Rise Of Cities*. 2013. Disponível em: <<http://www.bl.uk/learning/histcitizen/georgians/cities/riseofcities.html>>. Vários acessos.

CLOT, Yves. **A função psicológica do trabalho**. Tradução: Adail Sobral. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 2006.

CREMA, Roberto. Da Normose à Plenitude. *In*: BARROS, Maria Cristina Monteiro de (Org). **A Consciência em Expansão** – Os caminhos da abordagem Transpessoal na educação, na clínica e nas organizações. 1. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=cUyBa8w1bUsC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 11/05/2012

DEJOURS, Christophe. A carga psíquica do trabalho, Tradução: Ideli Domingues. 2007a. *In*: ABDOUCHELI, Elisabeth; DEJOURS, Christophe; JAYET, Christian. BETIOL, Maria Irene Stocco (coord.). **Psicodinâmica do Trabalho** – Contribuições da Escola Dejouriana à Análise da Relação Prazer, Sofrimento e Trabalho. Tradução: Maria Irene Stocco Betiol *et al.* 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

DEJOURS, Christophe. Trabalho e saúde mental: da pesquisa à ação, 2007b. *In*: ABDOUCHELI, Elisabeth; DEJOURS, Christophe; JAYET, Christian. BETIOL, Maria Irene Stocco (coord.). **Psicodinâmica do Trabalho** – Contribuições da Escola Dejouriana à Análise da Relação Prazer, Sofrimento e Trabalho. Tradução: Maria Irene Stocco Betiol *et al.* 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

DEJOURS, Christophe. Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações, tradução: Arakcy Martins Rodrigues. *In*: CHANLAT, Jean-François (Org). **O indivíduo na organização** – Dimensões esquecidas. 3. ed. v. 1. São Paulo: Atlas, 1996.

DEJOURS, Christophe. **A Banalização da Injustiça Social**. Tradução: Luiz Alberto Monjardim. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

_____. **A Loucura do Trabalho** – Estudo de Psicopatologia do Trabalho. Tradução: Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. 5. ed. ampliada. São Paulo: Cortez – Oboré, 1992.

DOBB, Maurice Herbert. **A evolução do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. Tradução: B.A. Schumann. 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. Edição Eletrônica: Rocket Edition, 1999. Disponível em: <http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/F_ANGELS.pdf>.

FERREIRA FILHO, João Marcelo Marques. A Medicina do Trabalho e sua Relação com o Capital. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL – TESTEMUNHOS: HISTÓRIA E POLÍTICA, 10., 2010, Pernambuco. **Anais...** Pernambuco, 2010.

FONTENELE, Marselle Fernanders. **A Consciência dos Trabalhadores e a Implantação de um Modelo Produtivo baseado no Toyotismo**. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Departamento de Psicologia – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza - CE, 2007.

FREUD, S. **O Mal Estar na Civilização**. Tradução: Paulo César de Souza. 1. ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia de Letras, 2011.

FROMM, Erich. **Psicanálise da Sociedade Contemporânea**. Tradução: L.A. Bahia e Giasone Rebuá. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

_____. **A Revolução da Esperança** – Por uma Tecnologia Humanizada. Tradução: Edmond Jorge. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975a.

_____. **Conceito Marxista do Homem.** Tradução: Octavio Alves Velho. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975b.

_____. **Meu encontro com Marx e Freud.** Tradução: Waltensir Dutra. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

_____. **O Dogma de Cristo e outros ensaios sobre Religião, Psicologia e Cultura.** Tradução: Waltensir Dutra. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

FURTADO, Luis Achilles Rodrigues. **Pela via do sintoma:** da atividade laboral ao trabalho psíquico. 2005. 128f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Departamento de Psicologia – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza - CE, 2005.

HEIDBREder, Edna. **Psicologias do século XX.** 5. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1981.

HEILBRONER, Robert. **A História do Pensamento Econômico (Os Economistas).** 5. ed. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1996.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem.** Tradução: Waltensir Dutra. 12. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MACÊDO, José Emerson Tavares de. A Cidade de Londres no Século XIX: Uma Abordagem sobre os Marginalizados. **Alpharrabios** – Revista do Curso de História / UEPB, Paraíba, v. 2, n.1, 2008. Disponível em: <<http://eduep.uepb.edu.br/alpharrabios/>>. Vários acessos.

MARCUSE, Herbert. **Eros e Civilização** – Uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. Tradução: Álvaro Cabral. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos.** Tradução: Jesus Ranieri. São Paulo, SP: Boitempo, 2006.

_____. **O Capital – Crítica da Economia Política.** Tradução: Reginaldo Sant'Anna. 6. ed. livro 1, tomo 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. **O Capital – Crítica da Economia Política (Os Economistas).** 2. ed. livro 1, tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa** – Edição Exclusiva. v.2. Rio de Janeiro: Reader's Digest; São Paulo: Melhoramentos, 2000.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. **O que é o urbano, no mundo contemporâneo.** Texto para discussão. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história:** suas origens, transformações e perspectivas. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NAVARRO, Vicente. Produção e estado de bem-estar: O contexto político das reformas. **Lua Nova (online).** São Paulo, n.28-29, pp. 157-200, 1993. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Vários acessos.

PARIAS, Louis-Henri. *Historia General del Trabajo - La civilización industrial: 1914-1960*. 1. ed., v. 4. México - Barcelona: Grijalbo, 1965.

ROWLAND, Kurt F. *The shape of towns*. (6ª reimpressão de 1975). London, England: Ginn, 1966.

SCHAFF, Adam. *A Sociedade Informática – As Consequências Sociais da Segunda Revolução Industrial*. Tradução: Carlos Eduardo Jordão Machado e Luiz Arturo Obojes. 1. ed. São Paulo: UNESP - Brasiliense, 1990.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter – Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Tradução: Marcos Santarrita. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

THE CENTURY OF THE SELF. Direção: Adam Curtis. Produção: Adam Curtis e Lucy Kelsall. Reino Unido: *BBC Four*, 2002. 4 Episódios (240 min).

WALTHER, Léon. *Psicologia do Trabalho Industrial*. Tradução: Lourenço Filho. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1963.

WEIL, Pierre (Org.); CREMA, Roberto; LELOUP, Jean-Yves. *Normose - A patologia da normalidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *World Health Statistics 2011*, 2011a. Disponível em: <http://www.who.int/gho/publications/world_health_statistics/2011/en/index.html>. Acesso em: 11/05/2012.

_____. *Causes Of Death 2008 Summary Tables*, 2011b. Disponível em: <<http://www.who.int/evidence/bod>>. Acesso em: 11/05/2012.